



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE ARTES

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA

MONSARAZ: O PERCURSO DA ÁGUA

Sara Gião Passinhas

Orientação: Prof. Dr. Arq. Daniel Jiménez e

Prof. Dr. Arq. João Soares

Mestrado em Arquitectura

Dissertação

Évora, 2017



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE ARTES
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA

MONSARAZ: O PERCURSO DA ÁGUA

SARA ISABEL GIÃO PASSINHAS
DISSERTAÇÃO DE Mestrado Integrado em Arquitetura
ORIENTADORES PROF. DR. ARO. DANIEL JIMÉNEZ E PROF. DR. ARO. JOÃO SOARES
ÉVORA, 2017



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE ARTES
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA

MONSARAZ: O PERCURSO DA ÁGUA

SARA ISABEL GIÃO PASSINHAS
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA
ORIENTADORES PROF. DR. ARO. DANIEL JIMÉNEZ E PROF. DR. ARO. JOÃO SOARES
ÉVORA, 2017



Rui Cunha, Perspetiva Norte Sul sobre Monsaraz, 2000. Fonte: Monsaraz e o seu Reguengo, pp. 70-71

OBSERVAÇÕES:

Todos os desenhos deste documento foram elaborados pela autora com base em interpretações provenientes da investigação, da cartografia histórica, da cartografia atual e de levantamentos *in situ*.

Dedico este trabalho aos meus pais

Um especial agradecimento ao Professor Daniel Jiménez e ao Professor João Soares pela apoio e motivação.

ÍNDICE

RESUMO	6
ABSTRACT	8
INTRODUÇÃO	12
MONSARAZ	26
<i>ENQUADRAMENTO</i>	31
<i>ANÁLISE HISTÓRICA</i>	36
<i>ANÁLISE URBANA E ARQUITECTÓNICA</i>	48
<i>ANÁLISE DO TERRITÓRIO E DA PAISAGEM</i>	62
<i>ANÁLISE DO PLANO DE SALVAGUARDA DE MONSARAZ</i>	84
ARQUITETURA E A ÁGUA	90
<i>O HOMEM E A ÁGUA</i>	92
<i>O SEU LADO VERNACULAR</i>	96
<i>A CONTEMPORANEIDADE</i>	104
<i>A ÁGUA NA IDADE MÉDIA</i>	110
ARQUITECTURAS DA ÁGUA EM MONSARAZ	124
O PERCURSO DA ÁGUA	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
BIBLIOGRAFIA	179
SITES CONSULTADOS	185
FONTES DE ARQUIVO/ BASES DE DADOS	166

RESUMO

A dissertação aqui apresentada pretende tirar partido das novas singularidades existentes na paisagem do território da vila de Monsaraz. Exemplar da arquitetura militar medieval, com um grande papel na defesa e permanência da fronteira portuguesa e espanhola, é atualmente um ponto obrigatório de passagem no Alentejo.

Através das arquiteturas da água responsáveis pela fundação e permanência deste marco na planície alentejana propomos um ressuscitar da memória sobre estruturas esquecidas nesta vila alentejana e conciliá-las ao que de novo se pode experienciar na paisagem que o grande lago de Alqueva nos proporciona.

Aliado a uma inventariação do património das estruturas que acolhem a água, propõe-se um percurso que une estas mesmas estruturas e nos lança pelo território de encontro às águas do Alqueva e a esta nova perspetiva do território.

PALAVRAS CHAVE:

Água, Monsaraz, Cisterna, Fundação, Percurso

MONSARAZ: THE PATH OF WATER

ABSTRACT

This dissertation aims to take advantage of existing new singularities in the Monsaraz village territory. An example of the medieval military architecture, with a large role in the defence and permanence of the Portuguese and Spanish border, is now an obligatory point of passage in the Alentejo.

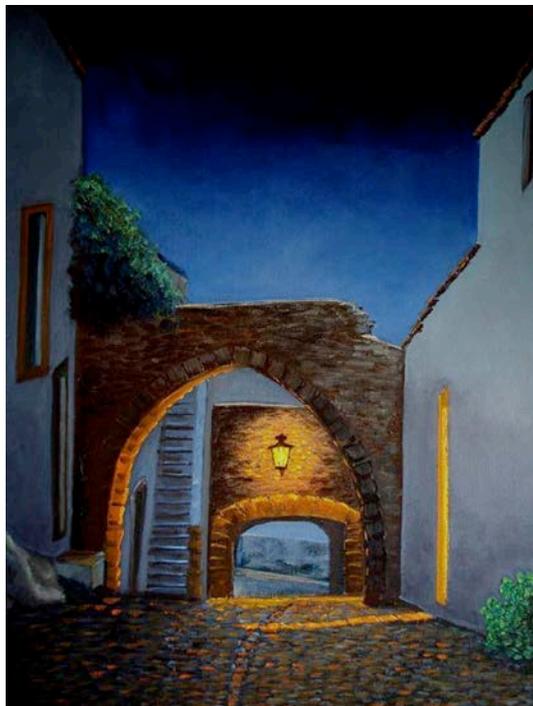
Through the water architectures, responsible for the foundation and permanence of this milestone in the Alentejo, we propose a resurrect of the memory of this forgotten structures in this village and bond them to the new landscape that the great lake of Alqueva provides us.

Associated to the inventorying of the water structures, we propose a path that unites these same structures and launches us against Alqueva waters and this new perspective of the territory.

KEY WORDS:

Water, Monsaraz, Cistern, Foundation, Path

Em arquitetura o tempo não decorre como nos calendários. Não há influências, dependências, nem cronologias de umas obras sobre outras. Uma espécie de relação profética unifica passado e presente, e condensa projetos emergidos de fontes diversas, como se se tratasse de uma única e mesma arquitetura. Todas as obras de arquitetura se anunciam e explicam mutuamente, em ambos os sentidos do tempo. (Josep Quetglas, em ONE House in Mallorca)



Lúisa Ferro, Rua da Cisterna, Óleo sobre tela, 2014. Fonte: Arquivo pessoal da artista

INTRODUÇÃO



Sara Passinhas, Perspetiva sobre a Rua da Guarda, 2015.

Entender o papel das estruturas da água que geram o espaço urbano e são fundadoras de lugares é a problemática da presente dissertação.

Esta investigação parte da leitura de um lugar específico, Monsaraz junto ao lago de Alqueva, no Alentejo, de modo a compreender o seu surgimento no território, o seu crescimento urbano e de que forma as estruturas da água, às quais chamaremos arquiteturas da água, foram geradoras do próprio espaço urbano, mas essencialmente, de que forma são elementos chave na fundação e permanência de uma população.

A investigação e o projeto proposto baseiam-se num pensamento sobre o território transformado pela albufeira de Alqueva, mas vincadamente marcado pela existência na paisagem das diferentes ocupações humanas naquele território, do qual faz parte Monsaraz. As qualidades paisagísticas tão recentes deste território que se podem observar a partir de Monsaraz, denotam uma paisagem alentejana ondulante inundada pelas águas da barragem onde outrora correu o Guadiana a Este. Por outro lado, o território agrícola, as estradas e povoações, vincam a paisagem a Oeste. De uma cota mais baixa Monsaraz é o ponto principal da paisagem e funciona como uma fronteira entre a paisagem alentejana e a nova paisagem transformada pelo Alqueva.

Monsaraz é hoje ponto obrigatório de passagem neste novo território alentejano. Já por si um exemplo paradigmático arquitetónico militar da fronteira, os impulsos e estímulos governamentais levam atualmente à região um grande número de turistas que pretendem uma aproximação ao tradicional, à paisagem e às novas funções que a barragem proporciona. A vila é em si um museu encenado de uma vila medieval que faz parte do nosso imaginário. As obras efetuadas pela Direção Geral dos Edifícios e



Sara Passinhas, Perspetiva Sul Norte sobre o castelo de Monsaraz, 2016:

Monumentos na primeira metade do século XX¹ melhoraram as infraestruturas, habitações e monumentos que estavam já bastante descuidados e esquecidos. Essa preocupação refletiu-se na Classificação de Monumento Nacional em Janeiro de 1946 e pelo estabelecimento de Zona Especial de Proteção em Agosto de 1951².

Ao envolvermo-nos neste território surgem-nos questões pertinentes, que nos remetem a um tempo antes da estabilização deste. Como surgiu a vila de Monsaraz neste território? Qual a importância de manter a permanência de população nesta vila durante a idade média? Como podemos intervir neste território atualmente? e qual o papel arquitetónico nessas intervenções?

Estas questões levam-nos a explicar qual a origem desta investigação que é sequência do trabalho desenvolvido na disciplina de Projeto Avançado IV do Curso de Arquitetura da Universidade de Évora, nos anos letivos de 2013/2014, orientado pelos professores Pedro Pacheco e Rui Mendes, no qual foi abordada a relação das arquiteturas da água, enquanto espaço público, com a população. Neste contexto foram desenvolvidas em projeto diferentes valências para arquiteturas da água, tanto ao nível funcional como cultural, enquanto espaço fomentador de relações sensoriais, momentos lúdicos e de introspeção do Homem.

¹ AMENDOEIRA, 1997

² Classificado Monumento Nacional pelo Decreto 35.443 de 2 de Janeiro de 1946 e Decreto 516/71 de 22 de Novembro. Estabelecida Zona Especial de Proteção (ZEP) em DG 187 de 14 de Agosto de 1951.



Sara Passinhas, perspectiva sobre a ermida de S. Bento, 2016.

Na origem deste trabalho esteve assim um desejo de explorar o papel destas estruturas na fundação dos próprios espaços humanos. Tendo em conta que a relação da arquitetura e da água sempre foi uma temática bastante presente e transversal no tempo, esta dissertação consiste na pesquisa das relações das arquiteturas da água com a conceção do espaço arquitetónico. Pretendemos ainda salientar como em outros lugares a água foi essencial à permanência da população, tendo esta criado espaços de proteção, armazenamento, condução e recolha deste bem essencial.

A escolha da vila de Monsaraz como caso de estudo surge devido à relação vivencial e afetiva, uma vez que ela está ligada aos meus antepassados e é por si só um exemplo arquitetónico paradigmático constituindo parte de um complexo sistema de defesa que requer uma maior profundidade de conhecimento.

A água foi fundamental na fixação do Homem, e na fundação de espaços arquitetónicos. Desde sempre foi tratada como um bem precioso, cuja importância é especialmente relevante em lugares como Monsaraz, antes da construção da barragem de Alqueva. De facto, a situação geográfica da vila, à cota 326m³, permitindo o avistamento dos inimigos, aliada a um terreno íngreme e rochoso, torna o lugar privilegiado em termos defensivos. É, no entanto, a sua distância relativamente à água do antigo leito do rio Guadiana à cota 100m⁴, cuja profundidade e características rochosas dificultavam o acesso, que torna este caso de estudo adequado. Era necessário guardar e proteger o bem precioso – a água – fundamental na permanência da população na vila e também em caso de cerco pelo inimigo.

³ Carta Militar de Portugal à escala 1:25000, folha nº 474, Edição 3-1995, Instituto Geográfico do Exército

⁴ Ibidem

São objetivos desta investigação entender que arquiteturas da água foram planeadas no espaço urbano da vila, focando a sua espacialidade, a sua escala e formalidade; referir as arquiteturas já desaparecidas de forma a que se renove uma memória do passado e se realce a importância destas estruturas para a fixação do Homem, assim como diferenciar o caráter público ou privado das mesmas.

Ao longo da investigação e paralelamente é analisado o território atual de Monsaraz e as principais alterações que a construção da barragem de Alqueva trouxe para esta localidade e o que a envolve.

Além da observação *in situ* de Monsaraz e do seu território, a investigação desenvolveu-se essencialmente na tentativa de recolher informação histórica, em diferentes arquivos e bibliotecas regionais e nacionais, sobre as arquiteturas da água que fizeram parte do património urbano de Monsaraz. Tendo em conta a importância que esta vila sempre manteve ao longo dos séculos desde a sua implantação, a informação é algo comum, nomeadamente as várias monografias que pessoas ligadas à terra lhe dedicaram. No entanto a informação relativamente aos elementos da água e à sua importância militar, urbana e social é bastante mais dispersa e escassa.

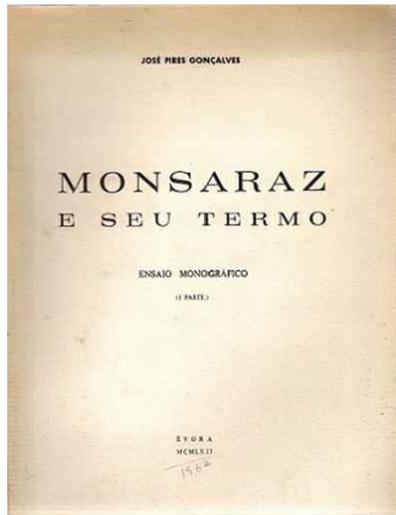
É, portanto, pertinente a reunião e reflexão dos documentos desenhados e literários que fomos encontrando e que permitem um reavivar da memória nomeadamente sobre estas estruturas a que nos propomos investigar. Funciona como uma análise crítica à vila e ao seu território e de forma propositiva culmina na elaboração de uma proposta arquitetónica que potencializa o território e ajuda no reconhecimento do seu legado arquitetónico a partir da vila, cruzando o seu território e culminando no lago

de Alqueva, o que ajuda na adaptação dos elementos paisagísticos existentes com os novos elementos trazidos pelo surgimento da barragem.

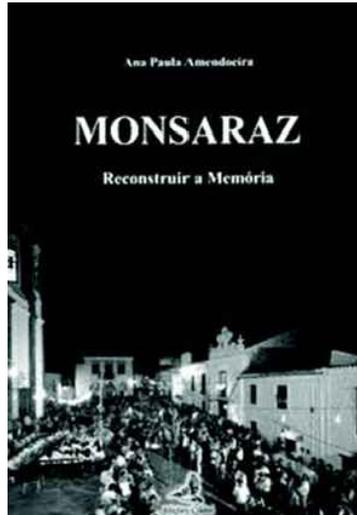
Existem vários ensaios monográficos sobre a vila, que abordam diferentes aspetos da mesma, e que serão mencionados ao longo do trabalho, sempre que o respetivo objeto seja pertinente.

Entre os mais paradigmáticos está Monsaraz e o seu Termo, escrito por José Pires Gonçalves em 1962, tornando-se base para os estudos seguintes sobre Monsaraz. Esta obra é ainda hoje uma das mais importantes no que se refere à descrição da vila na época, assim como uma descrição do seu património arquitetónico, do seu perfil social desde a pré-história, passando pelas inúmeras ocupações e alterações a que a vila foi submetida ao longo do tempo. O Inventário Artístico de Portugal escrito em 1978 por Túlio Espanca enumera, no volume sobre Reguengos de Monsaraz, todo o espólio artístico da vila, constituindo também um documento importante para entender a sua evolução ao longo do tempo. São ainda relevantes para este tema o artigo de Jorge Gaspar para a revista Finisterra “A Morfologia Urbana de Padrão Geométrico na Idade Média” de 1969, no qual o autor descreve o planeamento existente no urbanismo aquando do crescimento das fortificações na Idade Média, e o guia de João Couto da coleção A Arte em Portugal nº21 de 1961.

Monsaraz e o seu Termo, Plano de Salvaguarda/ Uma Estratégia de Desenvolvimento por João Rosado Correia surge em 1994 com a preocupação de salvaguarda do património montessarense.



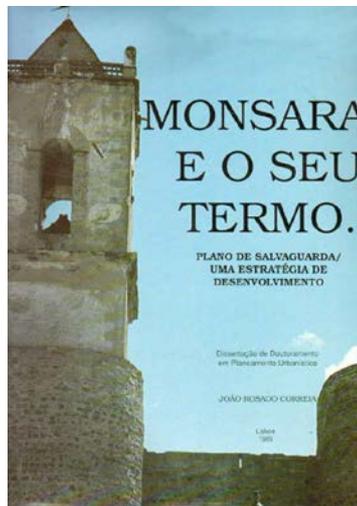
Por José Pires Gonçalves, 1962



Por Ana Paula Amendoeira, 2009



Por Maunela Martins, Isabel Vaz de Freitas e Maria Isabel del Val Valdivieso, 2012



Por João Rosado Correia, 1989

“Consideramos a região do concelho de Reguengos de Monsaraz, em geral, e a vila de Monsaraz, em particular, como autênticas pérolas do património português e, porque não dizê-lo?...-mundial.” (Correia J. R., 1994, p. 9).

Para além de uma panorâmica histórica, Rosado Correia discute o papel do arquiteto na salvaguarda do património e a interdisciplinaridade que deve existir aquando da intervenção no mesmo. Saliemos ainda o capítulo importante que o autor lança sobre a albufeira de Alqueva, fazendo as previsões das consequências positivas e negativas, mostrando já o interesse que esta transformação na paisagem causava ainda antes de se poderem ver as ditas alterações.

Mais recentemente Monsaraz: Reconstruir a Memória de Ana Paula Amendoeira, livro editado em 2009 a partir da dissertação de mestrado da mesma de 1998, faz um estudo de conservação sobre as principais transformações a que a Vila foi sujeita no início do século XX pela DGEM, incluído no processo de transformações de várias fortificações no tema do Estado Novo da Portugalidade.

Saliemos os vários artigos que Maria Isabel del Val Valdivieso escreveu sobre o papel da água na Idade Média, nomeadamente “Usos del agua em las ciudades castellanas del siglo XV” em 2010, assim como o capítulo de Isabel Freitas B. Cardoso “El agua em las ciudades portuguesas medievales” em 2002. Artigos estes imprescindíveis para compreender o quanto a água foi importante na formação das cidades e no urbanismo medieval.

É ainda relevante no livro Caminhos da Água, Paisagens e usos na longa duração, o capítulo A água no livro das fortalezas de Duarte D’Armas por Isabel Vaz de Freitas, que analisa, através dos levantamentos que o

escudeiro de D. Manuel realizou no século XVI, a representação das arquiteturas da água e a sua relevância para o dito levantamento, assim como a relação urbana, militar e social que estas teriam na idade média e nas fortalezas portuguesas.

Por fim destacamos a importância dos desenhos cartográficos históricos, sendo eles essenciais nesta investigação arquitetónica, por serem um elemento fundamental da prática arquitetónica assim como testemunho das arquiteturas da água que existiram ou ainda existem em Monsaraz. Sendo os desenhos de Duarte D'Armas no século XVI os mais antigos da vila de Monsaraz, mais concretamente a sua alcáçova, e também os de Miguel Luiz Jacob no século XVIII, que representa excepcionalmente a vila e os seus entornos.

Recentemente o estudo para o Plano Pormenor de Salvaguarda de Monsaraz, pelo atelier do arquiteto João Luís Carrilho da Graça, traz-nos noções de que estão a ser efetuadas ações e medidas de preservação tanto da vila como do seu território.

A constatação de que poucas vezes as monografias sobre Monsaraz referem as estruturas da água, reforçou a necessidade de uma abordagem mais aprofundada deste aspeto nesta investigação.

É intuito desta investigação colmatar esta lacuna, designadamente no que se refere ao estudo da vila de Monsaraz, através da elaboração de um inventário das suas estruturas da água, assim como levantar questões sobre qual a importância destas estruturas quer na fundação deste lugar, quer atualmente, tendo em conta o contexto da vila na recente albufeira de Alqueva. Esta pesquisa poderá ainda constituir uma base de trabalho para posteriores investigações.

De um ponto de vista metodológico, este trabalho parte de uma análise meditada dos elementos escritos existentes consultados (designadamente as principais monografias referentes a Monsaraz, e posteriormente enriquecido pelos artigos da especialidade como os referentes à utilização da água na época medieval), de fotografias históricas do arquivo fotográfico distrital mas principalmente de fotografias do Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa e do SIPA, assim como dos elementos desenhados encontrados nas diferentes bibliotecas e arquivos .

Aos elementos escritos produzidos através da análise efetuada, serão associados elementos desenhados que acompanharão o desenrolar do trabalho e servirão como um apoio visual ao que está a ser descrito. Para auxiliar esta investigação foram efetuadas visitas de campo a Monsaraz, quer aos espaços de carácter público, quer aos espaços de carácter privado que nos foi possível visitar. Nessas visitas foram executados levantamentos rigorosos das diferentes estruturas analisadas de forma a perceber as suas tipologias, espacialidades e materialidades, assim como realizadas entrevistas abertas à população com o objetivo de compreender quais as suas memórias sobre as estruturas da água na vila e a sua relação com elas.



Varela Pécurto, Fontanário da rua da Porta de Évora, 1950-1950. Fonte: Arquivo Fotográfico de Évora

MONSARAZ

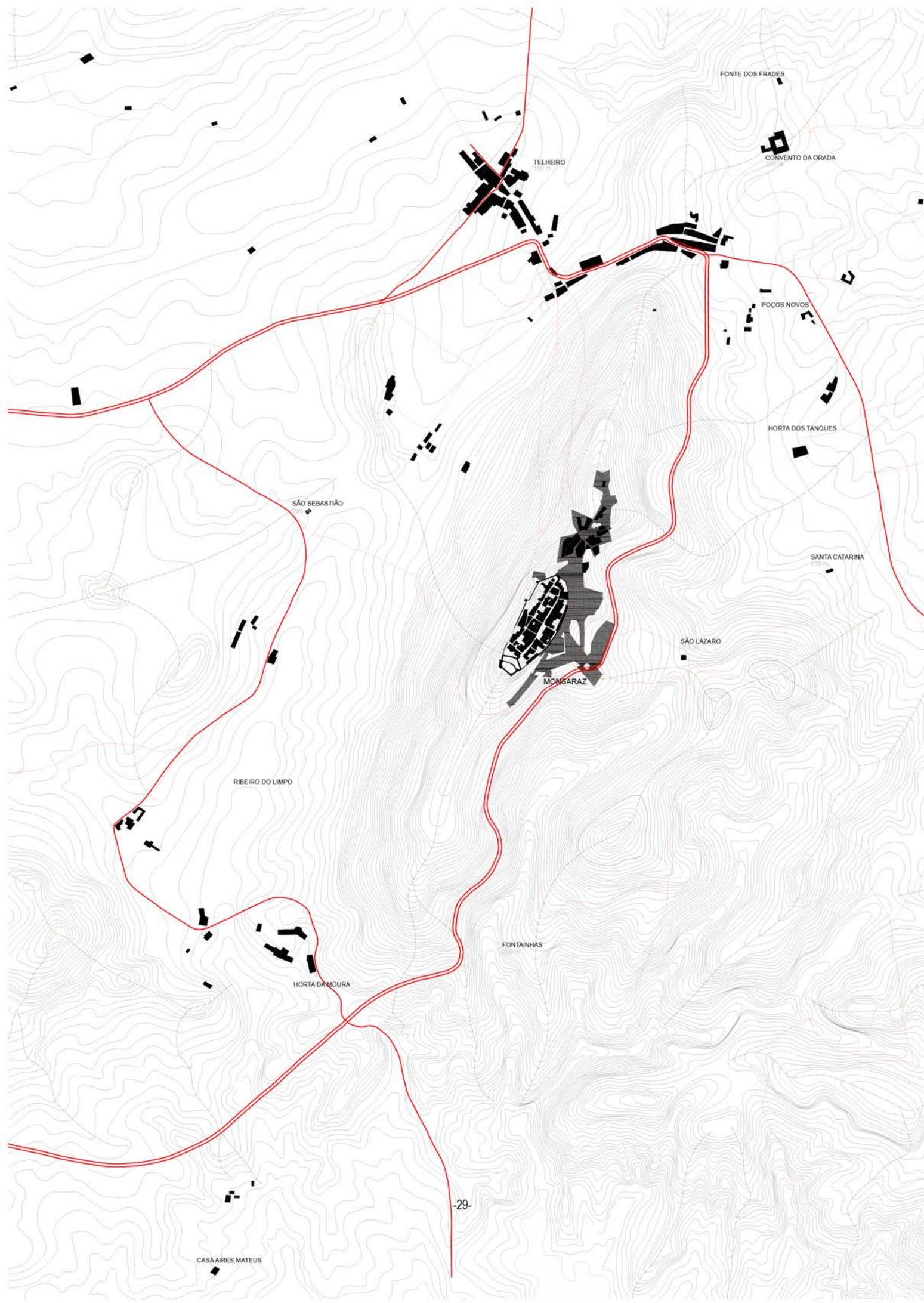


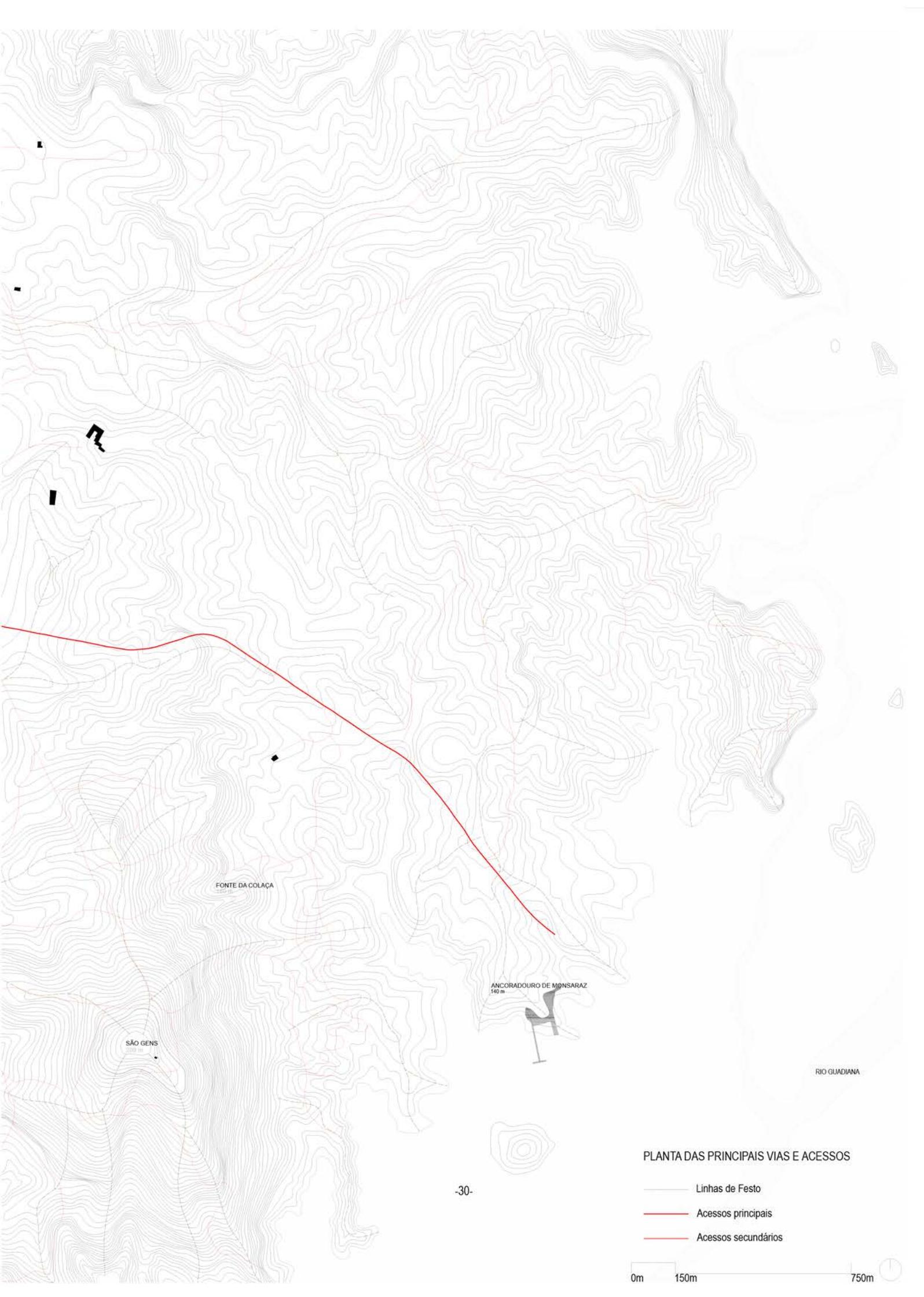
REGUENGOS DE MONSARAZ

S. PEDRO DO CORVAL

Figura 7: Ortofotomapa de implantação da vila de Monsaraz







PLANTA DAS PRINCIPAIS VIAS E ACESSOS

- Linhas de Fecho
- Acessos principais
- Acessos secundários



ENQUADRAMENTO

Monsaraz é uma vila Alentejana localizada a aproximadamente quinze quilómetros da sede de concelho Reguengos de Monsaraz, na estrada que sai da cidade a Este em direção à recente albufeira de Alqueva, atravessando as aldeias de São Pedro do Corval, conhecida pelas suas tradicionais olarias e do Telheiro, já no sopé da colina onde está Monsaraz.

No cimo desse monte, a trezentos e vinte e seis metros de altitude, Monsaraz desenha-se sobre um alicerce de rochedos no sentido Norte Sul. O baluarte de São Bento, o arrabalde, a vila amuralhada e finalmente coroada pelo castelo a sul, limitando este o conjunto urbano.

“Monsaraz, embalada naquela áspera e solitária onda geológica, lembra trágica e melancolicamente um velho barco desmantelado, qual arca de Noé salva do dilúvio bíblico e coroando, na paisagem calma e grandiosa do Alentejo, uma nova montanha de Ararat⁵.” (Gonçalves J. P., 1962, p. 3)

A vila além de funcionar como um miradouro que abarca toda a paisagem é também a charneira que divide duas paisagens distintas. A oeste uma planície de terrenos agrícolas, vinhas e olivais que culminam na Serra das Pedras, para lá da aldeia de Motrinos e a este uma paisagem sem fim, onde agora se vê a vastidão do grande Alqueva e muitas das aldeias e vilas que o pontuam, assim como a proximidade a Espanha.

⁵ Referência de José Pires Gonçalves à montanha mais alta da Turquia com 5137m de altitude, que segundo a bíblia foi onde repousou a Arca de Noé após o grande dilúvio.

Foi devido a esta proximidade a Espanha, e à manutenção da fronteira, que surge Monsaraz, numa posição geográfica interessante, no cimo de um monte, com boa visibilidade e protegida pelos seus terrenos irregulares, pedregosos e inclinados. Atualmente com uma área total de 88,5km² e uma população de 782 habitantes na freguesia⁶, compreende para além da vila de Monsaraz, as aldeias da Barrada, Motrinos, Outeiro e Telheiro. Dentro da zona especial de proteção⁷ habitam 95 pessoas, sendo que a população flutuante é de cerca de 200.

A vila é o sítio mais visitado do concelho de Reguengos e procurado pelo seu encanto e beleza de uma vila medieval, que está agora associado à albufeira do Alqueva. Este conjunto traz um carácter especial à paisagem, pois além de oferecer um grande contraste e novas características ao território, está de certa forma agraciado pela presença da vila e do seu castelo numa posição impar de apreciação da nova paisagem que aqui se forma.

⁶ Censos de 2011, INE

⁷ Portaria de 10-05-1951, publicada no DG, II Série, n.º 187, de 14-08-1951. Documentação relativa à zona "non aedificandi": Portaria de 10-05-1951, publicada no DG, II Série, n.º 187, de 14-08-1951



Sara Passinhas, Aspeto geral do exterior de Oeste para Este, 2016.

“Património é um conceito amplo e inclui tanto o ambiente natural como ambiente cultural. Abrange paisagens, locais históricos, sítios e ambientes construídos” (ICOMOS, 1999), como tal a necessidade de nos debruçarmos sobre este território, que para além do seu valor patrimonial já identificado e em certa medida recuperado no caso de Monsaraz, nos leva também a incluir as novas valências que a barragem do Alqueva introduziu no território. É essencial e uma vez que ambos vivem em sintonia, promove-los e trabalhá-los em paralelo. Para contribuir para a evolução do património, realizando propostas de valorização do lugar, é essencial compreender o passado, quer através do próprio património físico, quer através da memória coletiva para que este nos suscite novas medidas de atuação e experimentação. Como tal é essencial que a população tenha noção do seu próprio património, o compreenda e tome conhecimento dos fatores positivos que podem beneficiá-lo assim como dos fatores negativos que podem destruí-lo.

É necessário que se conheça o passado como forma de melhorar o futuro.



Sara Passinhas, Perspetiva sobre o menir da Bulhõa, 2016.

ANÁLISE HISTÓRICA

No concelho de Reguengos de Monsaraz encontra-se a maior concentração de vestígios megalíticos de Portugal. É um caso singular e largamente citado no megalitismo europeu devido a vários fatores como a enorme concentração de monumentos, a sua variedade tipológica e construtiva e principalmente as várias pesquisas realizadas ao longo dos anos.

A descoberta destes vestígios no concelho de Reguengos de Monsaraz, deveu-se ao casal Georg e Vera Leisner, alemães que na década de 1930 realizaram prospeções pela península ibérica e mais tarde publicaram *Megalithgraber der Iberischen Halbinsel*, mostrando assim a sua apaixonada investigação sobre o megalitismo peninsular. O casal identificou na região de Monsaraz 133 dólmenes de um total de 135, sendo que os restantes dois só foram descobertos no âmbito dos trabalhos da minimização do impacte da albufeira de Alqueva⁸. Já na década de 1960 Henrique Leonor Pina prosseguiu a investigação dos Leisner conjuntamente com José Pires Gonçalves que havia acompanhado o casal de alemães pelo Alentejo. Esta pesquisa foi mais tarde completada em 1980, no caso de Reguengos de Monsaraz por Mário Varela Gomes e também por Victor S. Gonçalves.

A prova que o território de Monsaraz foi desde a pré-história lugar da fixação do homem, consiste na existência de dólmenes –habitualmente chamados de antas- de carácter tumular, e de menires, entendidos como marcação do território. Os fatores que levaram à implantação destes povoados no território são, segundo Victor S. Gonçalves, a planície irrigada a este pelo rio Guadiana, a oeste pelo rio Degebe e a norte, pela ribeira do Azevel; a

⁸ João Luís Cardoso em Nos 50 anos da Identificação do Megalitismo não Funerário Alentejano, O povoamento da região de Reguengos de Monsaraz nos IV e III milénios a.C, 2015 (pp. 70-82)

escolha geológica de um solo rico em granito que servia como matéria prima para a construção de monumentos e para estruturar povoados, e por último e somatório dos anteriores, pela aptidão agrícola dos solos para a agricultura, ricos em caça e acolhedores para o gado.

Contudo esta região não é rica apenas em vestígios pré-históricos sendo que também se encontram vestígios da Idade do Ferro, do período romano e árabe, até à dita Idade Média. Entre 1998 e 2002, no âmbito do programa de minimização de impacte ambiental da Barragem de Alqueva, no Bloco 14 - área compreendida entre o rio Degebe e o rio Guadiana do concelho de Reguengos de Monsaraz- foram realizadas prospeções que atribuíram aos vestígios estudados uma ocupação que se inicia no Baixo Império Romano, se prolonga pelo período islâmico até à transição deste para o período medieval, compreendendo assim uma transição desde o século X até ao século XIV⁹.

“Longe vão os tempos em que o homem vivia junto às linhas de água sem grandes preocupações de defesa. Agora os tempos são outros. O antigo inimigo, a fome, foi relegada para segundo plano. Agora, o maior inimigo do homem é o próprio homem. Gentes de outras paragens obrigam os que aqui sobrevivem a encourçar-se no cimo dos cabeços rodeados de muralhas.” (Jorge Araujo, 2000, p. 52) Essas mesmas escavações previam a existência de um povoado do Bronze Final, cujas características se baseavam na ocupação de cumes. No entanto devido à área de exploração estar limitada à cota 152 nada foi analisado. Só foi efetivamente descoberto em 2008 no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal de Reguengos de Monsaraz. Este povoado terá sido o período de maior presença humana em Monsaraz e

⁹ Evidências materiais da ocupação islâmica da margem direita do Guadiana (Reguengos de Monsaraz). 6º Encontro de Arqueologia do Algarve (pp. 651-660)

a sua dimensão urbana proporcional a essa presença, ultrapassado mesmo a dimensão medieval que Monsaraz atingiu e que chegou até nós. Esta descoberta veio aumentar e justificar o leque de vestígios que já tinham sido encontrados na região, nomeadamente no cume de S. Gens, em frente a Monsaraz¹⁰.

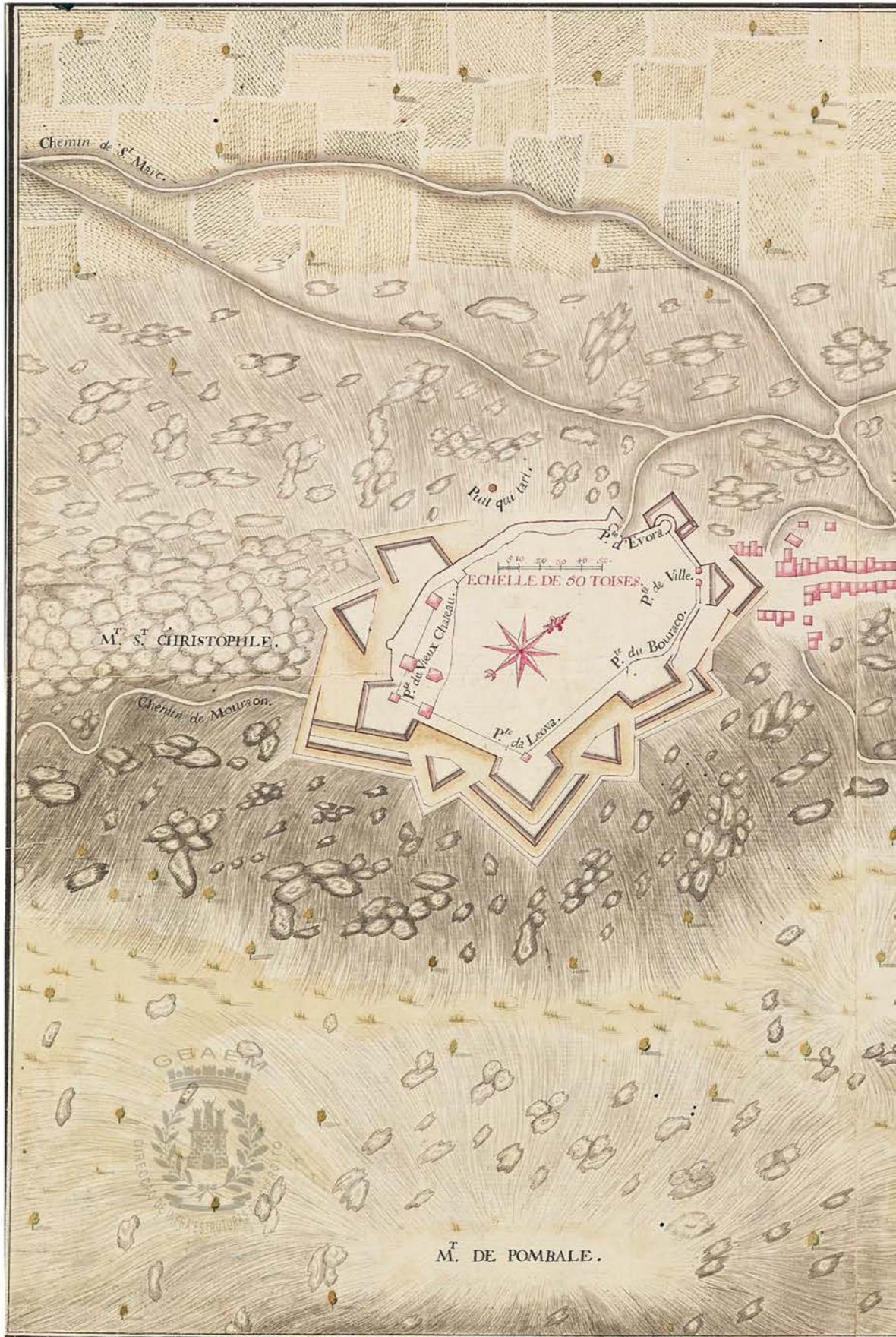
É conhecido que Évora foi o centro desta região desde a Idade do Ferro, chamada pelos romanos de *Liberalitas Iulia Eboracensis*. Contudo Évora, não era a cidade principal do território administrativo da *Lusitânia*. Esse lugar era ocupado por Mérida, ou *Augusta Emerita*. Como tal é possível que existisse um percurso romano que unisse Évora a Mérida passando por Monsaraz¹¹ e fazendo a travessia dos rios Guadiana e Degebe. Até à fundação de Badajoz em 875, este território estaria sobre a influência de Mérida, que dominaria uma grande extensão da península. Segundo José Pires Gonçalves a etimologia da palavra Monsaraz é árabe, propondo Mons, Montis-significado para monte, outeiro, colina ou cerro, e um sufixo árabe -Saris ou Snarish / Xarez-Xaraz (terra povoada por densas matas de esteva ou Xara)¹².

À islamização e arabização do território sucede, após a conquista cristã no século XII e XIII, um período senhorial. Existem várias conjunturas sobre a presença islâmica em Monsaraz, desde a origem etimológica do seu nome, ao facto deste território ter sido discutido por vários povos. Contudo atualmente, após escavações feitas intramuros não foram ainda encontrados

10 Povoamento Proto-histórico na margem direita do rego de Alqueva. *Arqueologia de la tierra. Paisajes rurales de la prohistoria peninsular*, (pp. 127-179)

11 José Pires Gonçalves em *Monsaraz e o seu Termo*, 1962 (p. 17)

12 João Rosado Correia em *Monsaraz e o seu Termo, Plano de Salvaguarda / Uma Estratégia de Desenvolvimento*, 1994 (p. 35)



Pierre Robert De Bafsenond , Plan de Montsara, 1763. Fonte: Direcção de Infraestruturas do Exército



vestígios da ocupação islâmica¹³. Monsaraz é conquistada em 1167 por Geraldo Sem Pavor, no entanto não se manteve no domínio e só em 1232 D. Sancho II, com o apoio dos cavaleiros templários é que efetua a derradeira conquista¹⁴. Foi-lhe dado foral delimitando os limites do seu termo, que são os atuais limites do concelho de Reguengos, e que mais tarde foi novamente doado por D. Manuel em 1512. Foi a partir dos reinados de D. Afonso III e D. Dinis que o repovoamento e reedificação da vila nomeadamente o surgimento da primeira linha de defesa do castelo, tomando assim carácter militar e incluindo-se na defesa de Portugal juntamente a Elvas, Juromenha, Olivença e Mourão.

É principalmente ao reinado de D. Dinis que são atribuídas a construção dos principais edifícios públicos da vila assim como as fortificações e o traçado das ruas intramuros. Nos séculos XVI e XVII é construída a Igreja Matriz - sobre uma outra demolida devido à peste-, a Igreja da Misericórdia e a obra abaluartada. Mais tarde no século XVIII são construídos a Igreja de Santiago, a chamada casa da Inquisição e os novos paços do concelho. Um período importante da história de Monsaraz foi a Época das Guerras da Restauração ao nível da defesa fronteiriça, ganhando importância estratégica regional. Período esse em que foi construída uma segunda linha de muralhas do tipo *vauban* assim como uma rede de atalaias defensivas em pontos estratégicos envolventes no território¹⁵.

No século XVIII, após o grande terramoto de 1 de Novembro de 1755, e no âmbito da reconstrução nacional, o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, envia a todos os párocos do reino um

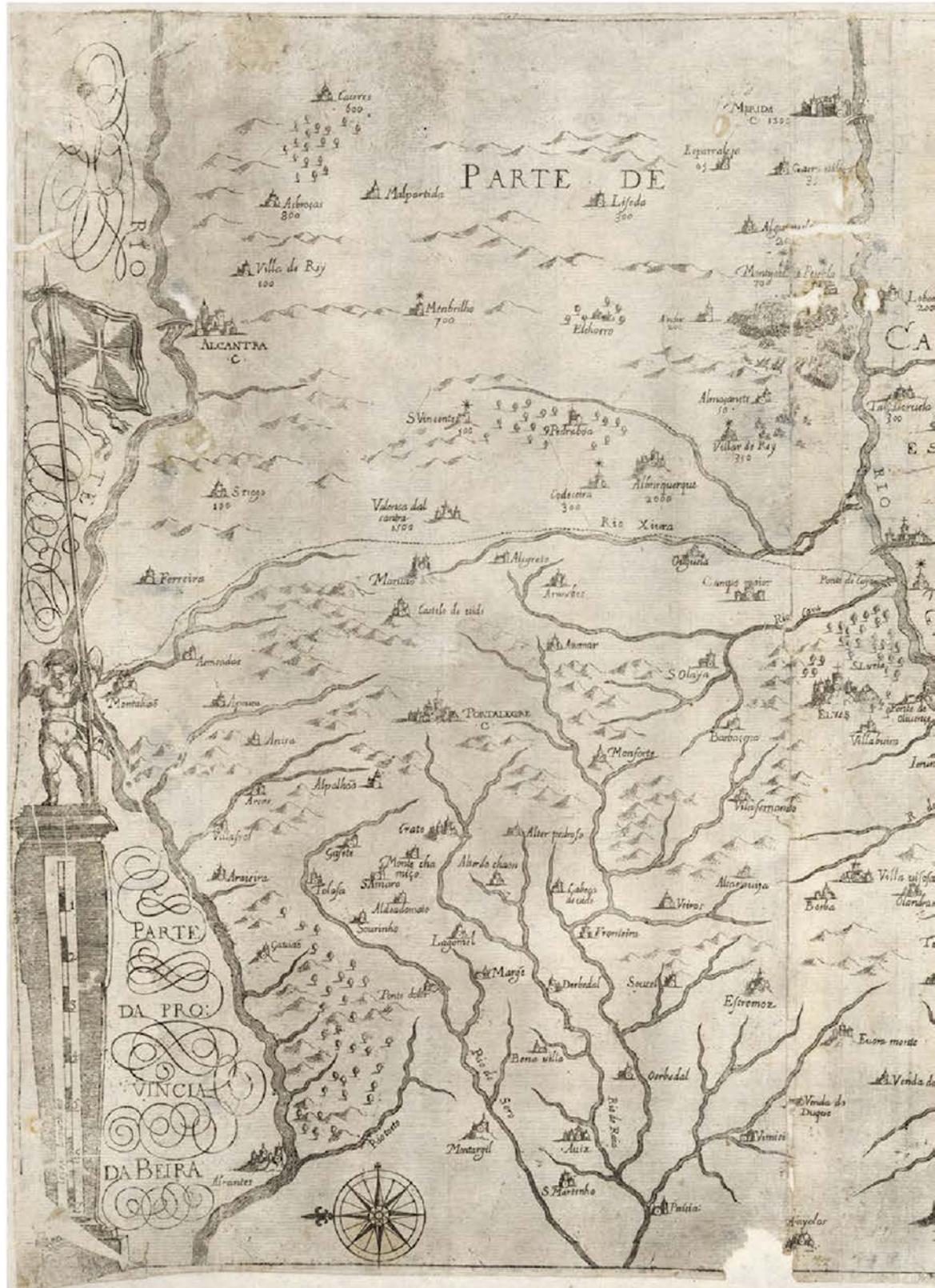
13 Relatório de Fundamentação do Plano de Salvaguarda de Monsaraz, 2016, (p. 41)

14 Jorge Araujo em *Monsaraz e o seu Reguengo, and its royal estate*, 2000, (p. 54)

15 Ana Paula Amendoeira em *Monsaraz, Reconstruir a Memória*, 2009, (p.27)

interrogatório que além das informações relativas aos estragos feitos pelo desastre, exige informações geográficas, demográficas, históricas, económicas e administrativas dos lugares, vilas, aldeias e cidades portuguesas. Ficando conhecido como as Memórias Paroquiais. Este interrogatório respondido por António José Guião, o Prior de Santa Maria, ajuda-nos a conhecer Monsaraz em 1758. Segundo o relatório existiam 387 pessoas no termo de Monsaraz, das quais 157 viviam na vila e as restantes nas zonas rurais e no campo circundante. Nessa altura o termo de Monsaraz compreendia cinco freguesias e os principais bens de troca seriam o trigo, a cevada, o centeio, o azeite e o vinho. O prior descreve quatro ermidas, todas fora dos muros da vila. A primeira no fortim a norte, São João Batista; a segunda São Cristóvão nos olivais da vila, a oeste; a terceira São Lázaro a este, descrita como bastante destruída por descuido dos responsáveis e por último Santa Catarina Maior, mais a norte da anterior, também destruída. É descrita igualmente a torre existente no monte de São Gens, na direção de Castela que também se encontrava em mau estado.

Em relação ao território que envolve a vila, o rio é localizado a meia légua desta, passando entre Monsaraz e Mourão na direção do meio dia. É descrito como navegável por barcos mais pequenos usados na pesca e que correria todo o ano, com um curso impetuoso por passar em terras montanhosas. Descreve-se que nele se pescava todo o ano por divertimento, que nas suas margens não se cultivava nada e estas compunham-se por oliveiras e azinheiras. As suas águas tinham a virtude de digerir e no verão para se banharem por várias doenças. Por todo o rio existiam moinhos para “moer o pão”, contudo na freguesia apenas existia um. Por último o prior indica que as águas do rio não eram usadas para cultivo e rega dos campos por as terras que o acolhem serem alcantilosas.



João Teixeira Albernaz, Mapa da fronteira entre o Alentejo e a Extremadura Espanhola, 1644. Fonte: Biblioteca Nacional



Já no século XIX devido à implantação do liberalismo, à perda de funções defensivas e à evolução política nacional, houve uma decadência da importância de Monsaraz a nível regional o que acabou por ser demonstrado com a passagem da sede do concelho para a vila do Reguengo.

BREVE ANÁLISE DO ENQUADRAMENTO NA LINHA DE FRONTEIRA

A fronteira com a estremadura espanhola compreendia a região da Beira Baixa e do Alentejo, correspondendo a uma quarta parte do total das fronteiras terrestres portuguesas. Caracterizava-se por uma enorme extensão de território que incluía algumas das zonas mais vulneráveis à penetração por parte de Espanha no nosso território.

Os relevos e o curso dos rios são as condições naturais que constituem as primeiras fortalezas defensivas na fronteira. É, no entanto, onde estas características naturais se atenuam que surgem as fortalezas construídas pelos homens. Tornando-se das regiões mais reforçadas a nível militar e a nível de ocupação, e uma das mais completas do ponto de vista arquitetónico e da engenharia militar da história de Portugal. É possível, devido ao grande número de fortificações e ao seu longo período de atividade, compreender este território desde uma época inicial de fundação até à atualidade, incluindo todas as adaptações e ampliações.

Após a conquista do Algarve em 1249 pelo rei D. Afonso III, tornou-se prioritário definir a fronteira a leste, o que em 1297 com D. Dinis, ficou estabelecido no Tratado de Alcanices. A origem e organização destes castelos deve-se sobretudo a questões de ordem estratégica e tática ligados ao poder político régio. A primeira fase passou pela fixação de linhas de detenção seguras e a segunda fase a definição da fronteira a leste. D. Dinis

entregou forais e estabeleceu coutos homiziados¹⁶, o que para além de instituir uma linha de presença militar requeria uma ocupação efetiva do território fomentando a fixação de população numa zona com duvidosas potencialidades de desenvolvimento, dadas as limitações naturais e vocação sobretudo para a pastorícia. Muitas destas zonas fronteiriças anteriormente à Reconquista, estavam ameaçadas pelas ofensivas árabes e foram confiadas às Ordens Militares. (Faria, 1995)

Para além do reinado de D. Dinis não existiu outro em que se registasse a construção de um grande número de fortalezas. Contudo existiu sim a preocupação com a sua manutenção e atualização tendo em conta os novos cenários de guerra. Durante os anos que separam o reinado de D. Dinis até ao período da Guerra da Restauração em 1640, as fortalezas da fronteira leste não sofreram grandes testes à sua operacionalidade uma vez que os confrontos eram longe da linha fronteiriça em campos abertos. Contudo a Restauração veio inverter a situação retomando a importância destas estruturas na linha de fronteira com a estremadura espanhola, adaptando-as às inovações necessárias para a sua atualização.

A região do Guadiana não possuía praças de armas muito evoluídas, mas existiu ao longo do tempo a preocupação na manutenção das fortalezas existentes. Monsaraz tinha uma importância relevante no que diz respeito ao controle da passagem do Guadiana, existindo vários portos junto à vila.

¹⁶ Coutos homiziados foram formados na segunda metade do século XIV e início do século XV. Eram povoamentos que visavam aumentar o número de homens em locais perigosos de forma a colmatar e evitar o abandono de localidades fortificadas junto à fronteira. Eram habitados por criminosos que, entretanto, se libertavam das penas em que tivessem incorrido e ficavam sob o controlo dos funcionários do rei. Mais tarde D. Manuel decidiu limitar o acesso a estes coutos.



Sara Passinhas, Perspetiva sobre a Rua de S. Bento, 2016.

ANÁLISE URBANA E ARQUITECTÓNICA

A ideia de que a morfologia urbana da Idade Média é caracterizada pela irregularidade, sem qualquer conceção prévia e planeada é-nos esclarecida por Jorge Gaspar no seu artigo para a Revista Finisterra de 1969.

Ao considerar na Baixa Idade Média as áreas de colonização recente ou em vias de reestruturação são exemplos de que as povoações eram planeadas segundo um padrão geométrico. Isto aconteceu não só em Portugal, mas também no sul de França, leste da Alemanha, sul da Itália e Sicília e também na fronteira Aragão-Navarra em Espanha. Em comum estão os séculos de criação, entre o XII e o XIV, são regiões pouco povoadas e de instabilidade política, recentemente conquistadas, às quais os povoadores procuram atrair populações mediante a troca de privilégios. Adaptando-se à topografia e obedecendo a diferentes esquemas, a maior parte destas localidades situa-se em pontos altos. A planta é sempre regular, apresentando uma muralha envolvente de forma circular, oval ou retangular. Cada muralha apresentava um determinado número de portas de onde partem ruas diretas a uma praça central e no geral são de pequenas dimensões, estando a maioria entre os 1000 e os 2000 habitantes.

É importante ressaltar a inovação destas medidas adotadas uma vez que até aqui a urbanização obedecia apenas a duas ou três regras, como a militar e a económica, mas que raramente existia a preocupação de construir uma obra como uma unidade.

A repetição de diferentes tipos de planta, nomeadamente no sul de França, demonstra a presença de diferentes arquitetos nesta época. Situam-se





normalmente em sítios cuja topografia ajuda à sua defesa natural, envolvidas por uma muralha onde se abrem portas; as ruas retilíneas cruzam-se em ângulos retos e formam blocos retangulares de casas; no centro, com fácil acesso pelos moradores assim como pelos forasteiros, está a praça de forma retangular, com arcadas ou alpendres nos exemplos mais completos e que funcionavam como o centro comercial, de convívio e de manifestações públicas. No caso das cidades alemãs, a praça era também o centro religioso, albergando também a câmara municipal e casas de associações.

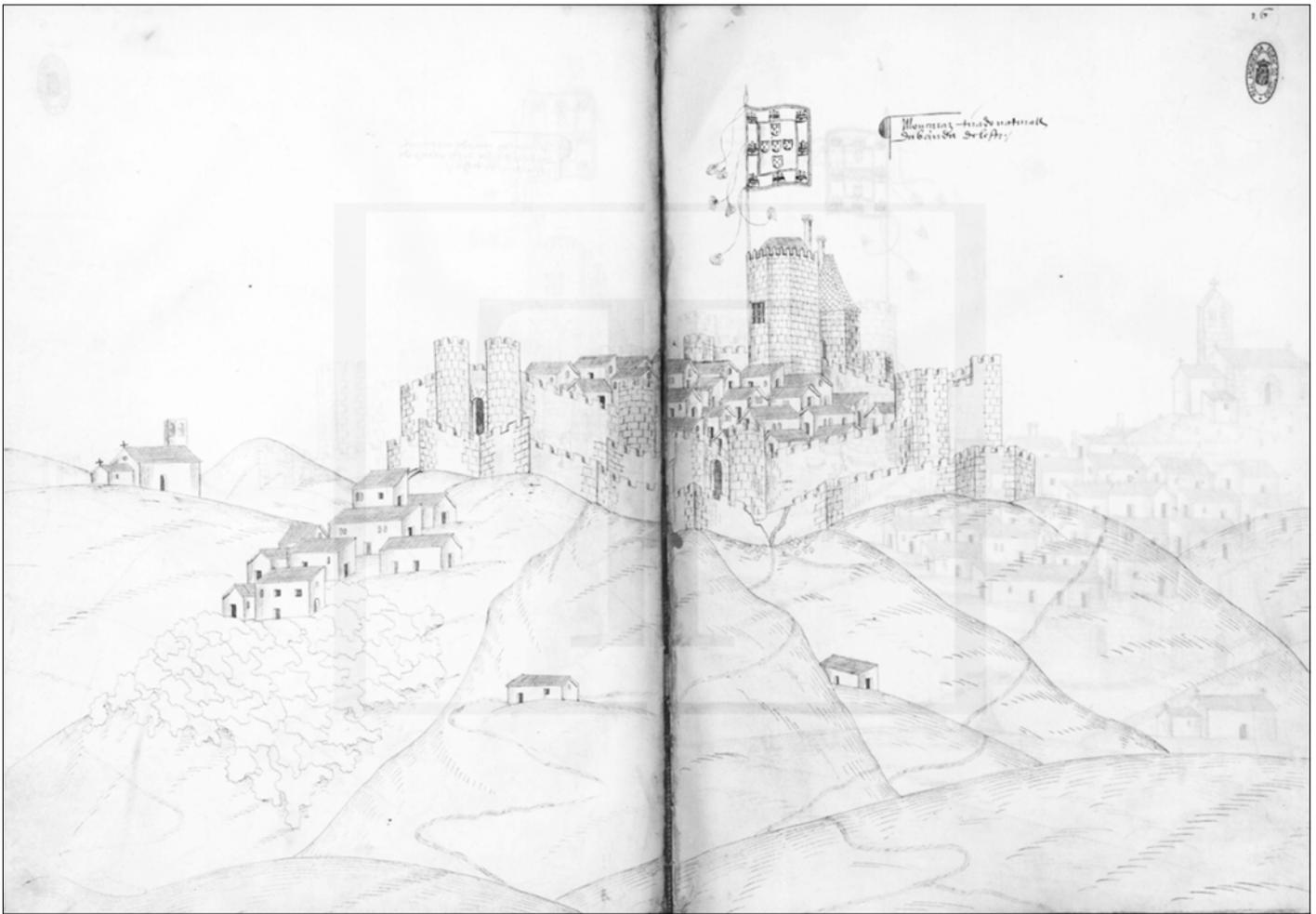
Em Portugal não existem exemplos de vilas construídas segundo os modelos estrangeiros nos quais se estabelece uma geometria rígida e se procura uma obra completa e monumental. No entanto D. Dinis foi responsável pelo aparecimento destas vilas planeadas. Os motivos para o seu aparecimento são semelhantes ao das vilas estrangeiras e é-lhe associado uma facilidade de coleta de impostos, simplificação da administração civil, religiosa e militar. Os primeiros povoadores eram criminosos que recebiam privilégios e se fixavam nos coutos homiziados, fundados fundamentalmente junto à fronteira. Para a aplicação deste planeamento urbano eram necessários dois fatores, a existência de um local com um número razoável de habitantes e um poder local suficientemente forte para impor esse mesmo planeamento. Este tipo de padrão que falamos é visível por todo o país, mas é no Alentejo oriental, zona fronteira sem defesas naturais, que são construídas mais vilas no reinado de D. Dinis para colmatar essa falha defensiva e auxiliar na proteção da fronteira.

O caso de Monsaraz é um exemplo impressionante de regularidade pelo fato da vila se implantar numa topografia acidentada, propícia ao desenho de ruas ondulantes. Desenvolvendo-se a partir do castelo, ponto inicial da construção urbana do lugar, a planta apresenta desde aí a rua central, ou Rua Direita no

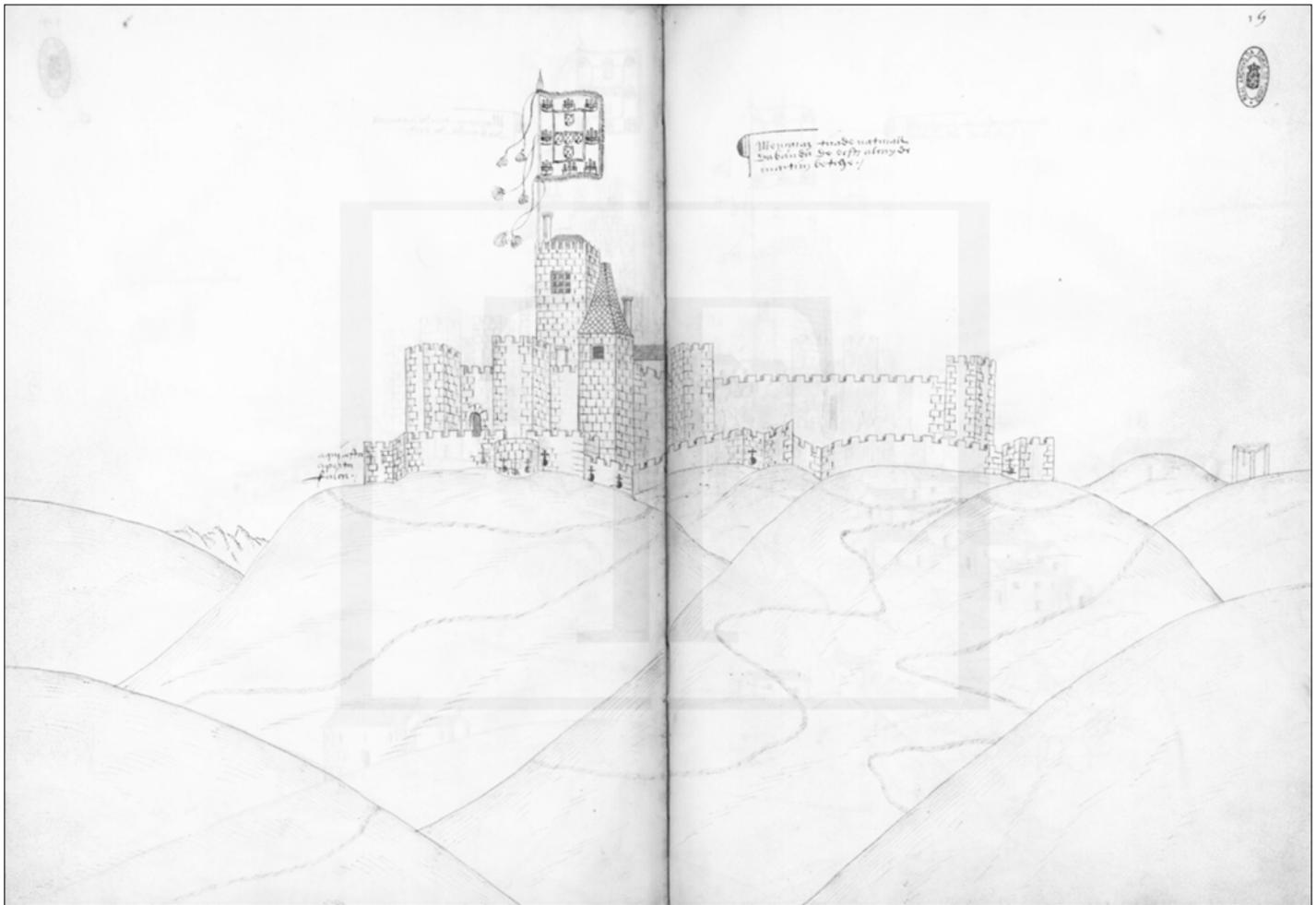
caso de Monsaraz. Essa rua une a Porta do Castelo a sul, à Porta da Vila a norte, desenhando uma inflexão e mudança mais abrupta de cota já perto do fim. A meio da rua abre-se um espaço, ao qual se chama largo, ou praça, sendo a rua que lhe dá origem um dos seus limites, nunca a cruzando. Aqui situam-se os edifícios de maior importância, no caso de Monsaraz, a igreja e o tribunal e rematando por fim a rua, a Porta da Vila. Esta rua principal é acompanhada de outras ruas mais estreitas e paralelas, que também atravessam a povoação de uma ponta à outra. A ligação destas linhas longitudinais é feita por travessas em ângulos de 90°. Esta trama ortogonal gera o desenho de blocos retangulares ou trapezoidais que contêm as habitações e edifícios de carácter público. A rua principal de Monsaraz, excluindo a inflexão final, é praticamente à mesma cota, funcionando como um festo, diminuindo de cota no sentido este e oeste.

Defendendo uma área urbana de cerca de 3,5 hectares, a muralha da vila, acompanhada de barbacã, tinha para além da Porta da Vila, três outras portas. No paramento este-sul, a Porta de Alcoba, que leva à Praça Principal da vila; no mesmo lado, mas mais a norte, a Porta do Buraco, junto à cisterna da vila que une à Rua Direita. Já no lado oeste existia apenas uma porta, a de Évora que une a cota mais baixa da vila amuralhada à aldeia do Telheiro. É de destacar que este traçado do século XIV é o que chegou até nós mostrando a capacidade que já existia nesta época de projetar e implantar algo ortogonal nesta topografia particular.

Como anteriormente mencionamos após este período inicial de implantação e crescimento para além do castelo não se registam grandes alterações à vila. Através do registo de Duarte D'Armas, no Livro das Fortalezas mandado executar pelo rei D. Manuel temos acesso ao estado das principais fortalezas



Duarte Darmas, Monsaraz vista de oeste, séc. XVI. Fonte:Arquivo da Torre do Tombo



Duarte Darmas, Monsaraz vista de este, séc. XVI. Fonte:Arquivo da Torre do Tombo

portuguesas no século XVI. Neste registo podemos observar as construções que se encontravam em piores condições, mais arcaicas, as que mantinham um traçado e elementos dionisianos e aquelas mais evoluídas, revelando adaptações às técnicas da época. Monsaraz encontra-se a par de Olivença, Elvas, Alpalhão, Castelo Branco, Idanha a Nova, Segura, Salvaterra, Pena Garcia e Penamacor, uma das fortalezas mais evoluídas e adaptada. Revelando assim a importância que a vila manteve até ao século XVI.

Com a Guerra da Restauração no século XVII, surgiram novas necessidades de inovar e acelerar o processo de inventariação das fortalezas. O reino chama o engenheiro Nicolau de Langres, que com o apoio de Cosmander e Gillot, executam o esforço de recuperação das fortalezas. O principal registo da sua passagem por Portugal é uma compilação de desenhos que executou com projetos de alteração de inúmeras fortalezas, alguns nunca vindo a ser concretizados. Neste período podemos verificar a inclusão do sistema *vauban* na vila de Monsaraz, existindo um abandono total das concepções medievais e uma evolução da arquitetura militar para o sistema da fortificação abaluartada integrando os núcleos primitivos dos castelos medievais, no caso da vila a construção de uma segunda linha de muralhas.

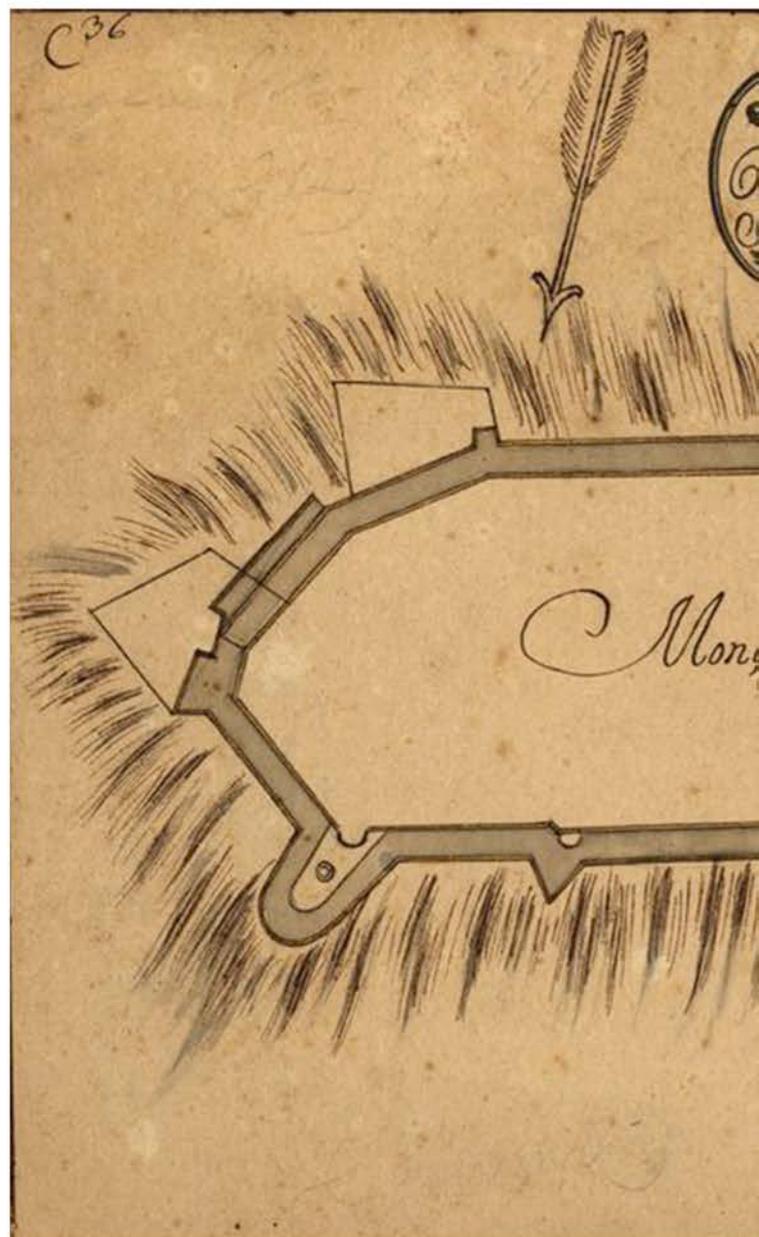
No século XVIII e XIX é descrito que Monsaraz se encontrava em ruína, com as muralhas, o castelo e o casario em condições arruinadas. É referida a falta de água dentro das muralhas excepcionando a que existia dentro da cisterna da vila que também se encontrava em ruína. Um dos principais motivos para a ruína foi a falta de população que indicava que a vila era de difícil acesso. Existiam quatro calçadas que ligavam às quatro portas da vila, sendo a porta principal a de mais fácil acesso. Além da dificuldade de acesso, a localização altaneira não fazia do lugar um sítio de passagem. No final do século são realizadas duas obras importantes na vila, que é a criação da estrada de

acesso à Porta Principal e o alargamento da Rua do Celeiro para a passagem mais confortável de carruagens. Além destas é em 1830 que se dá a adaptação da praça de armas a praça de touros.

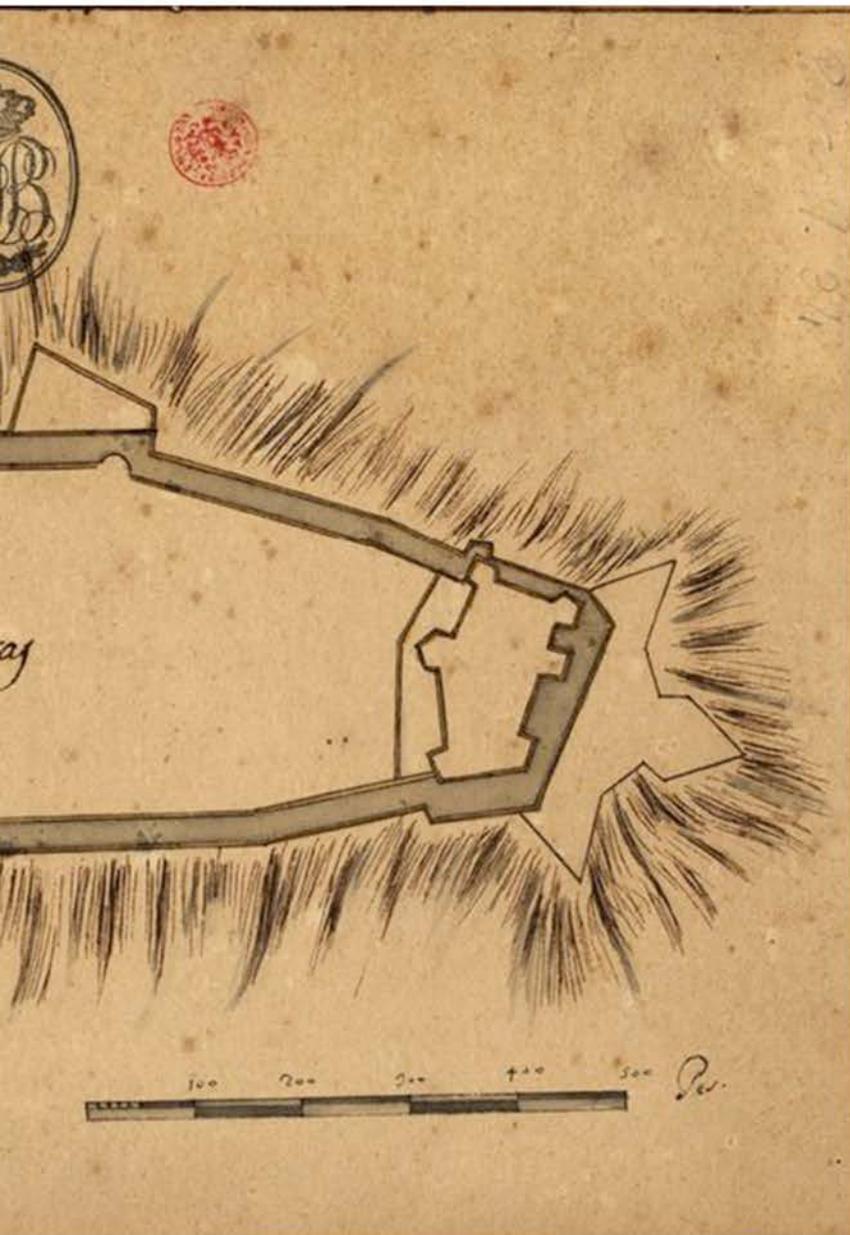
Além do conjunto dentro das muralhas Monsaraz abarca o arrabalde com uma formação concêntrica em torno de um largo. Existiu em tempos nesse largo uma igreja e uma necrópole.

A construção da estrada iniciada no final do século passado, prolongou-se sensivelmente até à década de 40 do século XX. Pelos perigos causados pelo desaterro da construção da estrada, foi criado um corredor contíguo à muralha que une a Porta do Buraco à Porta da Alcova. A câmara municipal foi nesta época responsável por algumas obras como o cemitério, escola primária e câmara. Apenas na década de 30 se forma uma opinião crítica sobre o estado de declínio da vila, assim como do abandono da população.

Em 1946, a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, organismo do Estado Novo com o objetivo de restaurar o Património Artístico Monumental, classificou a vila como Monumento Nacional e anos mais tarde, em 1951, como Zona Especial de Proteção. O restauro da vila só veio a concretizar-se em 1955 quase vinte anos após o pedido de intervenção feito pela câmara ao Estado.

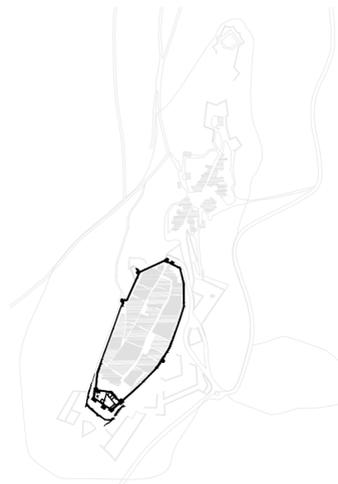


Nicolau Langres, Planta da Praça de Monsaraz, séc. XVII Fonte: Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal (w



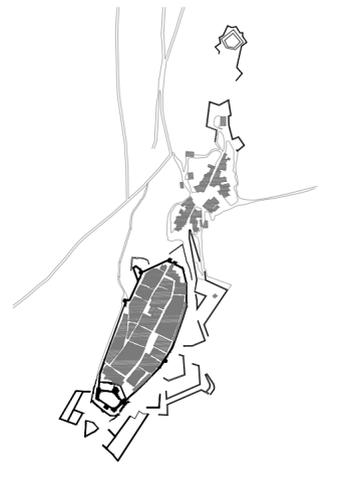
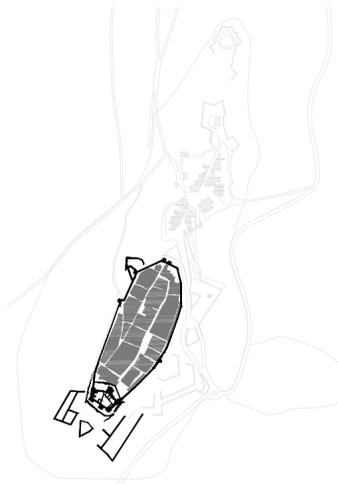


Sabe-se hoje, que a ocupação do termo de Monsaraz remonta à pré-história, confirmando-se agora, através da investigação de Manuel Calado e Rui Mataloto, existiu mesmo ocupação humana no cimo do monte, onde hoje está a vila.



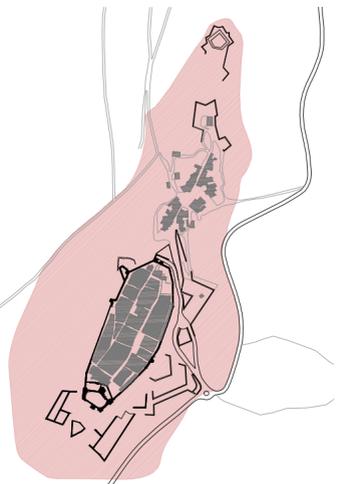
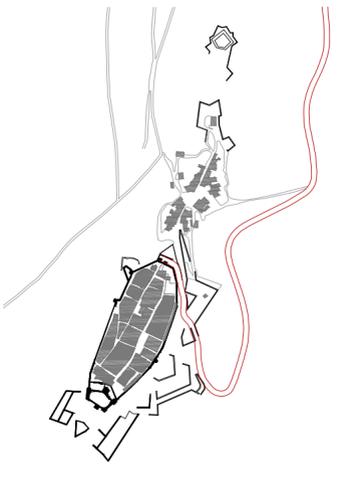
No reinado de D. Dinis é que se dá a consolidação da vila. É neste período que se define o traçado viário, os principais edifícios civis e a fortificação medieval. Surge a torre de menagem pentagonal que ainda hoje se pode observar e toda a linha defensiva exterior à cerca medieval, a barbacã.

Mais tarde, no reinado de D. Fernando I, surge o pano que separa a alcáçova do casario da vila e a ligação entre as barbacãs a sul.



1755

Terramoto de 1 de Novembro de 1758 o Prior de Monsaraz responde ao inquérito exigido pelo Marquês de Pombal



2010
A barragem atinge pela primeira vez a cota 152 estando no seu nível de pleno armazenamento.



SÉCULO XII

SÉCULO XIII

SÉCULO XIV

SÉCULO XV

SÉCULO XVI

SÉCULO XVII

SÉCULO XVIII

SÉCULO XIX

SÉCULO XX

SÉCULO XXI

1143

Assinado o Tratado de Zamora que concede a independência a Portugal.

1272

Atribuição do primeiro

Foral a Monsaraz no qual, D. Afonso III cede à vila o título de sede de concelho.

Foi a partir deste reinado que se deu início ao desenvolvimelno da vila medieval. Foram construídas as torres da alcáçova, a barbacã a sul e a cerca amuralhada com as suas principais portas.

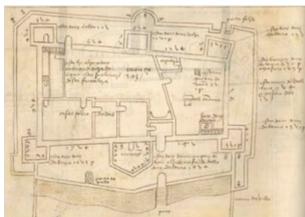
1232

Dá-se a derradeira conquista de Monsaraz pelo rei S. Sancho II apoiado pela Ordem do Templo.



1512

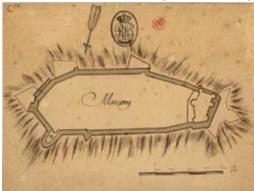
É atribuído a Monsaraz novo foral.



D.Manuel I encomenda ao seu escudeiro, Duarte D'Armas um inventário de todas as fortalezas do reino para avaliar o estado de conservação de cada uma delas. Entre outros aspectos era registado a condição das muralhas, a abundância ou falta de água e outros recursos -59-. imprescindíveis à manutenção das praças portuguesas. Por cada fortaleza visitada, Duarte D'Armas desenhou duas perspetivas exteriores às muralhas e uma planta do interior da alcáçova.

Nos desenhos que chegaram até nós por Duarte Darmas já é possível verificar a existência de casario fora do pano de muralhas, no entanto a partir do século XV e até ao século XVI, devido à prosperidade económica que o país atravessava devido aos descobrimentos, terá aumentado a população e por consequência a necessidade de mais habitações extra-muros.

Após o período pós reconquista, é no século XVI e XVII que se verificam novas alterações significantes na vila. É construída a Igreja Matriz sobre uma outra demolida devido à peste e é construída a Mesericórdia. Toda a obra abaluartada devido à Guerra da Restauração é construída nesta altura com o sistema vauban e uma rede de atalais que serviriam e apoio defensivo.



Desenho de Monsaraz por Nicoalu de Langres, responsável pelo sistema abaluartado vauban.

Devido à crise cerealífica que se fazia sentir na época, é construído o celeiro comum ou Ceilero D'El-Rei, à semelhança do que acontece em Évora.



1644

João Teixeira Albernaz. Mapa da província do alentejo e das vilas queimadas e tomadas a Castela apos a Guerra da Restauração.

No séculoXVIII dá-se a construção da Igreja de Santiago, da Casa da Inquisição e dos novos Paços do Concelho.

1851

A perda de funções defensivas aliada à evolução política e económica que se fazia sentir em Portugal contruíram para a decadência da vila que viria a perder para Reguengos a Sede de Concelho.

Regista-se no final deste século a construção da estrada para Monsaraz. Devido à sua construção foram destruídos dois fortes e alargada a rua do Celeiro para facilitar a passagem de carros. As obras da estrada provocaram o desaterro junto à porta da Cisterna e foi construído um corredor paralelo à muralha para evitar quedas. A sua construção arrastou-se até meados do século seguinte.

1812-1820

Monsaraz passa por um período de declínio. Segundo um relato da época nesta altura teria apenas 300 moradores. A vila estava arruinada com a maior parte dos edifícios abandonados, em ruínas ou mesmo demolidos. O mesmo acontecia com o castelo e as muralhas. Foi em 1830 que a alcáçova foi transformada em praça de touros.

É relatado ainda a falta de água que existia dentro das muralhas. A única reserva de qualidade era a da cisterna da vila que também se encontrava bastante arruinada.

1946

Classificação de Monsaraz como Monumento Nacional

1951

Decretada a Zona Especial de Proteção- delimitada a vermelho no esquema acima.

1930

O casal alemão, Georg e Vera Leisner fazem as descobertas dos vestígios megalíticos na zona de Monsaraz, integradas na sua pesquisa da Península Ibérica.



2002

Apenas passados três anos dá-se o encerramento das comportas e o início do enchimento da barragem. Simultaneamente a população da Luz muda-se para a nova aldeia.

2016

Apresentação do Plano de Salvaguarda de Monsaraz pelo atelier do arquiteto João Luis Carrilho da Graça

1998

Início da betonagem da Barragem de Alqueva.

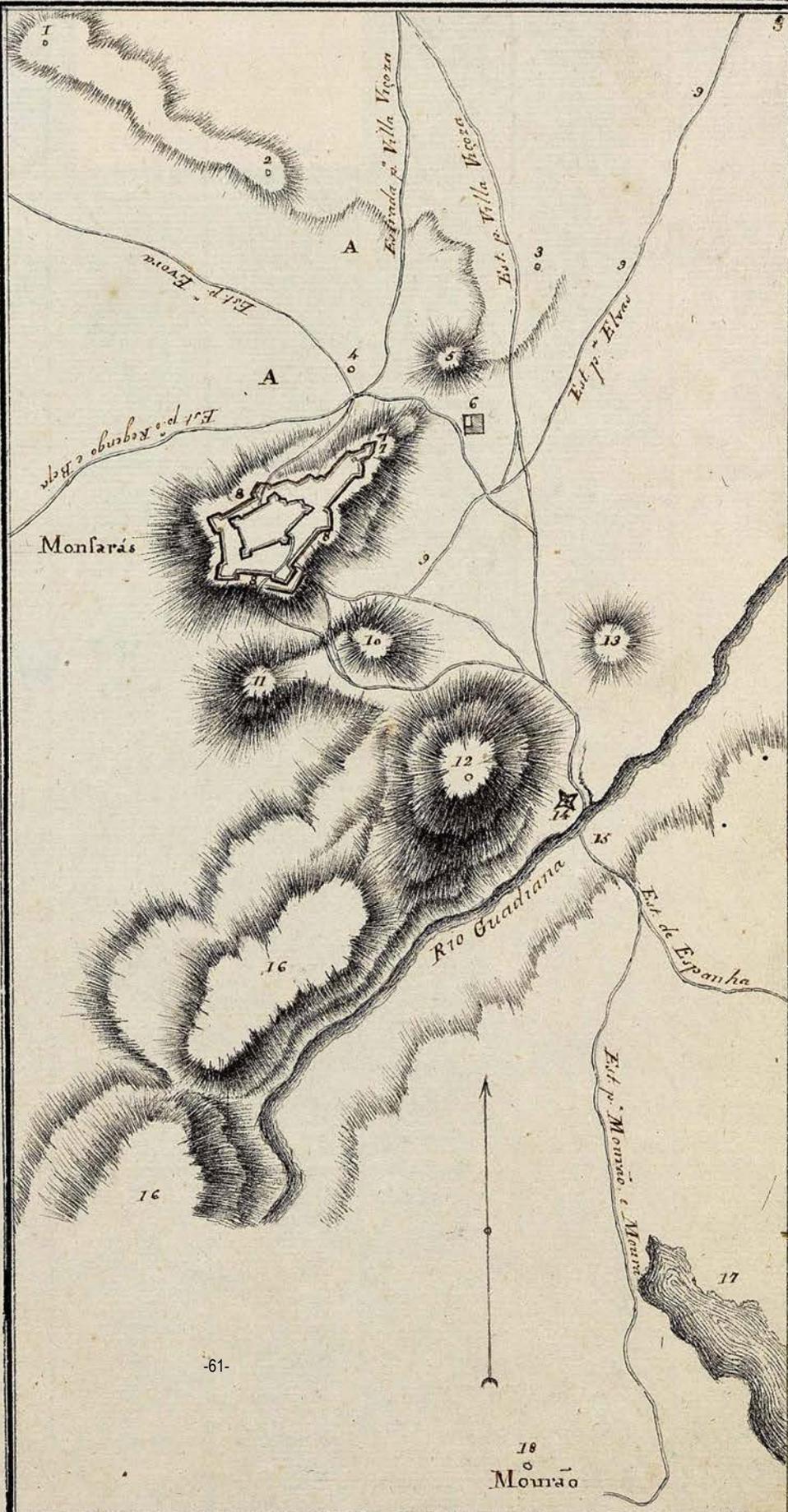
1999

Construção da nova aldeia da Luz. Entre os anos de 1998 a 2002, realizaram-se prospeções na zona de Monsaraz no âmbito do programa de minimização da barragem de Alqueva.

CONFIGURAÇÃO

do Terreno onde está a Baça de Monsarás suas vizinhanças, Estradas, e Porto onde de Inverno ha Barca, e de Verão se passa a vau.

1. Talaia da Ribeira.
 2. Talaia da Barrada.
 3. Aldeia do Outeiro.
 4. Ald. do Tilheiro, com fonte
 5. Alto na Cerca do Conv. onde deve haver posto.
 6. Conv. dos Grilos.
 7. Bal. p. o Nordeste.
 8. Recinto em roda do Cast.
 9. Estrada por onde se pode transportar a Artilharia q vier de Elvas.
 10. Cabeço da Forca, onde deve haver hum posto.
 11. Cabeço de S. Cristovão que deve ter posto.
 12. Talaia que deve ter posto.
 13. Colina q deve ter siminela
 14. Vestigios de hum Reduto q deve guardar a passagem do vau quando passa a Barca.
 15. Vau do porto das Carret.
 16. Cito onde deve haver guardas de vigias, e dois vaus no verão.
 17. Parte da Lagoa d'Albofeira.
 18. Mourão pequena Baça.
- AA. Lugar onde pode haver acampamento de Tropas.



ANÁLISE DO TERRITÓRIO E DA PAISAGEM

“Para quem gosta da grandeza solitária da paisagem alentejana, esta região tem um encanto singular. Nas áreas graníticas o terreno é ligeiramente ondulado e das colinas disfruta-se de uma vista soberba sobre estas terras férteis, alvejando os “montes” espalhados entre olivais e azinhais. A leste, a serra mais alta do concelho, coroada pela vetusta vila de Monsaraz, domina o horizonte, limitado pelas serras da margem espanhola do Guadiana.” (Leisner & Leisner, 1951, p. 14)

Monsaraz insere-se na junção de três unidades de paisagem- Campos de Reguengos de Monsaraz, Albufeira de Alqueva e Envolvertes e Terras de Alandroal e Terena. Caracteriza-se numa paisagem de ampla planície ondulada com alguns acidentes que sobressaem em contraste com a horizontalidade dominante no território. As altitudes médias da região são de 200m, e apesar de do contraste é pouco acentuado. Sendo um desses acidentes o cerro onde se implanta a vila, a oeste deste a Serra das Pedras junto a Motrinos e no lado este, a uma considerável distância as serras espanholas. O festo ocupado pela vila sobressai agora, contrastante com a água de Alqueva. No entanto, no passado corria o rio Guadiana, o elemento geomorfológico de mais destaque na paisagem e que se caracterizava pelo seu vale fundo, apresentando um desnível de 20 metros (Amendoeira A. , 2009, p. 21) e margens escarpadas. Acompanhando o seu percurso corriam os seus afluentes, alguns ainda permanecendo após o enchimento da barragem. A norte a ribeira do Azevel e a sudoeste pelo rio Degebe confluindo com o guadiana no Porto de Évora. A vila de Monsaraz, no alto do seu morro, funciona como charneira de duas paisagens contrastantes e topograficamente distintas.

Na zona oeste, entre Monsaraz e Reguengos de Monsaraz é bem visível a fertilidade do solo, que anteriormente mencionámos como responsável pela presença pré-histórica na região, devido às suas características geológicas graníticas, caracterizando-se por ser escuro e fundo. Dominam as grandes propriedades, e o campo é marcado pelo mosaico agrícola que ao se aproximar das povoações se vai tornando mais apertado, marcando assim a grande propriedade e a pequena propriedade. Aqui se salienta a inflexível retidão das vinhas e os padrões do olival, juntamente com a produção de cereais e as pastagens naturais propícias ao gado e à caça, onde se distingue a perdiz, a lebre e o javali.

Os horizontes são baixos e pouco recortados excetuando a Serra das Pedras que limita o horizonte a noroeste. Esta paisagem é marcada pelos afloramentos rochosos graníticos associados a azinheiras e matos e também a amontoados de blocos resultantes da despedrega dos campos cultivados. A estas formações litológicas graníticas correspondem geralmente a zonas planas com sistemas agro-silvo-pastoris ou montados de azinho e sobreiro, que correspondem aos elementos arbóreo-arbustivos mais evidentes, a que acrescem o carvalho cerquinho, os pinheiros bravo e manso e o eucalipto, e também choupos, salgueiros, freixos e amieiros.

Nesta paisagem que rodeia Monsaraz é possível identificar ainda os aglomerados concentrados e alguns montes dispersos na paisagem, contrastando, portanto a vila e o campo, mostrando ainda o carácter alentejano. Muitos dos montes existentes nesta paisagem foram recuperados e tornaram-se habitações secundárias ou unidades de turismo rural. São campos vastos e abertos, de cor e luminosidade variáveis ao longo das estações climáticas, responsáveis também pela caducidade das árvores das linhas de água, das vinhas, pelo ciclo dos cereais e a floração das azinheiras e sobreiros nos montados.

A este da vila, na direção de Espanha, a paisagem foi outrora marcada pelo curso do rio Guadiana. Nos xistos, encontrados nas envolventes dos vales encaixados do Guadiana e principais afluentes, dominam lito solos e os solos mediterrâneos normais. A paisagem nesta direção é dominada pela presença de xistos, torna-se mais seca, de relevo variado e zonas francamente acidentadas. Existem muitos fenómenos erosivos resultantes da precipitação, da erosão dos solos e dos sistemas de exploração da terra, surgem sulcos e ribeiras provocados pelo escorrimento das águas no outono e no inverno. Os xistos, mais secos e com limitadas capacidades de produção, encontram-se cobertos de matos ou de eucaliptais, para além de outros usos mais tradicionais, e muitas vezes o montado. O mato existente é constituído por urzes, giestas, piornos, sargaço, esteva, rosmaninho, tomilho, medronheiro, aroeira, silva, roseira brava, murta, espinheiro, lentisca, zambujeiro, carrasco, loendro, tamargueira, tamujo, catapereiro e sanguinho das sebes. A uma escala reduzida existem explorações de xistos entre Monsaraz e Mourão que são muito aplicados na construção civil nesta região.

Monsaraz, elemento singular na paisagem, surge numa posição proeminente sobre uma colina que se destaca das terras sulcadas pelo Guadiana. A vegetação presente nas duas encostas é dominada pelo matagal, onde surge a azinheira e o sobreiro, bem como arbustos de carrasco, medronheiro, alecrim, rosmaninho, urze, mas sobretudo a esteva. A sua localização fisiográfica faz com que a vila se aviste de longe e proporcione vistas amplas e grandiosas sobre a planície a poente e sobre a fronteira com Espanha a nascente. O carácter da paisagem foi outrora marcado por elementos construídos que se evidenciavam como era o caso dos moinhos e açudes existentes no Guadiana e nos seus afluentes, como o Degebe e mais perto de Monsaraz, a Ribeira do Azevel.

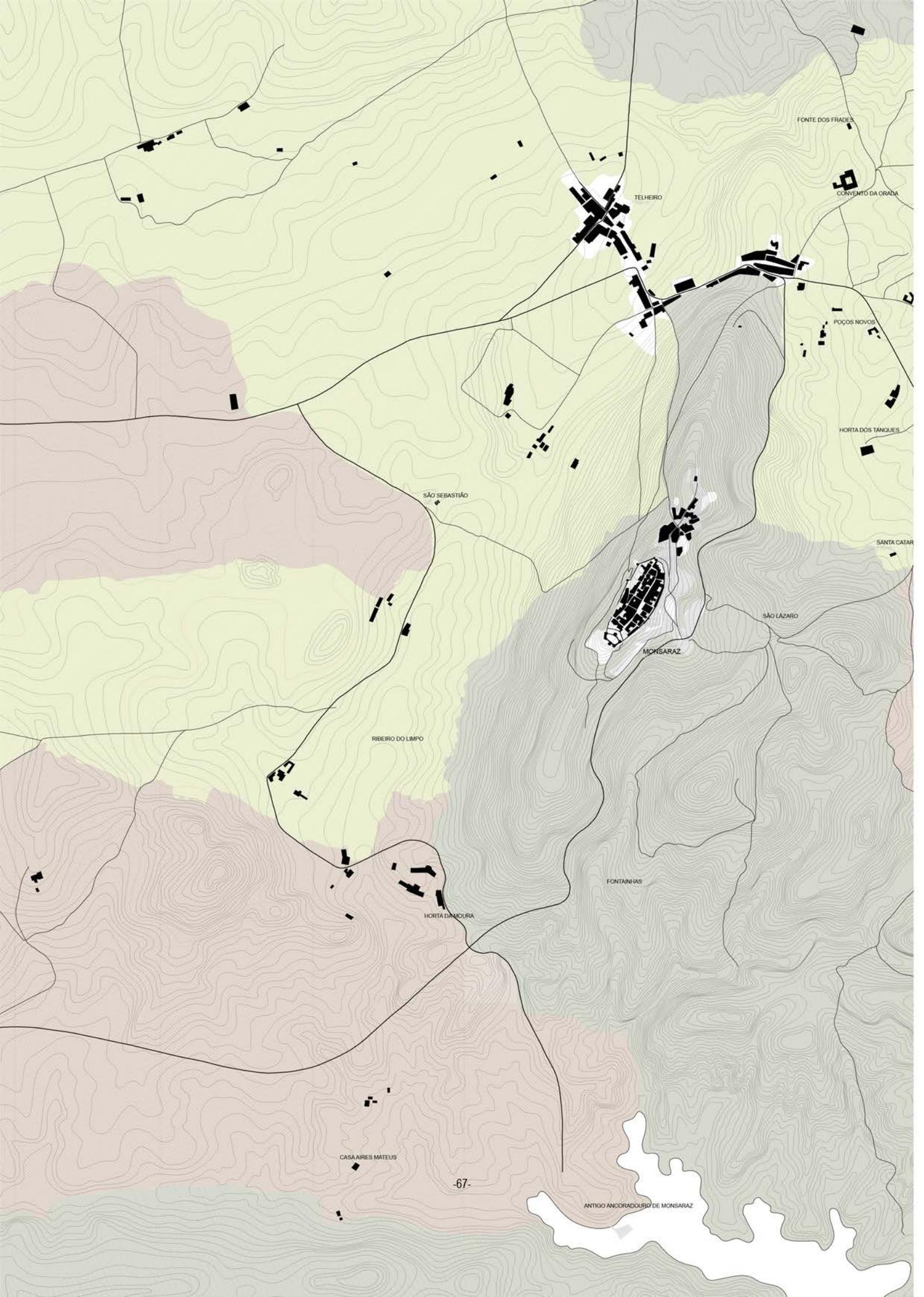


Sara Passinhas, Aspecto geral da paisagem a oeste da vila de Monsaraz, 2016.



Sara Passinhas, Aspecto geral da paisagem a este da vila de Monsaraz, 2016.





FONTE DOS FRADES

TELHEIRO

CONVENTO DA CRADA

POÇOS NOVOS

HORTA DOS TANQUES

SANTA CATARINA

SÃO SEBASTIÃO

SÃO LAZARO

MONSARAZ

RIBEIRO DO LIMPO

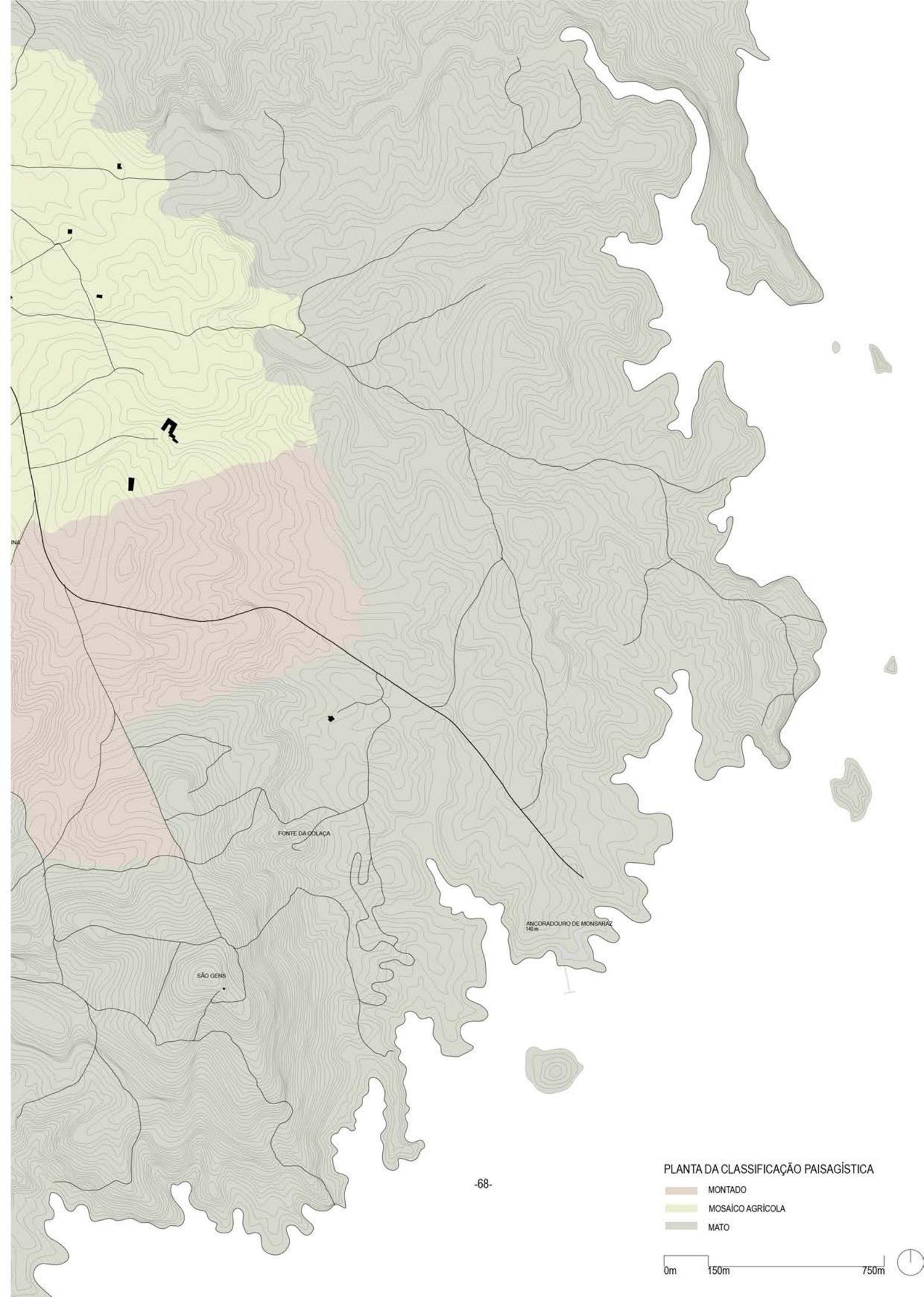
FONTAINHAS

HORTA DA MOUROA

CASA AIRES MATEUS

-67-

ANTIGO ANCORADOURO DE MONSARAZ



PLANTA DA CLASSIFICAÇÃO PAISAGÍSTICA

- MONTADO
- MOSAICO AGRÍCOLA
- MATO





Sara Passinhas, Vista sobre vinhas a partir de Monsaraz, 2016.



Sara Passinhas, Vista sobre o olival a partir de Monsaraz, 2016.



Sara Passinhas, Vista sobre a esteva e a urze a partir de Monsaraz, 2016.



Sara Passinhas, Vista sobre o montado a partir de Monsaraz, 2016.

É uma paisagem relativamente pouco frequente no contexto alentejano com uma humanização muito antiga e uma dinâmica atual, inscreve-se num padrão comum de relevo e uso de solo com muita variedade e riqueza. Com o surgimento de Alqueva esta paisagem sofreu muitas transformações em resultado do enchimento da barragem. Surgiram novas explorações e aumento das existentes devido ao regadio proporcionado pela barragem.

O clima corresponde ao tipo continental do Alentejo Oriental com fortes características mediterrâneas e continentais. Com uma estação seca prolongada, os verões são quentes a muito quentes e os invernos são curtos, moderados a frescos. A precipitação total anual está entre os 600 e os 700 mm e a temperatura média é de 16°, no entanto a amplitude térmica poderá atingir os 25°. (Cancela d'Abreu, Correia, & Oliveira, 2002, pp. 55-60)

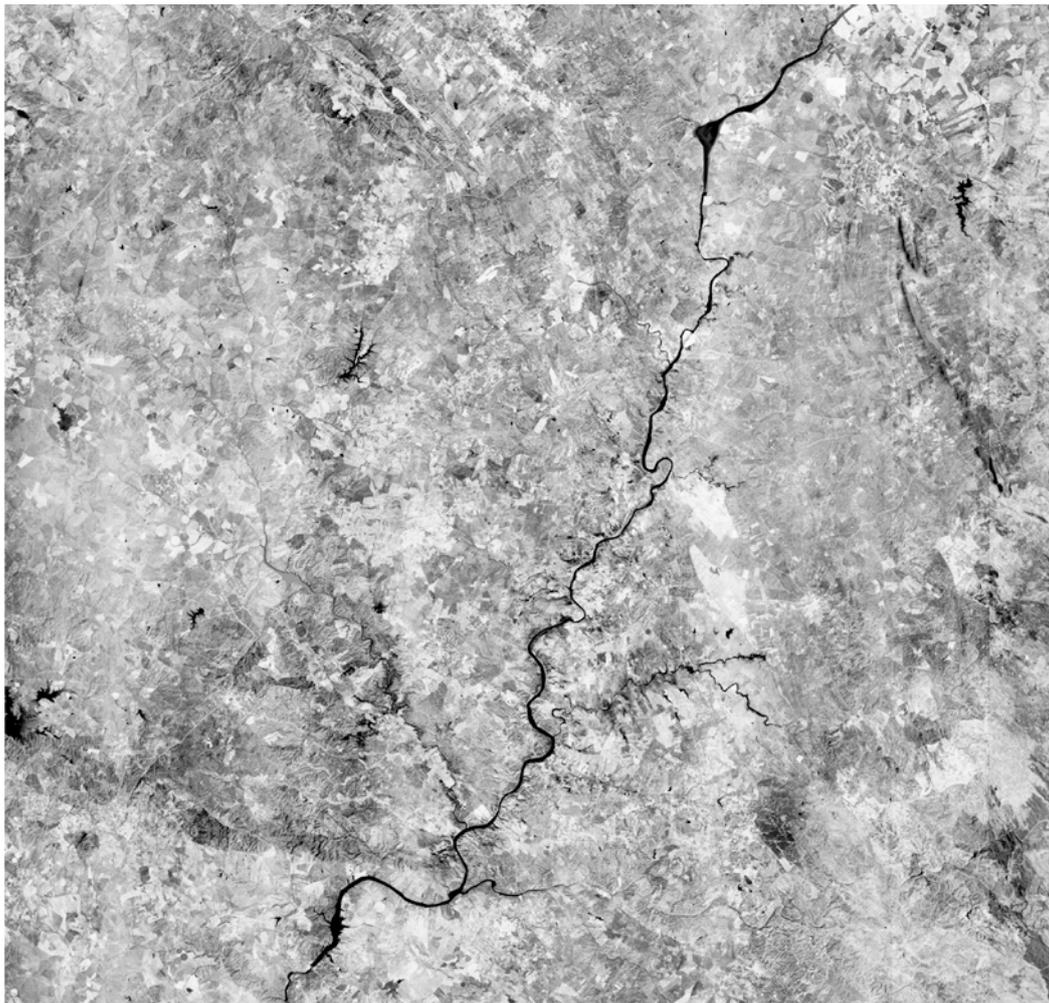
A adaptação à paisagem e ao clima, mais precisamente às estações do ano, é também na própria vila, refletida através da apropriação do espaço feita pelos residentes ao longo do ano. Procurando espaços de sombra no Verão e de sol no Inverno, refletindo-se estes locais em espaços de maior sociabilidade da vila. (Ramos, 1997)

Uma vez que esta paisagem sofreu grande transformação no período que esta investigação abarca, e uma vez que o território aquando da formação de Monsaraz teria características distintas das atuais, achámos propício incluir uma caracterização da Bacia Hidrográfica do Rio Guadiana anterior à barragem e uma caracterização do leito da barragem do Alqueva e as transformações por esta introduzidas.

CARATERIZAÇÃO DO GUADIANA

O rio Guadiana nasce a 1700 metros de altitude no planalto das lagoas de Ruidera em Campo Montiel. Desenvolve-se ao longo de 810 quilómetros e desagua entre Vila Real de Santo António e Ayamonte, no Oceano Atlântico. Dos seus 260 quilómetros em território nacional, 110 dos quais são delimitantes da fronteira entre Portugal e Espanha, correndo na direção norte-sul. A bacia hidrográfica é a quarta maior da Península Ibérica e compreende uma área total de 66 800 quilómetros quadrados de área, sendo que apenas 11 580 quilómetros quadrados são em território português. Com uma forma comprida e estreita, apenas na zona entre Mérida e Badajoz o rio alarga em planície aluvial. A rede hidrográfica é classificada como muito densa e na sua maioria as vertentes dos cursos de água adotam uma forma retilínea e os vales encaixados. O Guadiana é o principal coletor dos cursos de água do Alentejo Oriental, do território espanhol contíguo e dos cursos de água da vertente nordeste da Serra do Caldeirão.

É delimitada em Portugal a norte pelas bacias do tejo, a sul pelo oceano Atlântico, a este pela fronteira espanhola e a oeste pelas bacias do rio Tejo, Sado, Mira e Ribeiras do Algarve. A bacia do Guadiana abrange 33 concelhos, 10 dos quais que estão totalmente integrados na bacia e os restantes em parte. São eles o concelho do Alandroal, Alcoutim, Barrancos, Campo Maior, Mértola, Moura, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Serpa e Vila viçosa. Divide-se em três zonas distintas, o Alto, Médio e o Baixo Guadiana



Fotomontagem de ortofotomapa do Guadiana, 2002

A densidade populacional média da bacia é de 28 habitantes por quilómetro quadrado, que é bastante reduzida para a média de Portugal Continental - 110 habitantes por quilómetro quadrado. Esta perda de população deve-se ao fraco dinamismo e potencial demográfico desta região.

Na zona de Monsaraz os afluentes mais proeminentes são o rio Degebe, a ribeira do Álamo, a ribeira do Azevel e a ribeira da Pega. Nos invernos mais chuvosos os caudais do rio e dos seus afluentes eram mais elevados e em contrapartida no Verão ficavam quase secos. Esta característica pode-se verificar na origem etimológica da palavra Guadiana. Outrora chamado de Odiana, cujo prefixo Od-UEDE significa rio seco, como os rios do norte de África. Prefixo utilizado em muitos nomes de rios do sul português como Odeleite, Odeceixe, Odiarche, como indicador de secura. Esta irregularidade dos cursos de água acarreta prejuízos no inverno pelo arrastamento das camadas superficiais do solo, quer no verão pela secura extrema. (Amendoeira A. R., 1998, p. 8)

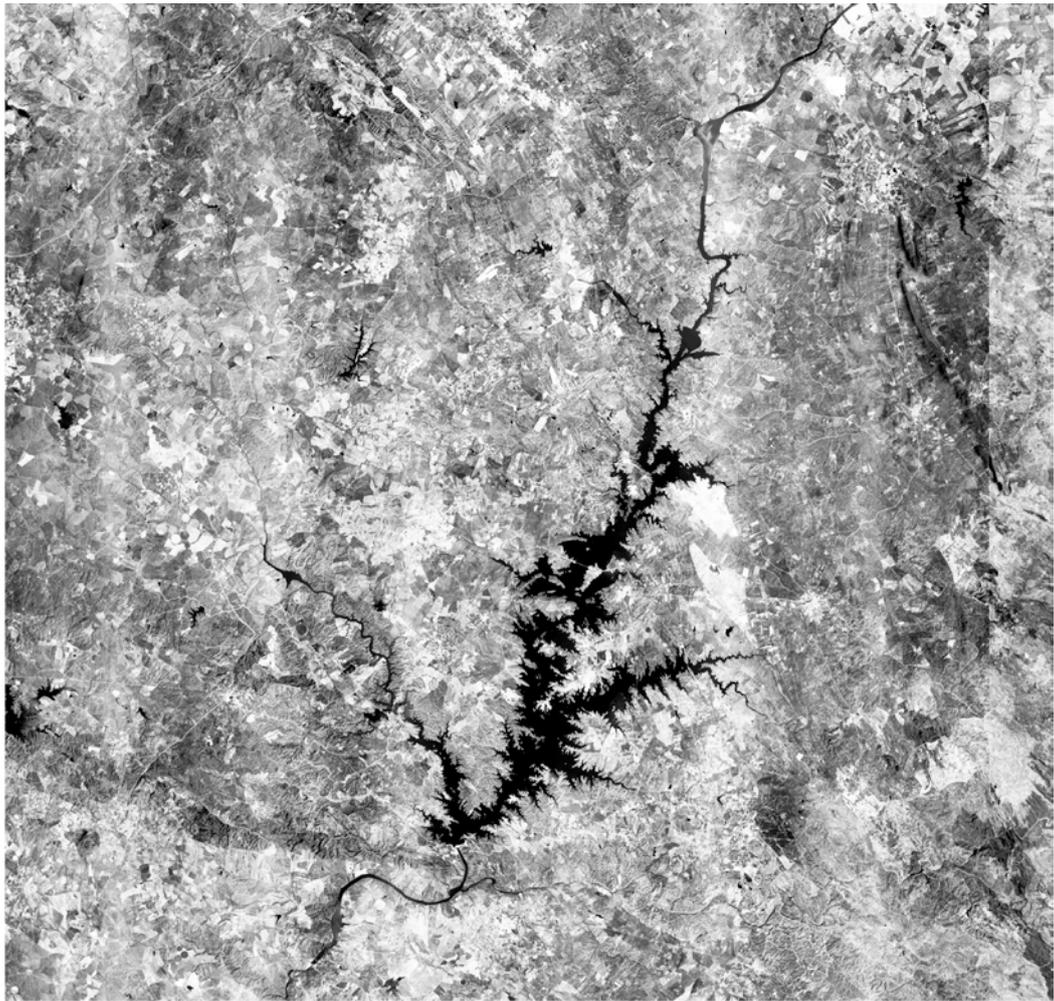
CARATERIZAÇÃO DO ALQUEVA

Procuram-se compreender as profundas transformações que a construção da barragem de Alqueva e a subida das águas do rio à cota média 152 metros trouxe para a paisagem existente no lugar.

Das várias albufeiras que se encontram na bacia hidrográfica do rio Guadiana, aquela que se destaca não só pelas suas dimensões, mas também pelo seu mediatismo é a albufeira do Alqueva. A barragem do Alqueva integra um antigo projeto de obras públicas, constantemente adiado por diversas razões desde 1970 e que só foi concluído em 2002. Numa região semiárida de grande irregularidade pluviométrica, onde os recursos naturais e a própria água são escassos, e os solos aráveis são em grande parte pobres, um empreendimento como o Alqueva assume-se como potenciador das atividades económicas e do desenvolvimento desta região.

Pela primeira vez em 1957 é elaborado o Plano de Rega do Alentejo, que mais tarde pela exploração de um troço do Guadiana deu origem à proposta da Barragem de Alqueva. Durante 1994 e 1995 surge o Estudo Integrado de Impacte ambiental, no qual se preveem as alterações ambientais que a construção poderá vir a trazer. Já em 1998, o Estado Português determina a betonagem na barragem.

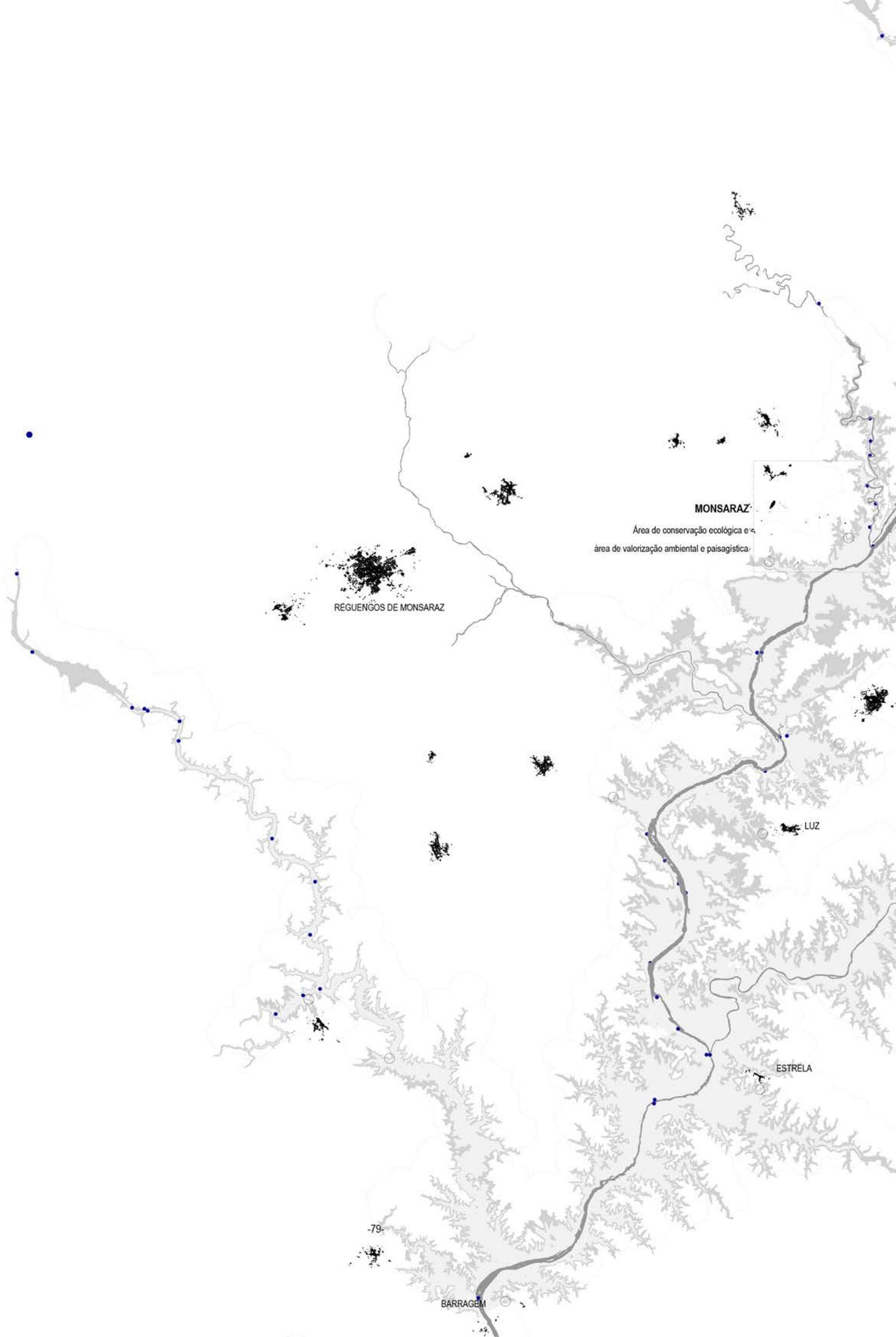
É em 1999 que se inicia a construção da nova Aldeia da Luz. Apenas passados três anos, em 2002, dá-se o encerramento das comportas e início do enchimento da barragem, procedendo-se à mudança da população para a nova aldeia da Luz. 2010 é o ano em que Alqueva atinge pela primeira vez a cota de 152 metros, nível de pleno armazenamento.



Fotomontagem de ortofotomapa do Alqueva, 2012.

Nome atribuído pela proximidade do paredão à aldeia de Alqueva, estende-se por 83 quilómetros nos concelhos de Moura, Portel, Mourão, Reguengos de Monsaraz e Alandroal. Ocupando uma área de 250 quilómetros quadrados de espelho de água. A capacidade máxima da barragem é de 4150 milhões de metros cúbicos, sendo de 3150 milhões metros cúbicos o seu volume utilizável em exploração normal.

Construída em betão, com uma forma de abóbada de dupla curvatura, sobre um embasamento de rocha, acima deste tem 96 metros de altura, uma cota de coroamento de 154 metros e um comprimento de 458 metros por uma largura de 7 metros. Localizada no concelho de Moura as suas funções são como reservatório, rega, abastecimento e energia.



REGUENGOS DE MONSARAZ

MONSARAZ

Área de conservação ecológica e paisagística
área de valorização ambiental e paisagística

LUZ

ESTRELA

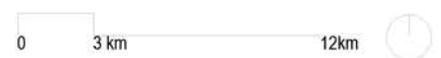
BARRAGEM

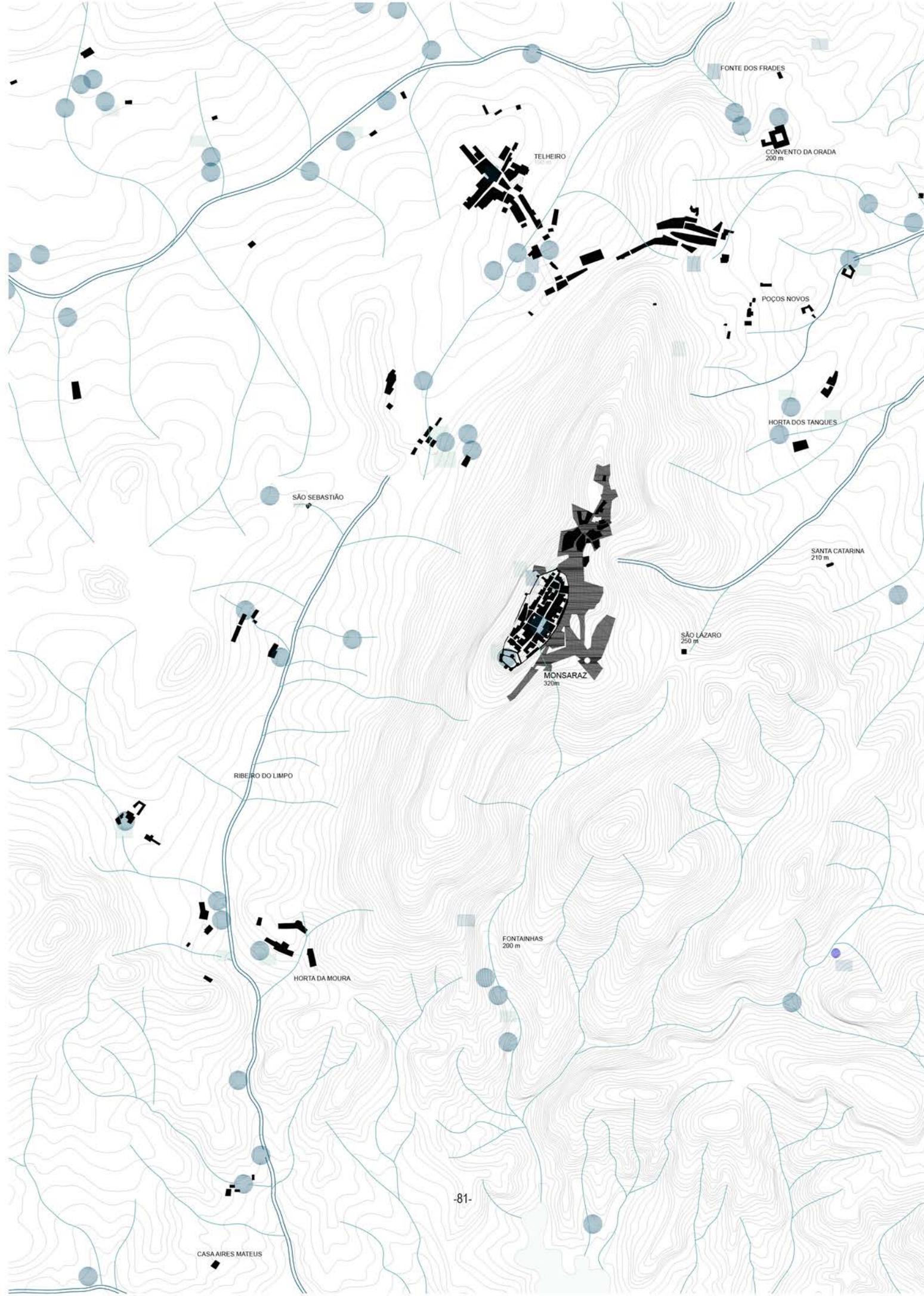
-79-

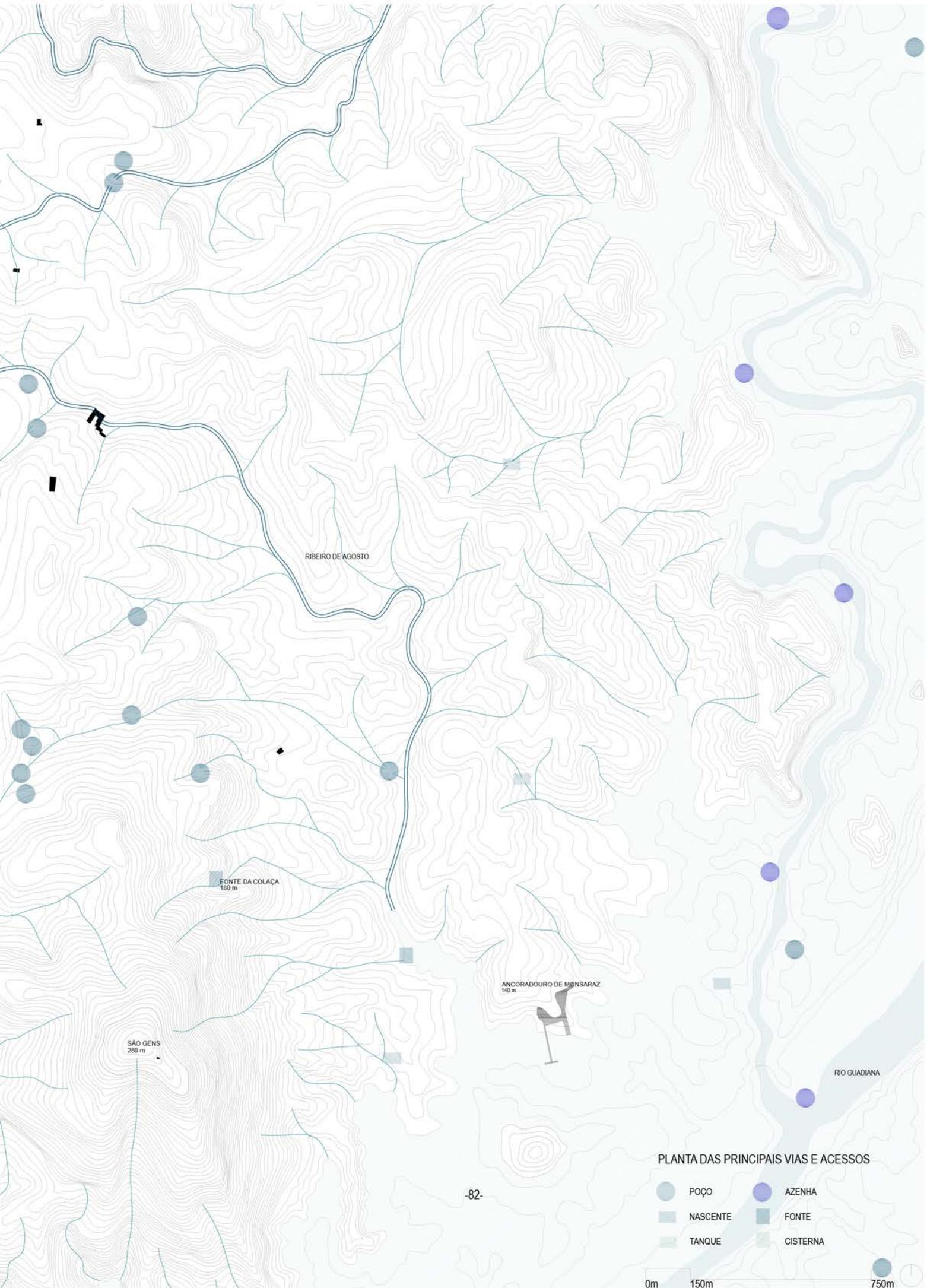


PLANTA DA EVOLUÇÃO HIDROGRÁFICA DO GUADIANA-ALQUEVA

- ANCORADOUROS
- MOINHOS
- LIMITE DA ÁREA DA BARRAGEM









Sara Passinhas, Rua da Cisterna, 2016.

ANÁLISE DO PLANO DE SALVAGUARDA DE MONSARAZ

Em Setembro de 2016 foi apresentado aos seus habitantes em Monsaraz, a proposta do Plano de Salvaguarda pelo atelier do Arquiteto João Luís Carrilho da Graça. A equipa que engloba vários colaboradores do atelier e técnicos municipais, propõe várias ações que pretendem a valorização do património arquitetónico existente na vila, assim como a valorização do potencial arqueológico que Monsaraz e a sua envolvente abrangem.

A primeira dessas propostas é a classificação da zona envolvente à Zona Especial de Proteção da vila como paisagem protegida. Esta primeira medida coaduna-se a um dos principais objetivos desta dissertação, a valorização da paisagem e território envolvente à vila de Monsaraz, lendo-os como um todo e a todas as relações que estão na base da existência da vila e do território paisagístico que a rodeia.

A segunda proposta é a alteração da zona especial de proteção que atualmente apenas abrange a muralha medieval de Monsaraz e não a segunda linha de muralhas seiscentistas, assim como alargar o perímetro de forma a realizar prospeções arqueológicas de maneira a circunscrever de forma neutra a dimensão de sítio arqueológico. Esta segunda medida é importante para podermos no futuro entender Monsaraz, não só como a vila avistada aos nossos olhos, mas também como um vasto local arqueológico que contém vestígios das suas inúmeras ocupações humanas. É relevante mencionar que, com o relatório do plano de salvaguarda de 2016, foi divulgada a existência de um povoado proto-histórico que excedia muito os limites da zona especial de proteção indicados na proposta apresentada, o que indica que o território arqueológico é bastante superior à vila em si. No

contexto desta dissertação é de salientar que qualquer proposta realizada no termo da vila terá de ter sempre em atenção estes critérios.

A terceira sugestão é a reocupação das instalações da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz na vila de Monsaraz de forma a restituir o poder local que a vila perdeu no passado. Esta medida poderá aumentar a circulação diária de pessoas na vila e assim impulsionar de forma permanente o dia a dia de Monsaraz.

O ponto número quatro proposto é a criação de um Gabinete de apoio local ao Plano de Salvaguarda. Esta medida é, na nossa singela opinião, importante para acautelar a implementação do plano, servindo como uma ligação entre o município, o atelier e a população, esclarecendo dúvidas, realizando a gestão urbana e a execução dos trabalhos.

O quinto ponto referido no plano apresentado foi o que revelou mais dúvida na população a quando a sua apresentação pelo atelier em Setembro passado. É proposto um centro interpretativo e de acolhimento turístico de Monsaraz, sendo a sua implantação num dos baluartes seiscentistas que foi destruído para a realização da estrada de acesso à vila. O que gerou dúvida na população, foi na nossa opinião, não tanto o programa arquitetónico proposto- acolhimento turístico, centro interpretativo e expositivo, bilheteira, cafetaria e instalações sanitárias- mas sim a alteração dos acessos diretos à vila e o ponto de descarga de autocarros, tema este que gera alguma discussão entre a população. É, no entanto, uma proposta que gerando alguma polémica, é também a que de forma simples e ponderada resolve melhor os acessos turísticos, tanto de autocarros, como pedonais e ainda cria um edifício que acolhe o visitante e o apoia na visita à vila.

No sexto ponto proposto é realizada uma avaliação do potencial arqueológico de Monsaraz subdividindo a vila em três áreas distintas. A primeira é a zona da alcáçova medieval onde é registada a maior densidade de vestígios, desde o Bronze Final à Época Romana sobre vestígios medievais e modernos. Além dos estratos arqueológicos é também o ponto mais alto revelando a sua importância ao nível das elites das várias épocas identificadas. Ao contrário do que se conjecturava sobre a ocupação islâmica não foram ainda encontrados vestígios da mesma, não descartando completamente essa hipótese é importante referir que caso existissem vestígios deveriam localizar-se nas proximidades dos acima referidos. A segunda zona é a área entre a alcáçova e a cerca medieval compreendendo as estruturas medievais visíveis. A terceira zona arqueológica é a área entre a cerca medieval e os limites agora definidos pela cerca proto-histórica, possivelmente menos densa em termos de estratos arqueológicos, mas possivelmente onde eles estarão melhor conservados. Esta proposta é necessária para entender todas as zonas como imprescindíveis na compreensão do sítio arqueológico de Monsaraz. No contexto da dissertação aqui apresentada é indispensável a área fora do perímetro anteriormente proposto, entre Monsaraz e o Rio. Esta área, com um potencial arqueológico grande compreende várias zonas dispersas de vestígios arqueológicos e o seu estudo contribuirá para a compreensão do sítio proto-histórico de Monsaraz.

No sétimo ponto é proposta a avaliação do risco sísmico dos edifícios de forma a prevenir e integrar reforços estruturais nos edifícios existentes, alertando as entidades oficiais e apelando a participação de universidades e centros de investigação para a validação das medidas propostas.

A inventariação de edifícios que não estão neste momento classificados com vista à sua classificação e posterior recuperação é a proposta número oito.



Sara Passinhas, Perspetiva sobre a praça da vila, 2015.

São recomendados como Património de interesse Municipal a Ermida de São Bartolomeu, a Casa do Berço, a Casa da Cisterna e a Ermida de São Bento, pela sua importância arquitetónica e estando fora da área classificada. Esta medida é na nossa opinião urgente, uma vez que são imóveis em estado bastante abandonado e que são tão importantes quanto a zona amuralhada. É sugerida a criação de um Projeto de Reabilitação Modelo, servindo este para aprender *in loco* sobre a reabilitação das construções em Monsaraz e pondo em prática a reabilitação da edificação corrente evitando a criação de um regulamento que poderá não estar de acordo com a realidade da matéria construtiva do local.

A requalificação das estruturas fortificadas é uma das propostas principais do plano, assim como a requalificação do espaço público, sendo que a introdução de vegetação no espaço público essencial na criação de um equilíbrio com o existente. A estrutura viária, rede de iluminação pública e telecomunicações e a rede de distribuição de águas e rede de esgotos, são todos temas abrangidos pela proposta do plano de salvaguarda. É ainda proposta a criação de um programa de residências artísticas funcionando como um programa de trocas entre os artistas e a vila, que impulsionaria o carácter artístico e a mais uma vez a ativação da população permanente na vila.

Entendemos que no geral o Plano de Salvaguarda propõe medidas bastante coesas e assertivas para a resolução de problemas e com o objetivo máximo de salvaguardar o património arquitetónico, social, ambiental e arqueológico. À luz esta dissertação compreende-se que as estruturas da água e edifícios notáveis continuam, sem serem entendidos como sistemas que são e apenas como edifícios pertencentes à vila. Gostaríamos que no futuro e após a leitura desta investigação se tenha em consideração o Percurso da Água dentro da vila, assim como no seu território.



Museu del Água, 2008. Fonte: Juan Domingo Santos Arquitetos

ARQUITETURA E A ÁGUA



S. H. Rashedi, *The Persian Qanat: Qanats of Bam*, 2014. Fonte: <http://whc.unesco.org/en/documents/141554>

O HOMEM E A ÁGUA

Water and fire shall rot
The marred foundations we forgot
Of sanctuary and choir
This is the death of water and fire
(T. S. Eliot, Four Quartets)

Desde o início que a água e a arquitetura mantiveram uma relação íntima. Para compreendermos melhor como funciona a água na arquitetura é necessário entender a *arquitetura da água*. Perceber como é que se relaciona com os seres humanos e os nossos sentidos, qual o seu simbolismo e qual o seu comportamento na natureza. O simbolismo e a sabedoria que hoje adquirimos sobre a água foi-nos dado pelos nossos antepassados e através dos longos séculos que nos separam. Essa sabedoria e simbolismo foram aumentando e sobrevivendo ao passar dos anos.

A água, juntamente com a terra, o ar e o fogo, é um dos quatro elementos básicos que compõem o universo. As metáforas sobre a água são tão ricas que muitas vezes são antagónicas. Por exemplo: a água é considerada a fonte da vida e desde sempre foi tida como o seu símbolo. A “água da vida” é transversal às diferentes religiões, literaturas e artes das muitas culturas do mundo. Todas as vidas dependem da água e tudo é influenciado por ela. Segundo Lao-Tse⁹

⁹ Lao-Tse é considerado o fundador do Taoísmo, religião ou filosofia chinesa que possui duas vertentes espirituais. Tao significa caminho, elemento fundamental recorrente nas tradições filosóficas chinesas. O símbolo desta filosofia é o Yin-Yang que representa o equilíbrio e a complementaridade entre as forças naturais.

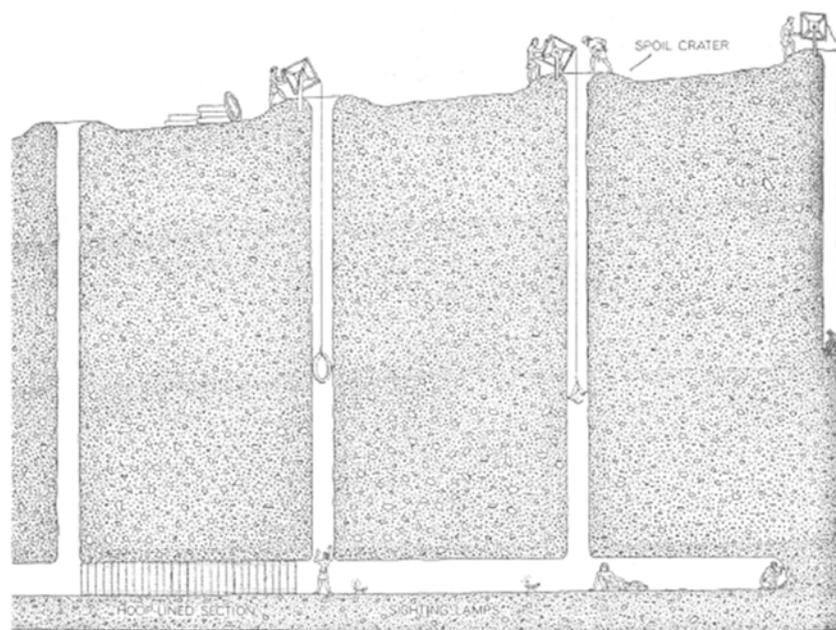


Leonardo da Vinci, The Deluge, séc. XVI. Fonte: Royal Collection Trust / © HM Queen Elizabeth II 2017

"A bondade suprema é como a água Que tudo favorece e com nada rivaliza
Ocupando a posição desdenhada por todos os humanos"
(Tse, 2000, p. 20)

Também no Corão ou na Bíblia a água é uma dádiva de Deus, uma lembrança para os mortais da Sua onnipotência e onisciência. Para além do significado divino e vital da água existe concomitantemente o significado oposto. Essa vertente encara a água como um poder que pode destruir, maléfico, escuro e frio. Leonardo da Vinci evoca a questão do lado destruidor da água como um tema obsessivo na sua vida. As tempestades e dilúvios que representa nos seus desenhos a carvão evocam medos, que concomitantemente são sedutores e apaixonantes.

Quando a água é tida como pacífica, reflexiva, fresca e límpida, aponta para juventude, saúde e beleza. As suas características terapêuticas foram desde sempre reconhecidas e a sua forma mais manifesta foi a tão desejada fonte da juventude, cujas águas milagrosas teriam o poder de evitar o envelhecimento e disfarçar os sinais do tempo. A água de forma abundante é igualmente símbolo de fertilidade e, quando pura e límpida, é associada facilmente à castidade. Quando a água surge naturalmente de uma nascente transmite-nos um simbolismo de origem, de começo ou do surgimento da vida. Pelo contrário, quando esta escorre pela terra, evoca-nos o oposto, como a despedida, a morte e o desejo de que retorne a nós. As nascentes foram, portanto, um local importante para o Homem que sempre dependeu de água fresca, tornando-se espaços de convergência, onde surgiam concentrações e posteriormente se fundaram cidades. Ao longo da história as nascentes surgem como locais sagrados, de origem da vida e a fase inicial do ciclo da água.



Secção de um sistema Qanat, Fonte:<https://www.iagua.es/blogs/luis-martin-martinez/qanats-venas-desierto>

O SEU LADO VERNACULAR

A necessidade de o homem controlar este bem precioso é traduzida em obras de arquitetura vernacular até às mais recentes obras de canalização contemporânea. Passando indubitavelmente pela sustentabilidade e por diversos esforços desde a recolha, transporte e armazenamento deste bem. Exemplo disso são os *Qanat*. No atual Irão, no início do primeiro milénio a.C, os persas construíram um elaborado sistema de túneis chamado *Qanat* que recolhia e distribuía a água do subsolo, de vales e da chuva para as planícies agrícolas e cidades. Estas estruturas são desde 2016 Património Mundial da UNESCO.

De forma a irrigar os campos os camponeses construíam um túnel principal que iniciaria desde o interior aluvial da montanha até aos campos a serem irrigados. Estes túneis poderiam ter vários quilómetros e eram escavados à mão, sendo que a sua espessura apenas permitia a passagem da pessoa que escava. Ao longo do túnel eram construídos poços verticais que permitiam a ventilação do *qanat*, a remoção de sedimentos e a sua posterior manutenção.

Este complexo sistema de túneis permitiram o sucesso dos agricultores persas apesar dos longos períodos de seca onde não existiam superfícies de água. Alguns destes *qanat* permanecem em uso, sendo encontrados a este na região da China, a oeste em Marrocos e até no continente americano. Algumas das vantagens do *qanat* passam pelo facto de a maioria da água correr no subsolo, evita tanto assim o desperdício de água por infiltração ou evaporação. Todo o sistema funciona por gravidade, eliminando o uso de bombos e tornando o sistema sustentável. Existe também a possibilidade de evitar o desperdício, fechando temporariamente o canal, tornando-o uma



Imagem aérea de um Qanat.. Fonte: <https://www.iagua.es/blogs/luis-martin-martinez/qanats-venas-desierto>

barragem para poupar água para as estações mais secas. Atualmente os *qanat* são também utilizados para o estudo e manutenção dos aquíferos.

O sistema construtivo dos *qanat* manteve-se o mesmo durante os vários séculos de existência. Inicialmente é montado um género de guindaste que ajuda na remoção de solo do primeiro poço vertical que vai chegar ao lençol de água, evitando que ocorra abatimento da terra de novo para o poço. Posteriormente é escavado um túnel que irá conduzir a água do lençol até aos terrenos a serem irrigados. Caso o solo onde está a ser escavado o túnel seja impermeável, não é necessário um revestimento, mas caso seja permeável, são então montados anéis que irão reforçar o túnel a intervalos regulares para evitar desabamentos.

Atualmente no Irão existem vários *qanats* em utilização permitindo a distribuição de milhares de litros de água a várias regiões. São encontrados nas terras que permaneceram sobre vários domínios como persas, romanos e árabes. No Yemen e Oman, os túneis são o principal sistema de irrigação e assim o foram durante 2000 anos, permitindo às vilas ser autossuficientes, produzindo o seu próprio trigo assim como alimentos para os animais. Em Oman foi até fundado um programa de preservação e reparação de *qanats*, demonstrando a importância que têm para aquela população.

Qanats é a palavra usado no Irão, mas que varia para *karez*, no Afeganistão e Paquistão, *kanerjing* na China, *falaj* na Península Arábica ou *khattara* em Marrocos.

A distribuição dos *qanat* pode passar por zonas residenciais criando ligações no sistema urbano com estas estruturas e organizando a vila ou cidade



Canais de Nazca. Fonte: <https://www.iagua.es/blogs/luis-martin-martinez/qanats-venas-desierto>

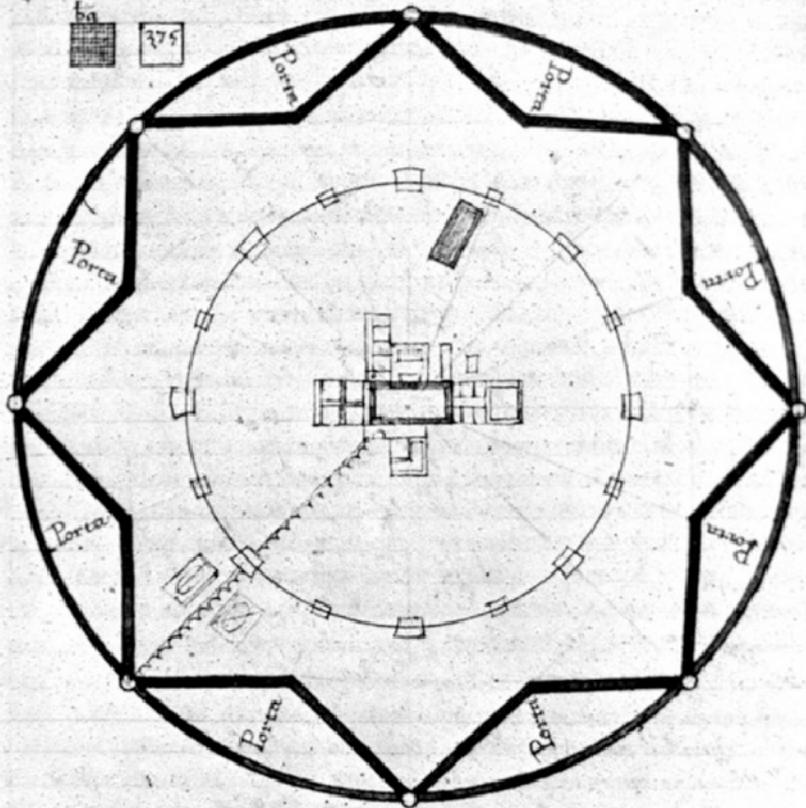
conforme a posição dos *qanat*. São construídas escadas ou mais usualmente cisternas constroem-se criando um primeiro elo de ligação entre a população e o sistema de distribuição de água. Quando os túneis passam sob habitações é comum existirem torres verticais de ventilação que ajudam na circulação e renovação do ar assim como na manutenção da sua temperatura ao longo do ano.

Outros exemplos de sistemas vernaculares de recolha de água muito semelhantes aos *qanat*, são os canais de água de Nazca, no Perú. Mantendo a forma de captação e condução de água, a sua peculiaridade reúne-se nas entradas à superfície dos seus poços verticais. Estas entradas em espiral, conduzem-nos até ao interior do poço para mais facilmente se aceder à água (ver figura ?). É também no Perú que se situam as salinas de *Maras*, onde o homem ainda antes do Império Maia, aproveitou nascentes de água salgada em plena montanha para a produção de sal, revelando assim a sagacidade que o ser humano revela na utilização dos seus recursos naturais.

“Quando entramos na praça, o som gentil da água corrente passa de constante a um ronco suave, então subitamente a rua é irrompida pela luz do sol e a queda de água envolve os sentidos. A céu aberto, a água corre em todos os lugares. A fonte de Trevi ergue-se, comandando as atenções à medida que subjuga a praça como seu deleite. Aqui a água faz a sua entrada jubilante na cidade.” (Moore, 1997, p. 22)

Metáforas sobre a vida são comuns na poética associada a fontes. Mais tarde, tanto em vilas como em cidades, habitualmente as fontes ocupavam importantes lugares urbanos. No plano da cidade imaginária desenhada por Il Filarete no século XV, designada *Sforzinda*, a água ocupava o papel principal.

Scemtionone: Questi quadretti sono ciascuno uno stadio il quale stadio e
 375 braccia: 1000

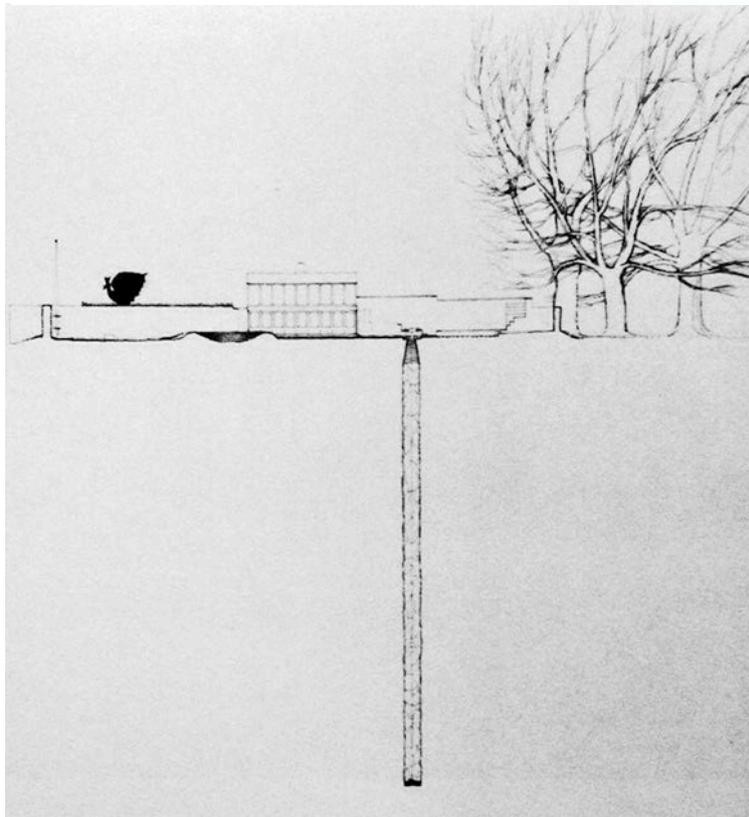
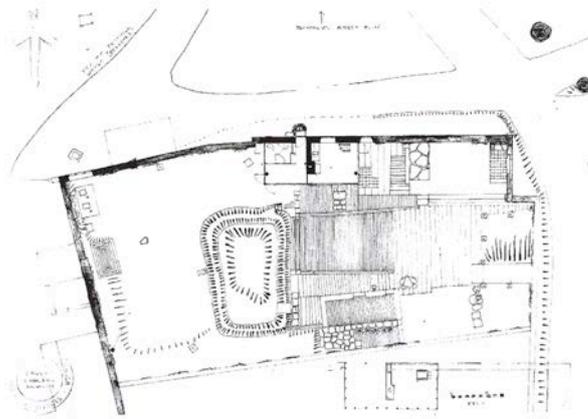
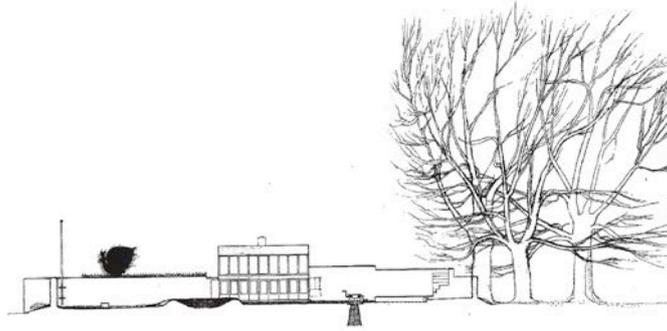


Inella testa d'oriente fo la chiesa maggiore & in quella d'occidente fo
 il palazzo reale le quali grandezze al presente non toccho pche quando la
 faromo allora intenderete tuto dalla parte della piazza inuest senon
 trione fo la piazza demercatanti laqual fo largha uno quarto dista
 dio aoe nouanta tre braccia & tre quarti & lunga mezzo stadio & dalla
 parte meridiana della piazza fo un'altra piazza oue fora come due uno
 mercato & iui suendera cose da mangiare & come e labeccheria & frume &
 herbe & altre simili cose plobisogno della uita del huomo & questa fora lar
 gha un terzo distadio & lunga due terzi aoe braccia dugento cinquanta a
 oppresso di questa in testa gli fo il palazzo del capitano da canto a presso la cor
 te che solo la strada la parte & in quella demercatanti da una testa fo il pa
 lazzo del podesta & dall'altra parte opposta quello doue siene la ragione de
 comune. Dalla parte senentrionale fo la prigione comune laquale uene asse
 ditato al palazzo della ragione: Dalla parte orientale da canto della pia
 zza fo la casa aoe doue si fo & mesterua la moneta & aroello la dogana

Il Filarete, Sforzinda, séc. XV. Fonte: Water and Architecture

Com planta concêntrica, cujo centro seria uma fonte estrategicamente colocada para diminuir o barulho do trânsito, a cidade desenvolvia-se através de canais navegáveis que facilitavam o acesso dos habitantes. Na praça principal, ponto de maior cota, um reservatório seria colocado e quando na sua capacidade máxima, seria despejado, à semelhança das comportas de uma barragem, inundando e lavando as ruas da cidade. Neste plano imaginário a água serviria como abastecimento à população e igualmente criaria relações visuais e simbólicas através dos seus canais. É relevante refletir que mesmo antes da invenção da canalização moderna, as fontes e as suas complexas redes de barragens, aquedutos e cisternas, eram sistemas essenciais em vilas e cidades e muitas vezes o seu compasso urbano.

Vejamos a criação de cidades como Veneza, cuja implantação se deveu a grandes esforços para aterrar e erguer sobre pilares de madeira toda uma urbe, que parece flutuar sobre a água, assim como Amesterdão, cujos canais condicionam a água, que de outra forma inundaria a cidade. Algo semelhante a *Sforzinda* foi alcançado na cidade Holandesa de *Giethroom*, fundada no século XIII, cujas ruas são canais de água e as pessoas deslocam-se em barcos ou a pé através de inúmeras pontes.



Alison and Peter Smithson, Upper Lawn Pavillion, 1962. Fonte:<http://hasxx.blogspot.pt/>

A CONTEMPORANEIDADE

As referências às arquiteturas da água são transversais na sociedade, nas culturas e no tempo. Desde a sua presença nos jardins barrocos de França ou de Itália, traduzindo o potencial recreativo que a água assume quando existe em maior quantidade, até ao simples desenho do projeto da casa de campo do casal *Smithson*, o pavilhão *Upper Lawn* de 1962, nele é possível entender que o poço ganha tanta importância como a própria habitação e mesmo a vegetação.

Outro exemplo não muito longe no tempo, em 1965, o arquiteto Louis Kahn ao desenhar o Salk Institute, demonstra-nos essa mesma vontade de dominar e utilizar a água como elemento essencial de projeto. Já os seus desenhos/ estudos sobre o trânsito automóvel em Filadélfia, demonstra-nos a necessidade da Arquitetura dominar e preocupar-se com as diferentes áreas e sistemas que podemos encontrar nas nossas vilas e cidades- tema que iremos aprofundar em capítulos mais à frente.

Já o projeto de Tadao Ando, Sayamaike Historical Museum, reúne várias das características da relação da arquitetura com a água. O museu construído numa barragem datada do século VII, expõe vários itens e técnicas de hidráulica antiga japonesa. Além do tema da exposição, o próprio museu é um santuário dedicado à água, permitindo diferentes relações visuais, auditivas e de contacto com a água. São muitos os projetos do autor que incluem a água como elemento principal e dedicados a ela como é exemplo o Water Temple, em Awaji no Japão, que reflete uma experiência sensorial profundamente ligada às arquiteturas da água.

Também o Teshima Art Museum de Ryue Nishizawa do atelier SANAA, na Iha de Teshima cria uma experiência extraordinária relacionando a natureza



Museu del Água, 2008. Fonte: Juan Domingo Santos Arquitectos

com a arquitetura. Um espaço que se assemelha a uma gota de água a pousar numa folha de vidro.

Exemplar de uma reabilitação de um espaço notável de água, um moinho, ocorreu em 2008, com assinatura do arquiteto espanhol Juan Domingo Santos. O projeto para o *Museu Del Água* iniciou-se com a procura de um lugar em que fosse possível preservar as condições naturais no seu entorno e simultaneamente as antigas construções existentes. O lugar, junto ao rio Lanjarón, no acesso ao Parque natural da serra Nevada, perto de uma acéquia utilizada na rega, pretende a criação de um percurso que relaciona a nova atividade com as infraestruturas da água e algumas arquiteturas próximas, como moinhos e um antigo lavadouro público.

Uma das práticas de projeto passou pela reciclagem e reutilização de alguns elementos que se encontravam no local devido ao baixo orçamento da obra. Projetou-se uma praça de laranjeiras em frente a todo o conjunto e ligeiramente elevada do solo. Com pré-fabricados de betão e troncos de eucalipto que são inundados pela água da acéquia. Todo o conjunto do som da água, do cheiro das laranjas, a sombra das árvores e o reflexo da água que inunda a praça, criam uma atmosfera refrescante antes de aceder ao museu.

O espaço principal do museu é um pavilhão que funciona como um espaço dedicado à água. É um espaço para os sentidos, suspenso no ar e com aberturas que permitem ao visitante entrar e sair e visualizar os efeitos da luz e penumbra.

Nos restantes espaços que já existiam a intervenção foi mínima, demolindo algumas divisões interiores e dedicando estes espaços à parte expositiva do



Banyoles, 2009. Fonte: Josep Miás Arquitectos

conjunto. Na nave mais antiga é possível ver um jogo de reflexos projetados sobre os antigos muros do moinho.

Outra referência para a reabilitação urbana de espaços arquitetónicos de água é a renovação do casco histórico de Banyoles em 2009.

O casco antigo de Banyoles, em Girona, era uma área muito deteriorada em que existia um convívio entre veículos e peões, num sistema de ruas estreitas e de antigas calçadas características do traçado medieval. Composto por uma sequência de praças e pracetas, por todo o casco existiam canais de irrigação, que eram utilizados para regar hortas nas traseiras das habitações. Esses canais foram perdendo a sua função pelo desaparecimento das hortas e progressivamente foram tapados e funcionavam como fossas sépticas.

O projeto de *Josep Miás* arquitetos delimitou uma área exclusiva para peões e elimina a calçada antiga. Planeou nesta área a recuperação dos espaços públicos para passeio e simultaneamente recuperar os canais esquecidos que existem sob esta zona.

São recuperados os canais com os seus traçados originais, deixados abertos para criarem bolsas ou laminas de água, ou reconstruídos nas ruas onde outrora circularam.

O atelier pretendeu acrescentar às qualidades já existentes desta parte da cidade, associam novas qualidades visuais e sons pela integração da água ao longo dos espaços do projeto. O novo pavimento é feito com a pedra da região que foi utilizada na construção da cidade, o travertino. Os canais, comportas e escapes são desenhados dobrando o pavimento, de forma a esgotar as possibilidades que a pedra possibilita e revelando a água existente no subsolo.



Salinas de Maras, Perú, 2013. Fonte: <https://www.flickr.com/photos/pululante/10252869455/>

A ÁGUA NA IDADE MÉDIA

A cultura está diretamente relacionada com o protagonismo que a água assume de um local para outro, associada à organização social e ao tipo de atividade económica predominante. Nem todas as cidades ou vilas aproveitavam a água como bem essencial, variando também esse aproveitamento entre habitantes abastados e habitantes mais pobres. No entanto, a presença da água nas cidades medievais era fundamental para um bom funcionamento urbano, a sua escassez ou a sua má qualidade levavam facilmente a surtos epidémicos ou ao abandono das vilas, criando um grande perigo nas cidades medievais, tornando-as vulneráveis ao adversário.

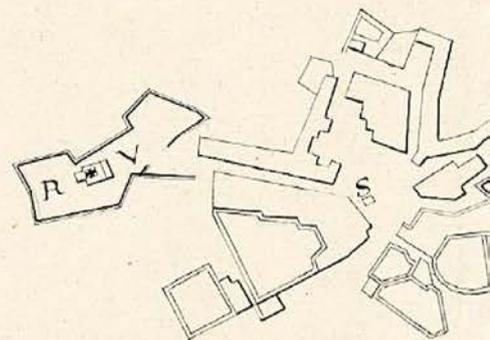
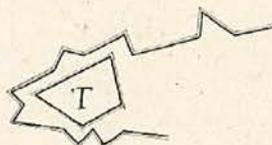
Consideramos que o período medieval é o que mais se manifesta na vila de Monsaraz¹⁸, por esse motivo faremos seguidamente uma contextualização da importância do uso da água na sociedade medieval.

Na idade média a água era um bem público e o poder local detinha bastante poder sobre ela. As suas funções passavam por: evitar possíveis carências, que poderiam ocorrer em zonas secas nos meses de verão; garantir o seu transporte às vilas em boas condições e em quantidades suficientes e assegurar a sua distribuição para satisfazer as necessidades dos habitantes. Como explica Antónia Conde¹⁹ sobre o Aqueduto da Água de Prata em Évora, deveriam ser realizadas visitas constantes ao aqueduto, a todos os

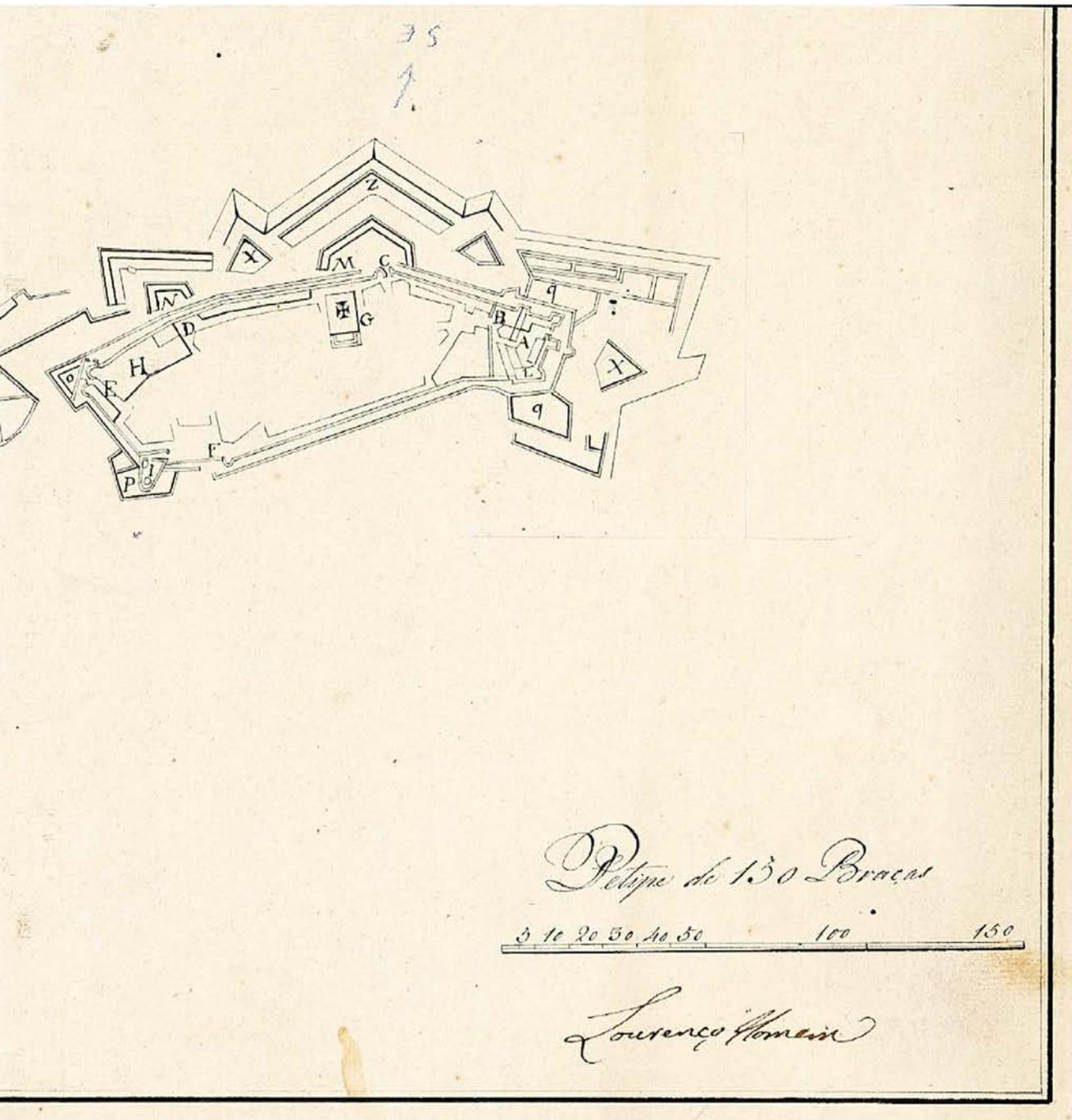
18 Sabemos agora, devido à Proposta do Plano de Salvaguarda do atelier JLCG, que o período que terá tido a maior relevância é o período proto-histórico. No entanto, uma vez que não existem vestígios suficientes, e o período medieval chegou até nós, consideraremos este como o que mais se manifesta.

19 *Abordagem Educativa de um Monumento: O Aqueduto de Évora*, 2008, (p. 98)

Praça de Monsarás



Lourenço Homem, Praça de Monsarás, s.d. Fonte: Direcção de Infraestruturas do Exército



Deliquo de 150 Braças

0 10 20 30 40 50 100 150

Luiz de Almeida

terrenos e lugares onde passasse, de forma a manter a salubridade da água. No entanto existiam privados que detinham alguns poderes sobre a água, principalmente quando esta “nascia” nos seus terrenos, sendo bastante visível essa apropriação no caso do uso da sua força hidráulica em moinhos ou na possibilidade de ceder a água a outras pessoas. Esse poder privado era igualmente visível no caso das doações de terrenos. O dono do terreno exigia ao novo dono o poder sobre a água existente nos terrenos, tanto a nível superior, de linhas de água e albufeiras, assim como ao nível subterrâneo. Em casos mais urbanos, à semelhança do poder local, os privados com poder económico ou instituições como os mosteiros, poderiam criar acessos privados à água, para seu uso exclusivo. Era o caso do Duque de Bragança em Évora, que tinha o seu cano privado utilizando as águas que excediam do Chafariz das Portas de Moura²⁰. Em ambos os casos, público ou privado, a principal preocupação seria o abastecimento da água o mais próximo possível das habitações para facilitar o acesso à população.

Os elementos da água mais frequentes na Idade Média, num contexto urbano, eram os algibes – reservatórios de água, cisternas –, poços com cambota²¹, chafarizes, fontes e moinhos de água. No caso das casas particulares existiam poços ou cisternas que poderiam ser partilhados com as habitações vizinhas, tratando-se de uma mais-valia que aumentava o valor da habitação. Além dos elementos urbanos e que circundavam as muralhas, existiam aguadeiros que colhiam a água desde a nascente e a transportavam até à população. A ida à fonte era uma prática habitual e regrada, assim como a utilização dos lavadouros.

20 Abordagem Educativa de um Monumento: O Aqueduto de Évora, 2008 (p.99)

21 Cambota: molde de madeira para se formarem arcos ou abóbadas, também designado de cimbre. Geralmente em madeira.

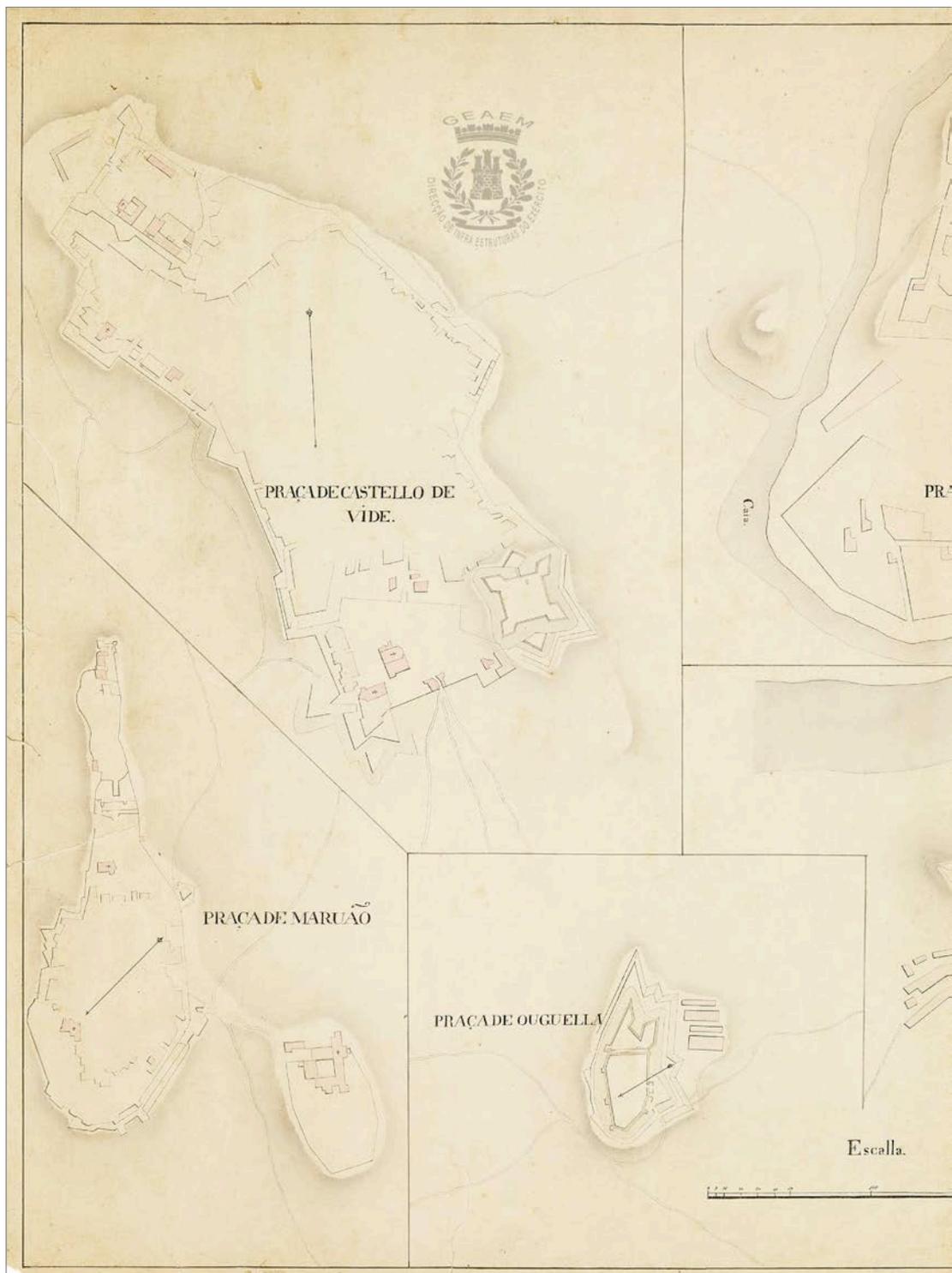
A manutenção e construção dos vários elementos da água, assim como a sua distribuição, eram garantidas por ofícios específicos. É o caso dos engenheiros ou maestros de trazer água, especialistas na realização de desvios e conduções, canos cobertos ou descobertos assim como aquedutos. Tratavam-se de saberes empíricos transmitidos entre gerações e que passariam por diferentes tarefas desde a escavação de poços, como o percurso dos canos, a localização dos reservatórios, entre outras.

No caso das canalizações, a sua existência repartia-se pelas ruas das vilas, acompanhando o traçado urbano, ou ocupando um traçado próprio paralelo à rede viária. Existiam canos principais e canos secundários que variavam de tamanho segundo a importância das ruas. Em todas as vilas surge um “cano grande” que acompanhava a rua principal e se ia distribuindo pelas ruas secundárias e pelos canos secundários que as seguiam. Para a construção das cisternas, eram estudadas as cisternas italianas que serviriam como exemplo a várias cisternas da época.

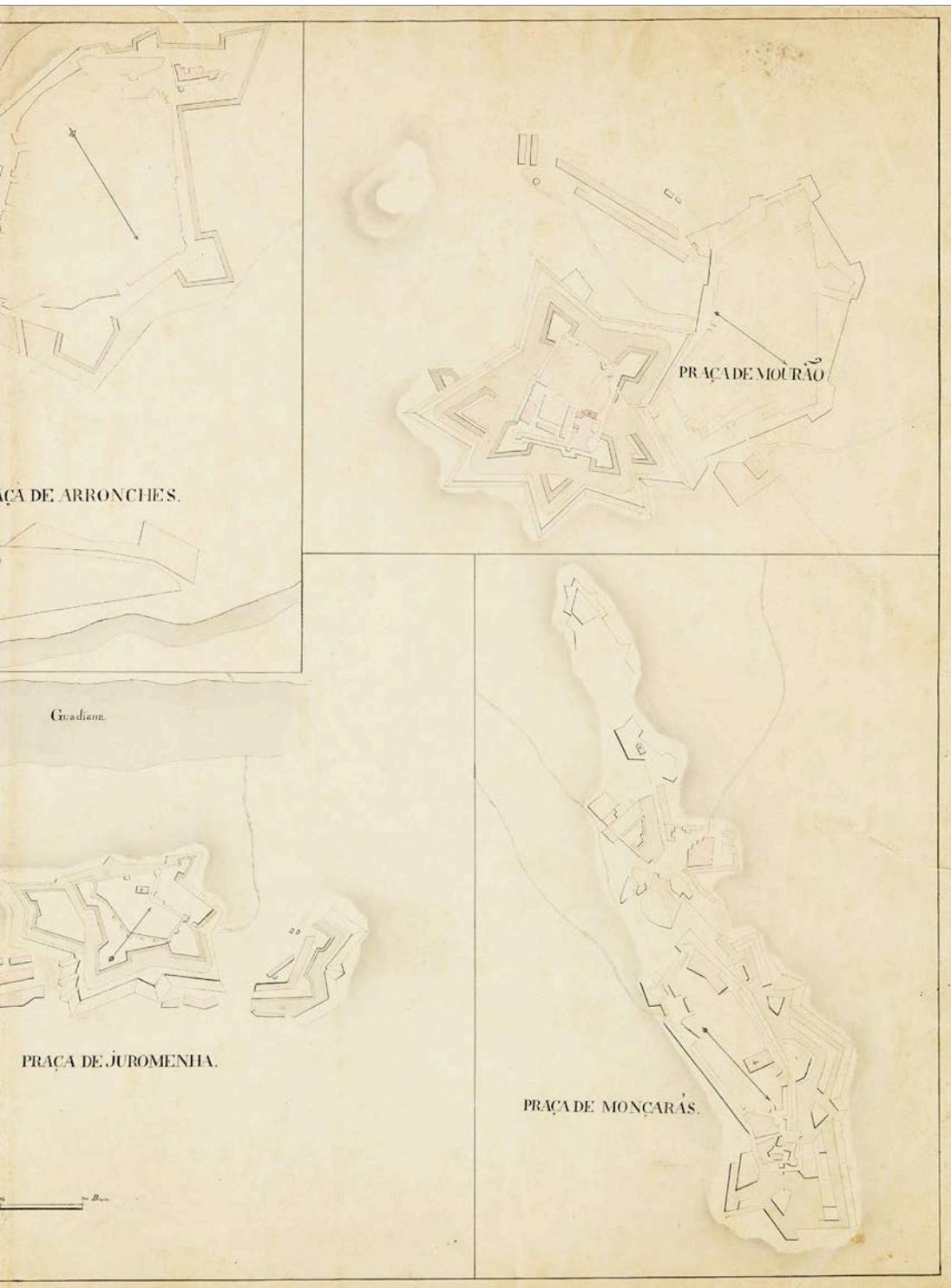
“Ali se coloca uma abóbada e no meio destas cisternas coloca-se um poço de pedra ou de ladrilho “trabalhado” com cal até que esteja tapado. A boca do poço é 4 ou 5 palmos mais alta que as paredes da cisterna, e os arredores da cisterna estão cobertos de terra onde se podem plantar árvores.”²²

Quanto maior era a área aberta em volta da cisterna, melhor era a qualidade da água, segundo o que diziam os arquitetos da época.

²² *Livro dos conselhos de El-Rei D. Duarte: Livro da cartuxa*, transcrição de João Alves Dias, Lisboa, Editorial Estampa, 1982, (p. 155)



s.a, Praças da Fronteira Portuguesa, s.d. Fonte: Direção de Infraestruturas do Exército



Existia pouco interesse do Homem medieval pelas canalizações, o que demonstra a pouca importância que a higiene e os bens públicos tinham. Para contrariar essa atitude, o poder local estabeleceu normas e multas, e intensificou a supervisão dos elementos da água, como é exemplo o Regimento de 1606, em que o rei D. Filipe II cria impostos sobre a carne e o peixe de modo a obter rendimentos para as obras de reparação do Aqueduto de Évora, salientando a importância do mesmo para que a água fosse conduzida para a cidade, melhorasse a saúde pública e a temperatura do ar²³.

Estas estruturas da água funcionavam como ordenadores do território nos locais onde estavam implantados e muitas vezes eram a razão toponímica de várias ruas ou portas de entrada das vilas. Existia uma preocupação estética no sentido de ocultar elementos da água com um carácter mais prático, como é o caso dos lavadouros, de forma a não serem vistos por visitantes e não prejudicar o ordenamento do território. Os elementos da água abandonados ou mal utilizados transmitiam uma impressão de degradação urbana e falta de respeito pela propriedade pública.

A presença da água na agricultura era imprescindível não só através da chuva como dos sistemas de rega. A presença de moinhos e azenhas era igualmente importante para a sustentação da economia de uma região. Conclui-se que para além da sua utilização básica para consumo e higiene, a água servia como motor na agricultura e também nas indústrias, como é o caso no fabrico do barro, na indústria do ferro, na indústria têxtil e na indústria dos curtumes.

23 Abordagem Educativa de um Monumento: O Aqueduto de Évora, (p.92)

Uma das principais fontes em Portugal sobre o estado das fortalezas do reinado é o *Livro das Fortalezas de Duarte D'Armas*. Neste testemunho ilustrado e anotado de início do século XVI, o escudeiro da casa real, encarregado pelo rei D. Manuel, executa um levantamento de todas as fortalezas e vilas e o seu estado de conservação, tanto ao nível intramuros, como das vistas panorâmicas das várias praças e dos seus arredores. É de destacar a fidelidade que vários historiadores colocam nestes registos, que em comparação com outros da época possuem inúmeros elementos em comum, provando assim o seu realismo, minúcia e rigor. A par da diversidade de espaços urbanos, e das várias valências correspondentes, como diferentes relevos, climas, áreas geográficas distintas, existe também a representação das redes hidrográficas correspondentes. Entendendo-se a água como elemento de primeira necessidade, tanto em caso de cerco ou assalto aos castelos, como na fixação da população - pois o abandono e despovoamento de várias vilas estava associado à falta de água ou com a degeneração das suas construções -, a representação da sua localização e salubridade nas fortalezas seria imprescindível para o relato exigido pelo rei.

Segundo Isabel Vaz de Freitas²⁴, Duarte D'Armas representou a água a partir de diferentes perspetivas, destacando-se nomeadamente as abordagens políticas, económicas, sociais e culturais. A autora aponta em primeiro lugar a relação de proporcionalidade entre o tamanho das vilas e a quantidade de elementos relacionados com a água. As vilas de maior dimensão possuíam mais elementos de abastecimento e com maior capacidade, sendo que a diversidade destes elementos estaria associada à presença abundante, ou não, de água subterrânea. Seguidamente é feita uma distinção dos espaços consoante estes se encontrem no interior ou exterior dos muros dos castelos e entre as diferentes utilizações da água (para a agricultura e consumo

²⁴ *El agua en las ciudades portuguesas medievales*, 2002

doméstico). Em épocas de paz era essencial saber a localização exata de fontes e pontos de abastecimento de águas, assim como o percurso dos cursos de água²⁵.

O Guadiana aparece nestas representações como um elemento de especial relevo no sul de Portugal, associado à exploração da força hídrica para alimentar moinhos e azenhas assim como sistemas de rega para as propriedades agrícolas. Além deste papel, o Guadiana constituiu uma via comercial importante pois que, sendo navegável no inverno, através dele se faziam intensas trocas comerciais. Foi ainda o grande delimitador da fronteira entre os reinos português e espanhol.

Do ponto de vista social destacam-se hábitos e rotinas marcados pela procura da água fresca e menos poluída para consumo e tarefas domésticas, sendo a ida à fonte uma das principais e sobre a qual se desenvolveu um conjunto de normas sociais que propendiam a uma utilização ecológica deste precioso recurso (não lavar a roupa junto às nascentes para não as contaminar, não desperdiçar...). É também junto a fontes e poços que têm lugar importantes interações sociais por constituírem locais aprazíveis desenhando traçados e percursos urbanos.

A nível económico destacam-se as atividades profissionais ligadas ao abastecimento e à utilização da água cujo valor aumentava quando o seu acesso se situava em terrenos ou habitações privadas e com a sua distribuição através dos aguadeiros. A água era preciosa pela sua carência, pela sua sazonalidade – no verão as fontes e lençóis freáticos secam e os

25 Maria Monteiro em *Recursos Hídricos da Cidade de Évora (Re) Interpretação de alguma cartografia e iconografia histórica da cidade*, 2015, (p. 292)

caudais diminuam -, para além de valores imateriais que desde sempre lhes estiveram associados (pureza e vitalidade).

Finalmente o aspeto que nos interessa especialmente neste trabalho prende-se com as arquiteturas da água e com o seu papel no desenvolvimento urbanístico das populações. As nascentes ou locais de captação da água eram pontos de partida para a construção dos elementos associados a este bem sendo estes elementos geradores e condicionadores da restante malha urbana. Sobre este aspeto diz-nos *Taniq Madani*²⁶, sobre o papel da água nas cidades islâmicas medievais:

“A disposição de uma rede hidráulica urbana ilustra bem este aspeto e esta vontade de dominar e domesticar um elemento natural (a água) dentro de um contexto espacial concebido pelo homem. Em contrapartida, convém mais uma vez frisar que, inversamente, esta água podia influenciar de forma muito marcada o movimento de uma urbe assim como podia também obrigar a cidade que a acolhia a submeter-se às suas sinuosidades, desenhando-a à sua maneira.”

No exterior da linha de muralhas, os elementos da água implantavam-se em pontos visíveis para queromeiros, mercadores e peregrinos lhes acessem facilmente, junto a caminhos ou acompanhando a linha de muralhas. Surgiam na forma de poços simples, possivelmente com degraus de acesso – para manter a área de acesso limpa -, e geralmente sem cobertura, ou de forma isolada com tanque anexo.

No interior da fortificação, os elementos da água - poços e cisternas, únicos elementos estruturais predominantes dentro de castelos - controlam as

²⁶ *Usos del agua en las ciudades castellanas del siglo XV*, 2010

praças e portas de entrada das vilas. No entanto a sua habitual localização, de forma a proteger este bem que era tratado como “ouro”, seria no espaço interior da torre de menagem, junto á área habitacional ou dentro da praça de armas, local de grande concentração militar e populacional em caso de cerco ou assalto. De forma a valorizar certas habitações, como a casa do alcaide ou os aposentos principais de um castelo, encontram-se junto destes alguns exemplos de elementos de água. Sempre que possível, e caso estes elementos se encontrassem no interior da habitação, o dono poderia exercer um controlo comercial sobre a água, vendendo-a aos vizinhos próximos. A localização dos elementos da água intramuros prendia-se principalmente com o abastecimento e fácil acesso deste bem a toda a população

As vilas e fortalezas portuguesas, implantadas em pontos-chave da fronteira, participando numa estrutura defensiva coesa, foram na época medieval essenciais no estabelecimento do Portugal atual. Zonas de conflitos constantes, com um quotidiano inseguro e longe das grandes cidades, tinham como principais preocupações manter e fixar a população de forma a evitar o abandono e conquista pelos vizinhos espanhóis. Um ponto primário dessa permanência foi a existência da água, que em tempos de guerra permitia a sobrevivência, e em tempos de paz, mantinha o sustento da população. O estudo dos elementos da água, as suas explorações, estruturas, métodos construtivos e localizações, permite-nos compreender o património presentemente sobrevivente.

Reconhecemos diversos sistemas de água utilizados nas vilas medievais, que retratam a sabedoria vernacular da época e que podemos reconhecer

em três categorias -captação, condução e contenção de água²⁷- estes sistemas poderiam funcionar de forma autónoma ou em complementaridade. Iremos no capítulo seguinte demonstrar a existência destes vários sistemas, que de forma isolada ou em conjunto, foram responsáveis pela distribuição da água na vila, assegurando a qualidade e quantidade necessárias.

²⁷ Através do artigo *Sistemas Hidráulicos da Abadia de São Bento de Cástris: Reconhecimento e análise preliminar* de 1993 e também o artigo *O aqueduto da água de prata e o abastecimento de água ao Mosteiro de São Bento de Cástris* em 2012 são realizadas análises ao sistema hidráulico do mosteiro de São Bento de Cástris, investigações que se tornaram referência metodológica para analisar Monsaraz, tendo em consideração a diferença tipológica e escala dos casos de estudo.



Sara Passinhas, Terraço da cisterna, 2016.

ARQUITETURAS DA ÁGUA EM MONSARAZ

O mundo, com todo este peso, esta bola sem começo nem fim, coberta de mares e de terras, toda esfaqueada de rios, ribeiras e regatos, a escorrer a aguazinha clara que vai e volta e é sempre a mesma, suspensa nas nuvens ou escondida nas nascentes por baixo das grandes lajes subterrâneas [...] (Saramago, 1980, p. 177)

“A cultura e importância da água é mais vincada justamente nos povos que vivem em lugares onde a falta de água se faz sentir mais.” (Teixeira, 2012).

Como anteriormente referimos a região Monsaraz a par das outras vilas raianas de Portugal não era exceção nesta relação urbana com os elementos da água, essenciais na manutenção da população na vila e por consequência da vila como ponto fulcral da defesa da fronteira. Apesar da proximidade geográfica com o rio Guadiana, este situava-se ainda a larga distância da vila, adicionando a implantação geográfica de Monsaraz, no cume de um monte, com difíceis acessos, impedia a facilidade de utilizar o rio como ponto de abastecimento. Apesar do clima seco e estival da região, era pelo subsolo, e através do aproveitamento da água da chuva que se fazia o abastecimento da água em Monsaraz. Inicialmente no interior da praça de armas do castelo, gerador de toda a urbe e posteriormente com o crescimento da urbe, as arquiteturas da água foram surgindo proporcionalmente ao crescimento populacional.

Através dos registos de Duarte D'Ármas, principalmente a planta do castelo, podemos verificar os primeiros elementos hidráulicos que realizavam o abastecimento militar da praça. Este além de ser o ponto inicial da vila, era também o último refúgio em caso de cerco pelo inimigo e, portanto, era essencial existir acesso à água. Com o crescimento da vila amuralhada surgiram novos elementos hidráulicos que mantinham o abastecimento populacional. O mais importante, por ser o maior e por ainda hoje existir, é a cisterna da vila. Foi durante muito tempo o principal reservatório de águas pluviais da vila. Essa reserva era feita através de um complexo sistema de recolha de água através de caleiras. Eram colocadas nos beirais das habitações e conduziam, pela força da gravidade a água para a cisterna, escavada abaixo da cota da rua que lhe dá acesso. Além da cisterna existia o

poço da praça que serviria também a população, apesar de pouca importância pela quantidade e qualidade da água. Colocado na praça central denota as características medievais das arquiteturas da água, numa posição central, de fácil acesso aos habitantes e aos visitantes. Com o crescimento populacional surge o Poço d'El-Rei que se pensa posterior pois está já no exterior da linha de muralhas da urbe. Adossado a ela no lado oeste serviu a população e a origem toponímica do seu nome -d'El-Rei- demonstra que a qualidade da sua água seria salubre, pois apenas se nomeavam d'el-Rei os poços ou fontes de excelente qualidade. Aliados a estes elementos existiam também aguadeiros que fora das muralhas, procuravam nascentes, poços ou fontes de água potável para as comercializarem na vila, transportando-as com cântaros e burros.

Além destes elementos públicos de abastecimento existe um outro de caráter privado que consideramos importante referir que é a cisterna da casa do Juiz de Fora. Habitação com grande valor arquitetónico, hoje pertencente à Universidade de Évora. Foi casa dos homens mais abastados da vila e por isso tinha a sua cisterna privada. Lamentavelmente e supomos que pelo fato de ser privada, não está registada em nenhuma planta histórica que tenhamos tido acesso e em nenhum registo escrito da época.

Estes elementos foram essenciais no abastecimento de água à população montessarense ao longo dos vários séculos da sua história. Contudo as várias reformulações que aconteceram em Monsaraz ao longo dos séculos foram destruindo ou abandonando muitos dos elementos referidos. Um dos

poucos elementos que manteve a sua função até meados do século XX, a par dos aguadeiros, foi a cisterna da vila e o sistema de recolha por algerozes. Só após a instalação da rede de abastecimento de água à vila, feita pelo depósito de água que está no interior da torre direita da Porta da Vila, e de alguns fontanários, é que a cisterna e as caleiras perderam a sua função principal. Contudo as suas águas foram sendo usadas para pequenos usos domésticos como rega e a limpeza mesmo após existir o abastecimento público.

Pelas estruturas anteriormente referidas conseguimos inventariar algum do património hidráulico responsável pela implantação da vila e pela permanência da população ao longo do tempo.

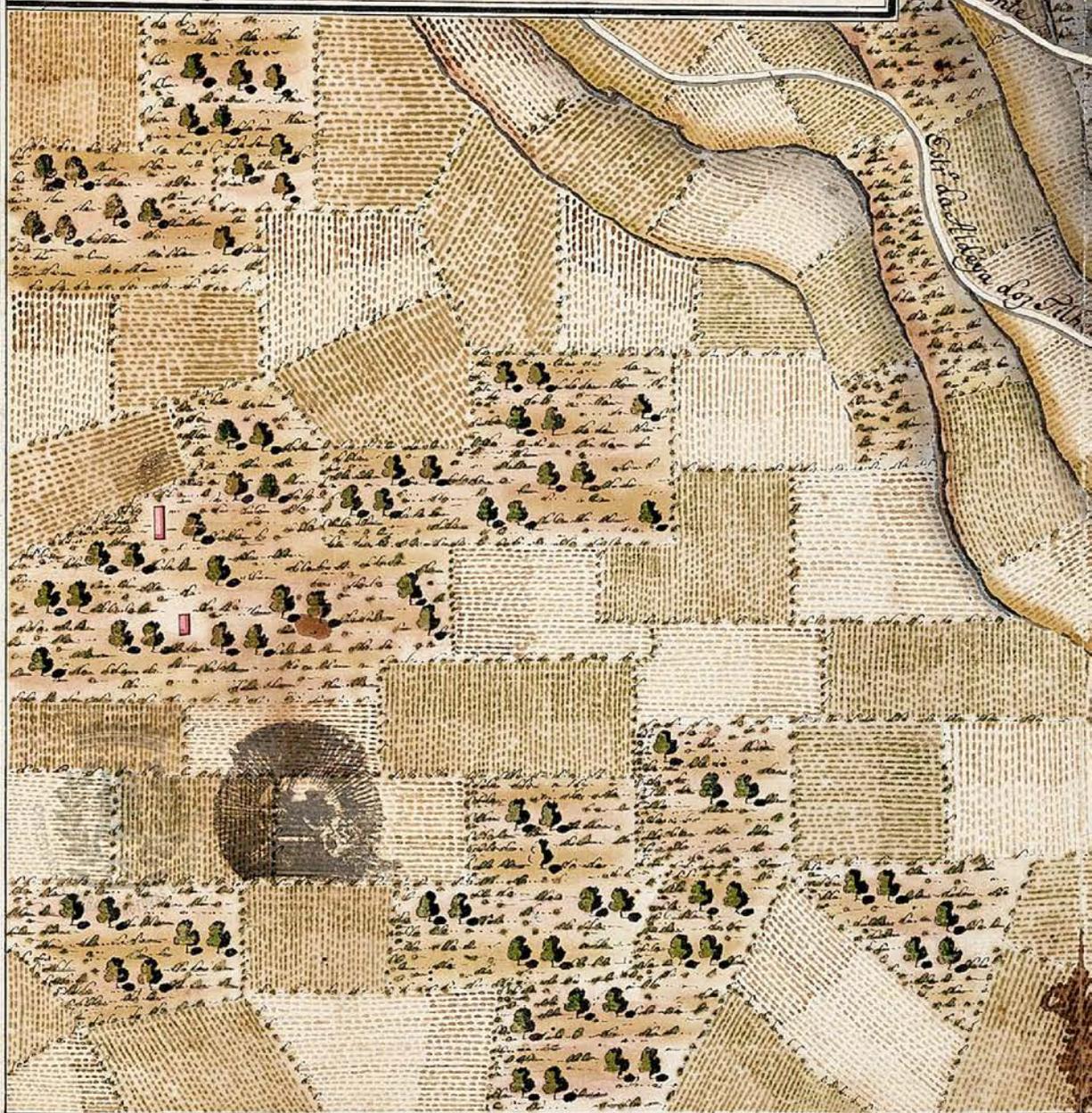
A valorização dos costumes da água e do património hidráulico são um contributo para entender conscientemente a implantação e sobrevivência destas vilas raianas ao longo do tempo e despertar para a valorização deste património muitas vezes esquecido em relação a outros.

Através da carta desenhada pelo engenheiro Miguel Luís Jacob no século XVIII, a quando da sua visita à vila de Monsaraz, é possível verificar que além de todas as características paisagísticas do território, também as da própria vila correspondem às várias referências que temos vindo a encontrar.

A representação topográfica mostra o monte onde se ergue Monsaraz, com uma representação semelhante a curvas de nível. É fielmente desenhada a diferença de paisagem entre o lado oeste e o lado este de Monsaraz. Percebemos que já na época o território oeste é bem explorado de forma agrícola pelo mosaico apertado da paisagem e também algumas áreas salpicadas de árvores. No lado este é incrível ver a representação do terreno,

Planta da Praça de Monsarás

A Castello B Torre q' serve de Armazem de pólvora C
Porta d'Alcova D Porta da Cisterna ou do buraco E Porta
da Villa F Porta de Evora G Igreja matriz ou de S. ta
Maria. H Cisterna da Villa I Poço de q' rzaão os Moradores.
L Cisterna da Praça M B. te da porta d'Alcova N B. te de
S. João O B. te da porta da Villa P B. te do poço de S. Rey
Q B. tes do Casto R Forte de S. Bento S Arrabalde T Obra
avançada V Ermida de S. Bento
Miguel Luiz Jacob Na Verila geral de 1755.



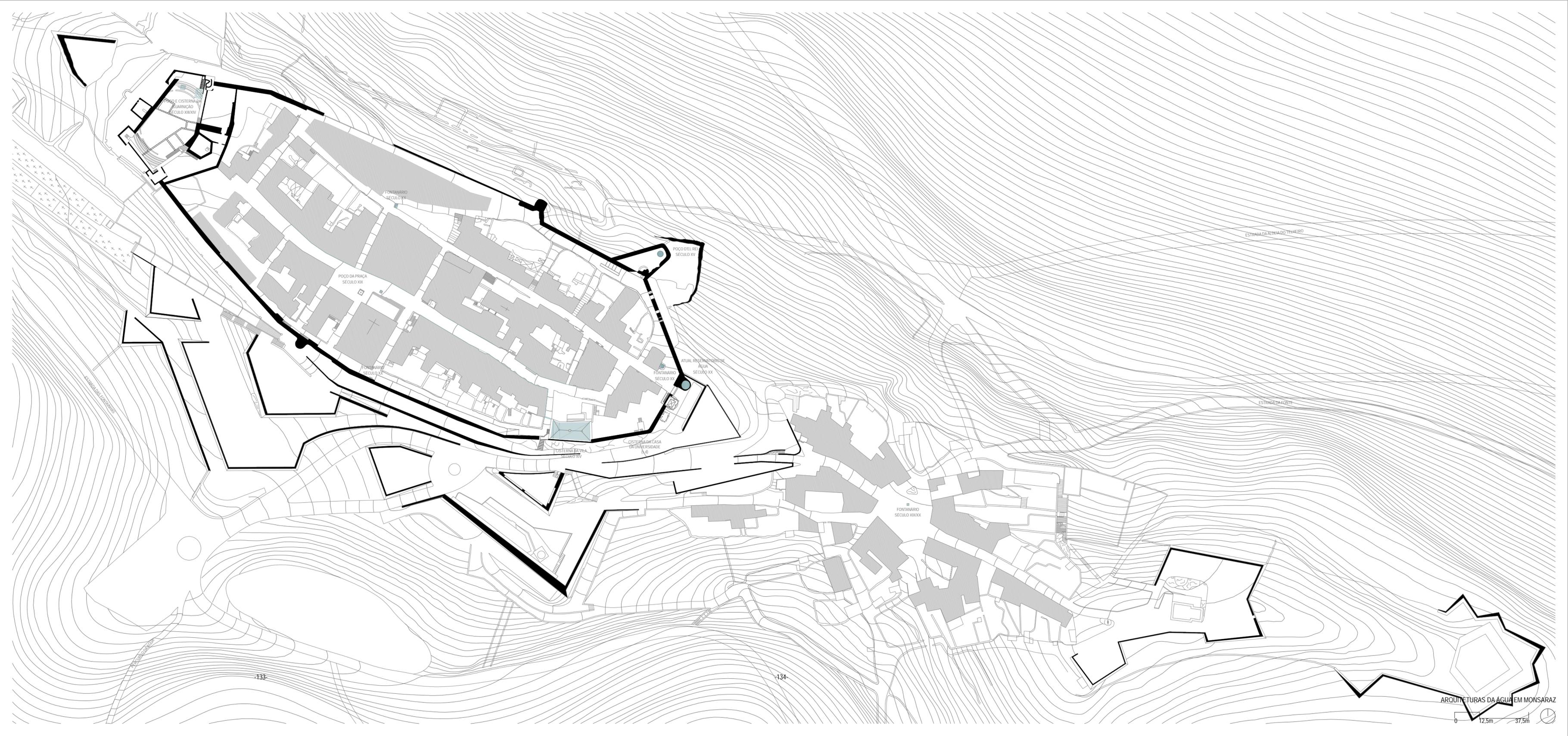


que é bastante ondulante e sinuoso, representando o monte de São Gens e a desaparecer parte do rio Guadiana.

Também as vias de acesso á vila estão marcadas na planta, sendo que a este temos as duas calçadas ainda hoje existentes, uma de acesso ao arrabalde, denominada Estrada da Fonte e outra à porta de Évora, representada como Estrada da Aldeia dos Telheiros. A norte é visível uma de acesso ao arrabalde e a sul uma estrada de acesso à porta da Alcova e uma outra indicada como a Estrada das Fontainhas, zona localizada a sul da vila.

Já na própria vila podemos constatar a representação de vários elementos que compõe a urbe ainda hoje, não sendo o traçado viário das ruas intramuros representado, é relevante a importância dos elementos da água a par das fortificações ou acessos à vila. Pela legenda da carta é-nos indicada a localização dos elementos mais significativos da praça de Monsaraz. Sendo que podemos verificar que os elementos da água são referidos. Primeiro na letra **D** é indicada a **Porta da Cisterna ou do Buraco**, cisterna que é nomeada na letra **H**. Com a letra **I** está identificado o **Poço que usam os moradores**, referindo-se ao Poço del Rey, junto da porta de Évora. Já com a letra **L** é indicada a **Cisterna da Praça**, aludindo neste caso, não à praça da vila ou está a igreja e o pelourinho, mas sim à praça do Castelo. Com a letra **P** é-nos indicado o **Baluarte do poço de El-Rey**, evidenciando assim que em **I** era esse mesmo poço referido. Para além da legenda o próprio desenhado dá destaque a estes elementos da água, aplicando cores diferentes nestas estruturas.

Mostramos de seguida as várias partes que compõe de forma autónoma ou auxiliar o abastecimento de água a Monsaraz ao longo do tempo.



POÇO E CISTERNA DE ALIARINÇÃO SÉCULO XIII/IV

FONTANÁRIO SÉCULO XX

POÇO DA PRAÇA SÉCULO XIX

POÇO DEL REI SÉCULO XV

FONTANÁRIO SÉCULO XX

ATUAL RESERVAÇÃO DE ÁGUA SÉCULO XX

FONTANÁRIO SÉCULO XX

CISTERNA DA CASA DA UNIVERSIDADE SÉCULO XIV

FONTANÁRIO SÉCULO XXXIX

-133

-134

ARQUITETURAS DA ÁGUA EM MONSÁRAZ



CISTERNA E POÇO DA GUARNIÇÃO MILITAR, SÉC. XIII

O castelo era o primeiro ponto da construção de um lugar e a partir dele se formavam as vilas ou cidades, dando continuidade urbana. Era também o último reduto em caso de ataque inimigo e cerco a Monsaraz.

Foram estes os primeiros reservatórios de abastecimento da praça do Castelo de Monsaraz a quando da sua fundação. Qualquer castelo tinha como elementos fundamentais à sua permanência no território o sistema de muralhas e o sistema de abastecimento de água.

Pela planta de Duarte D'Armas é visível uma parede que dividia o recinto interior em dois. Do lado nascente estariam as dependências do alcaide e da guarnição militar. Do lado poente ficava a capela com altar virado a nascente, a praça da cisterna e o poço da guarnição militar.

"Na parede sul, abaixo do parapeito ameado da torre, fazia saliência uma tosca gárgula de granito que recolhia e drenava as águas pluviais acumuladas no eirado. No interior da praça de armas, com duas bocas circulares de aro granítico, no espaço compreendido entre as duas torres quadrangulares maciças do poente, cavava-se a cisterna privativa da fortaleza." (Gonçalves J. P., 1962, p. 60)

Qualquer vestígio destes elementos perdeu-se nas adaptações na guerra da Restauração no século XVII e com a transformação do interior do castelo em praça de touros em 1830. Para além destas estruturas imprescindíveis existia uma capela e diferentes edifícios que funcionavam como habitação e armazéns.



Sara Passinhas, Detalhes do pavimento e intercepção do arco na parede do terraço da cisterna, 2016.

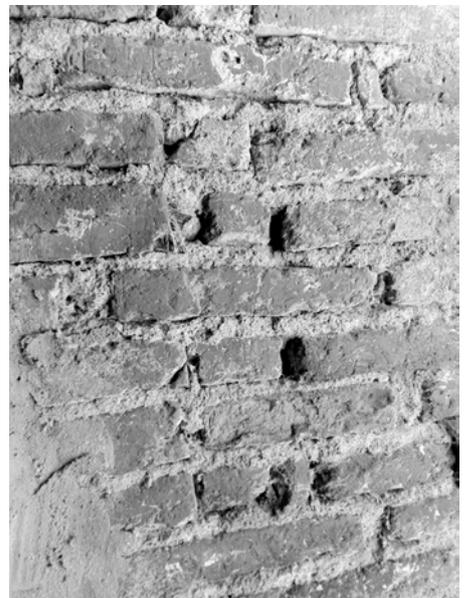
A existência destas estruturas é conhecida apenas pela planta do castelo registada por Duarte D'Armas no século XVI a pedido de D. Manuel. São reconhecidas ao autor algumas disparidades entre o desenho e a realidade, no entanto as estruturas da água tendiam a ser bem representadas uma vez que eram um dos principais elementos a preservar nas fortalezas. A minúcia do registo partia desde as dimensões das estruturas até a qualidade da água, referindo até a sua salubridade.

Estes elementos da água são mais tarde registados por Miguel Luiz Jacob no desenho da *Planta da Praça de Monçarás*. Marcada com a letra L está identificada a Cisterna da Praça, demonstrando assim a sua existência até ao século XVIII, mais precisamente 1755, data do desenho.

CALEIRAS E ALGEROZES

Ao observarmos a vila de Monsaraz e o seu traçado viário, deparamo-nos com pequenas, mas cirúrgicas ações sobre o percurso que a água faz na vila. Devido à sua implantação topográfica o traçado, que anteriormente referimos na análise urbana de Monsaraz, mostra-nos que ele próprio é um percurso da água. A Rua Direita de Monsaraz funciona com uma cumeeira, a partir da qual a água escorre pelas ruas transversais e paralelas até se sumir por entre as pedras da calçada, escorrendo pelos montes e linhas de água, até chegar ao Alqueva e tornar o seu ciclo.

Simultaneamente, e paralelamente surge-nos um complexo e intricado sistema de caleiras ou algerozes que, conjeturamos, tenha surgido simultâneo à implantação do casario montessarenses. Como referimos previamente, na idade média existiam diferentes, mas úteis, sistemas de



Sara Passinhas, Detalhes do interior e exterior da cisterna, 2016.

abastecimento de água às populações e que atingiam o seu auge na construção de aquedutos, chafarizes e fontanários.

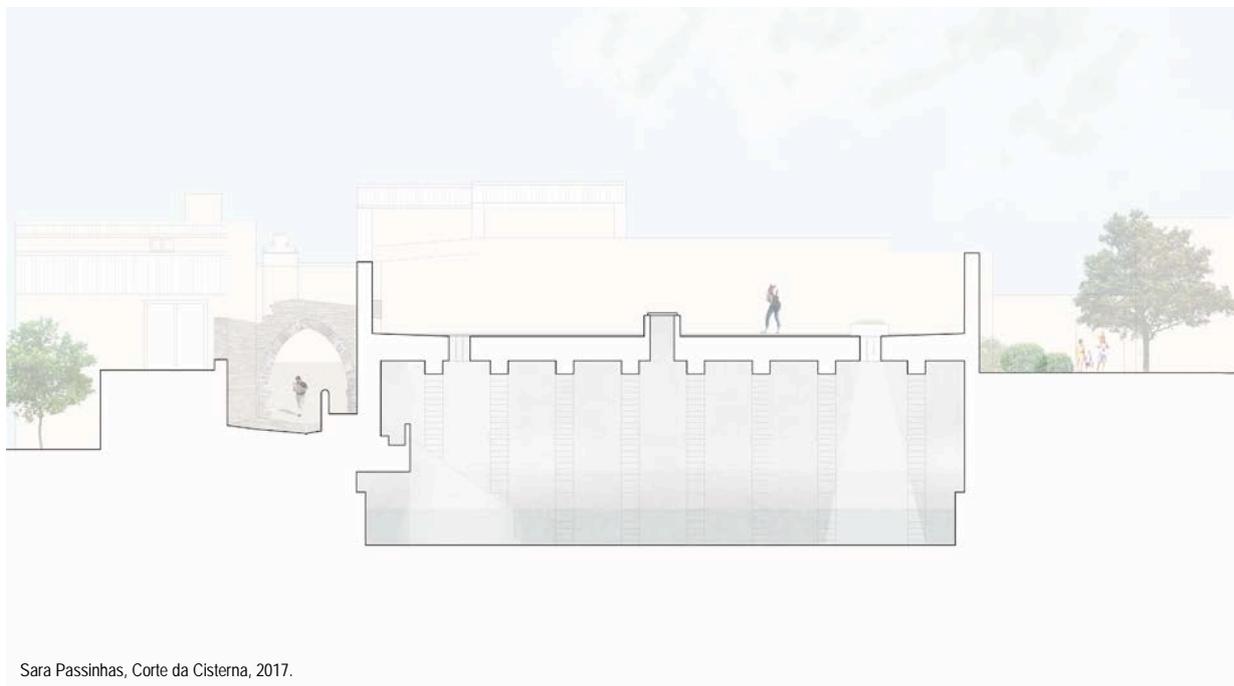
Contudo em Monsaraz existia um cano principal que presumimos passava na Rua Direita, paralelamente às caleiras colocadas nos beirados das habitações da rua. Tanto o cano embebido no pavimento como as caleiras, captavam a água e conduziam-na à cisterna da vila, que situada a uma cota inferior recebia, por gravidade, o líquido precioso.

Todo este sistema culminava no arco aqueduto existente na Rua da Cisterna e ainda hoje visível. O arco intercepta a parede da cisterna ao nível do terraço e encaminhava assim a água para o interior da mesma.

CISTERNA DA VILA

É o maior reservatório de água dentro das muralhas de Monsaraz. Construída entre os séculos XIV e XV devido ao crescimento urbano e populacional, foi desde sempre um elemento precioso no urbanismo da vila.

Adossada ao pano amuralhado junto à Porta do Buraco- nome dado devido à localização junto à cisterna- tem a fachada principal orientada a sul e adossada a esta existe uma escadaria íngreme, de um só lance que leva à cobertura. Tem uma estrutura autoportante de alvenaria de pedra e tijolo rebocada. É composta por planta longitudinal, simples e regular. Tem cobertura em abóbada suportada por oito arcos em cantaria de granito. Os principais materiais utilizados na sua construção são o granito, o xisto e o tijolo.



Sara Passinhas, Corte da Cisterna, 2017.

Após o patamar da entrada existe uma escada que, pela esquerda, nos conduz à água. No entanto pela direita tem seguimento ao que seria o acesso ao terraço pelo interior, acesso que atualmente se encontra obstruído.

No exterior após subirmos ao terraço, além da vista privilegiada sobre o Alqueva, verificamos que a estereotomia das lajes de xisto que compõe o pavimento efetua a escorrência das águas pluviais para duas aberturas no piso do terraço. No centro do mesmo existe um poço, a partir do qual os moradores acediam à água. A água chegaria aqui através do coletor geral de águas pluviais que passava pelo arco aqueduto que se encontra na Rua da Cisterna e encaminhava a água recolhida pelos beirais e caleiras instalados nos telhados das casas da rua Direita.

Após a instalação do sistema de abastecimento público de água, somando a construção de fontanários intramuros, a cisterna perdeu a sua função e com isso importância. No entanto continuaria a ser usada por mais algumas décadas do século XX, para limpezas domésticas e rega. À semelhança da cisterna, todo o sistema de recolha e condução de águas pluviais dos edifícios, as caleiras e beirais, entrou em desábito e desapareceu.



Sara Passinhas, Planta da cobertura da Cisterna, 2017.





Sara Passinhas, Perspetiva geral e detalhes da entrada do Poço d'El Rey, 2017.

POÇO D'EL REY

“A poucos metros do cubelo defensivo da porta de Évora erguia-se outro do mesmo tipo, reforçado por uma construção cilíndrica avançada com parapeito ameado, já figurada por Duarte D'Ármas numa das suas vistas panorâmicas de Monsaraz. Dentro desta obra avançada ficava situado o chamado Poço D'El Rei (Torre do Tombo, Memórias Paroquiais de 1758, Notícia de Monsaraz pelo padre Cunheiro Velho), hoje entaipado.” (Gonçalves J. P., 1962, p. 62)

O Poço D'El Rey foi durante largos anos usado pela população da vila de Monsaraz como auxiliar ao seu abastecimento. De acordo com a toponímia o nome –D'El Rey- seria atribuído apenas a poços ou fontes cuja qualidade da água fosse excelente. Associamos, portanto, esse costume à conjuntura sobre este poço.

O acesso ao poço fazia-se por uma escadaria íngreme colada ao pano de muralhas oeste. No interior do recinto existem dois patamares de cota. Ada entrada e uma consideravelmente mais baixa, onde se encontraria o poço, segundo a imagem desenhada por Miguel Luiz Jacob em 1755.

Por estar localizado no lado da vila oposto à fronteira com Espanha, a sua proteção seria menor quando comparado com a cisterna da vila. Contudo tornou-se inativo antes mesmo da cisterna e no século XX servia para despejo de lixo da população.



Sara Passinhas, Perspetivas exteriores e interiores da cisterna da Casa da Universidade, 2016.

CISTERNA DA CASA DA UNIVERSIDADE

Como referido anteriormente consideramos este exemplo privado digno de inventariação pelo fato de se encontrar numa das habitações mais antiga e importante da vila e também por ser uma cisterna.

Pelo fato de sempre ter sido habitação privada não existem registos da sua existência na cartografia histórica, tornando-se difícil precisar o seu surgimento. Conjetura-se uma ligação ao terraço da cisterna da vila a partir dos jardins da casa da Universidade, sugerindo que existiria uma ligação ou utilização pela população simultânea de ambas as cisternas.

De abóbada de tijolo, suportada por dois arcos também em tijolo, encontra-se sem função e evidência bastantes alterações que não nos permite precisar o período da sua origem.



FONTE E CHAFARIZ DO TELHEIRO

Adicionando aos elementos referidos dentro das muralhas da vila, existiam pontos exteriores de abastecimento dos seus habitantes.

Os elementos da aldeia do Telheiro, dos quais podemos referir à época a Fonte do Telheiro e a Fonte dos Passos Novos eram igualmente aproveitados para fornecimento de água. Mais tarde já no século XVII foi construído um Chafariz e lavadouro publico que continuaram a servir as populações de ambas as localidades.

O transporte da água a partir destes locais era efetuado além do típico cântaro de barro, pelos aguadeiros que nos seus burros a comercializavam na vila.

Todos estes elementos realizaram o abastecimento da vila até ao século XIX, altura em que se procedeu a um abandono generalizado por parte da população. Com a inexistência de guerras, as fortalezas perderam a sua função primordial, não justificando a permanência da população em lugares tão inóspitos, com acessos difíceis e com falta de água.

Uma memória anónima de 1812-1813, refere a diminuição dos habitantes, a degradação geral do casario e das muralhas e também a falta de água dentro das muralhas, salientado o estado arruinado da cisterna.



Sara Passinhas, Perspetiva sobre o Poço da Praça, 2015.

POÇO DA PRAÇA

Inicialmente conjecturou-se que este poço tivesse origem medieval pela sua localização central da praça de vila, uma vez que os elementos da água habitualmente situavam-se junto às portas da vila como assistência aos visitantes, ou nas principais praças e largos.

Contudo a construção deste poço remonta ao século XIX. Não existindo mais nenhum elemento de reserva de água intramuros, e estando a cisterna degradada, foi necessário a construção de um poço que auxiliasse os moradores, localizado na praça central da vila. Contudo a sua dimensão sugere que não terá tido muito uso, pois a sua profundidade rodará os sete a dez metros.

Além destes elementos construídos, a presença dos aguadeiros e a tradição da ida à fonte permaneceram como elementos auxiliares no fornecimento de água.





Sara Passinhas, Fontanário atrás da Igreja e fontanário da porta da vila, 2016.

Estes sistemas e edifícios notáveis da água que referimos foram sempre associados a outros de menor dimensão que funcionavam como elementos auxiliares de abastecimento autónomo à vila. Salientamos o, previamente referido, hábito de ir à fonte buscar água. Além do habitante privado que se deslocava à fonte com os seus cântaros, existiam os aguadeiros que com o auxílio dos seus burros se deslocavam aos locais mais distantes e posteriormente comercializavam a água na vila.

No século XX surgiu o sistema de abastecimento público de água, sendo Monsaraz uma das primeiras vilas a recebê-lo. A partir deste momento os sistemas vernaculares perderam a sua importância também devido à construção de dois fontanários dentro dos muros da vila. O primeiro situa-se em frente à porta da vila e o segundo da rua nas traseiras da Igreja Matriz.

Até à construção da rede de abastecimento de água, a cisterna da vila, continuava a ser o principal reservatório de fornecimento de água, existindo registos de 1932 de que continuaria a sustentar a população. O uso da mesma permaneceu mesmo após a instalação da rede abastecimento de águas, para utilização por parte da população para limpeza doméstica e rega.

Estes elementos ajudam-nos a conhecer outro lado da memória arquitetónica da vila de Monsaraz e explicam-nos como a população foi subsistindo ao longo do tempo. Possivelmente prestando mais apoio de conservação às estruturas ainda existentes, dando-lhes um caráter lúdico, se possa transmitir um novo ambiente à vila.



Frederico George, Celeiro de Monsaraz, s.d. Fonte: SIPA



s.a., À porta da cisterna, s.d. Fonte: DGEMN



Frederico George, Rua Direita, s.d.



David Freitas, 1930-1970. Fonte: Arquivo Fotográfico de Évora



Marcolino Silva, 1960-1970. Fonte: Arquivo Fotográfico de Évora



s.a., Porta da Cisterna, s.d. Fonte: DGEMN



s.a., s.d. Fonte: Arquivo Fotográfico de Reguengos de Monsaraz



Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa, Algezo, s.d. Fonte: Ordem dos Arquitetos



s.a., Porta da Cisterna, s.d. Fonte: DGEMN



Fonte: SIPA



Varela Pécurto, 1950-1960. Fonte: Arquivo Fotográfico de Évora



Varela Pécurto, 1950-1960. Fonte: Arquivo Fotográfico de Évora



Fonte: DGEMN



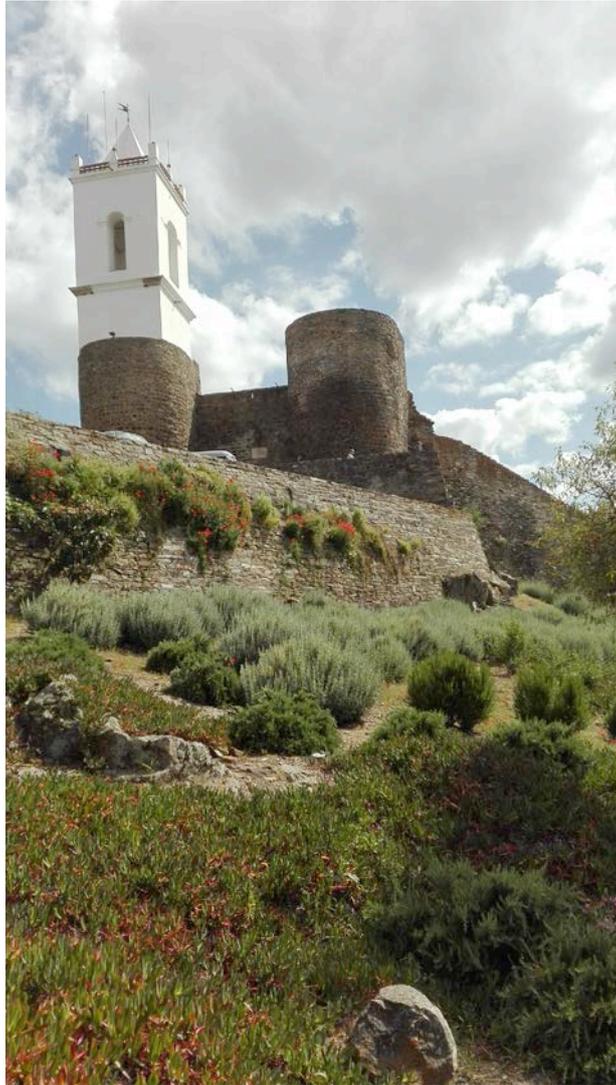
s.a., As cores das casas, s.d. Fonte: DGEMN



Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa, Casas da Rua Principal, 1955. Fonte: Ordem dos Arquitetos



Varela Pécurto, 1950-1960. Fonte: Arquivo Fotográfico de Évora



Sara Passinhas, Perspectiva sobre a Porta da Vila, 2016.

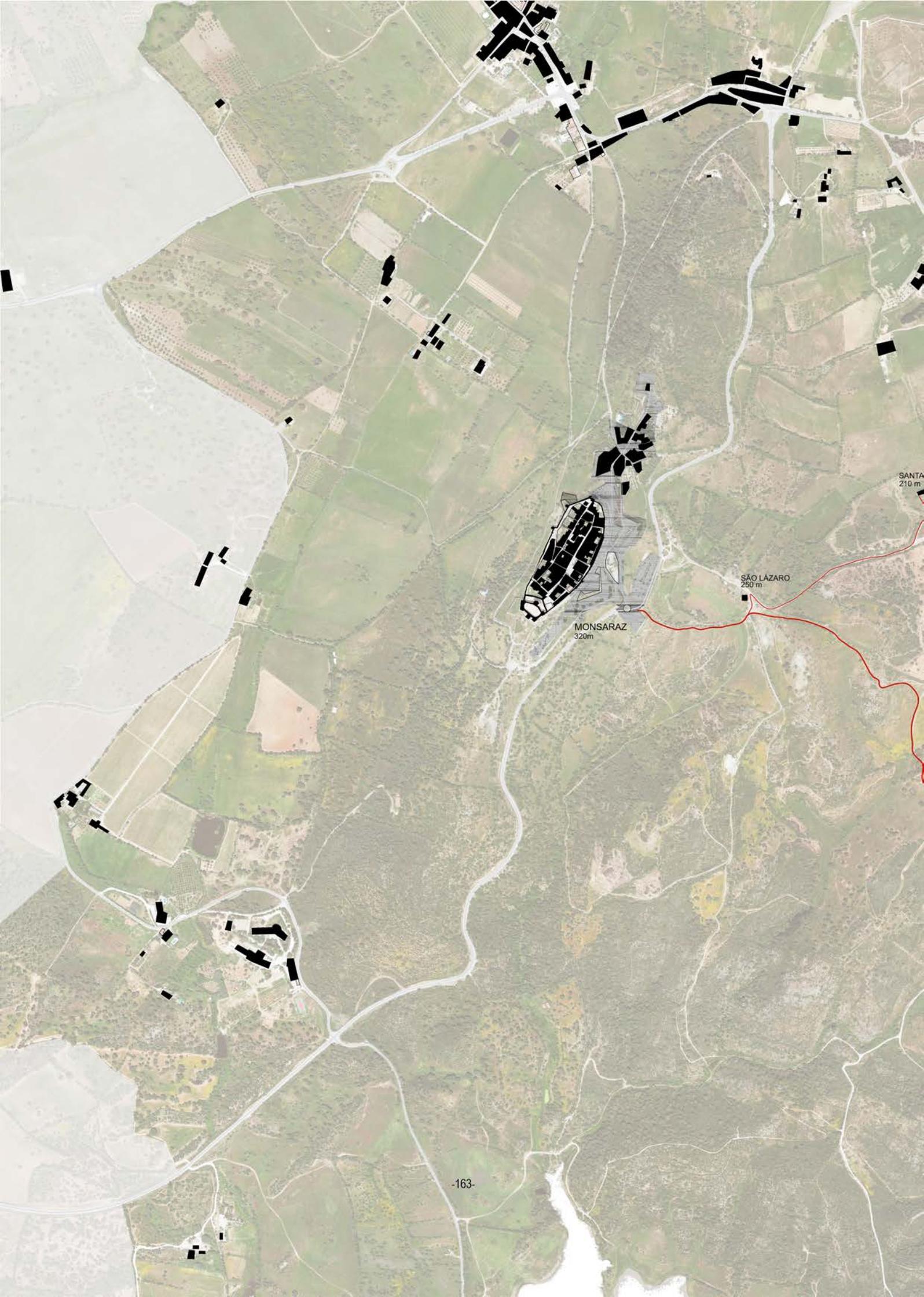
PROPOSTA PARA UM PERCURSO DA ÁGUA

“Se de um modo geral as grandes urbes ou grandes aglomerados históricos despertam um maior interesse sobretudo devido ao património arquitetónico e museológico, o território em particular o espaço rural, tem conquistado um outro interesse.” (Mestre & Aleixo)

A proposta que se segue para um Percurso da Água não é só uma intenção de nos guiarmos pelas várias existências da água que fomos revelando ao longo da investigação e que permitem entender a vila e a sua ocupação social e arquitetónica. A proposta pretende servir como uma forma de união entre o passado e representado nessas mesmas referências, e o presente e futuro que representa a albufeira de Alqueva e é hoje a paisagem desta região. Pretende-se a descoberta deste território ao percorre-lo, ao identificar as suas mais valias e revelar o todo que é Monsaraz como território. Entendemos a arquitetura não só como o contruído, mas sim também como uma forma de evidenciar o existente e as relações com a paisagem e o território.

Propomos um percurso que acompanhando as estruturas anteriormente referidas, responsáveis pelo abastecimento de água à vila, se estenda pelo território acompanhando alguns pontos frágeis que se encontram na sombra na vila.

Iniciando o percurso na vila de Monsaraz, estendemo-nos às pequenas, mas cirúrgicas representações humanas no território que a confronta. Desde as várias ermidas avistadas, aos pontos geográficos singulares, percorrendo linhas de festo, subindo ao cume de São Gens, descendo pela Fonte da Colaça, e alcançando o vasto, plano e tranquilo Alqueva.



MONSARAZ
320m

SÃO LAZARO
250 m

SANTA
210 m



CATARINA

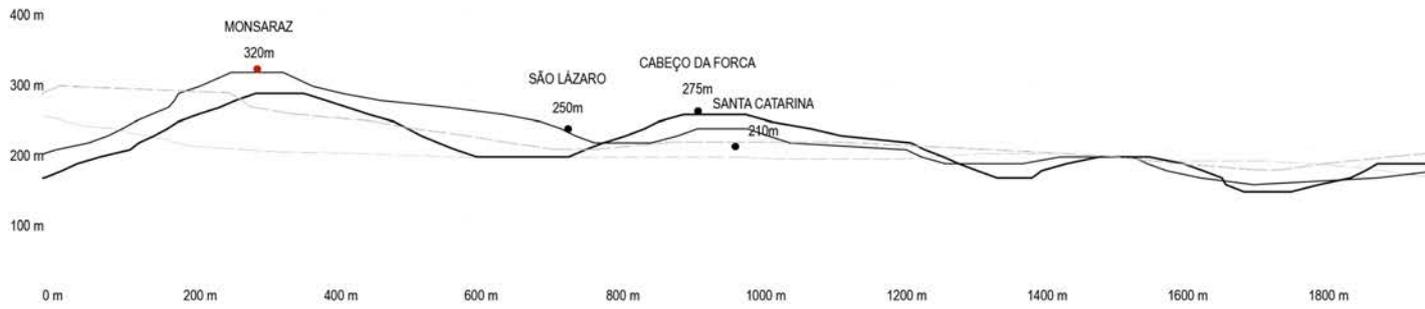
FONTE DA COLAÇÃO
180 m

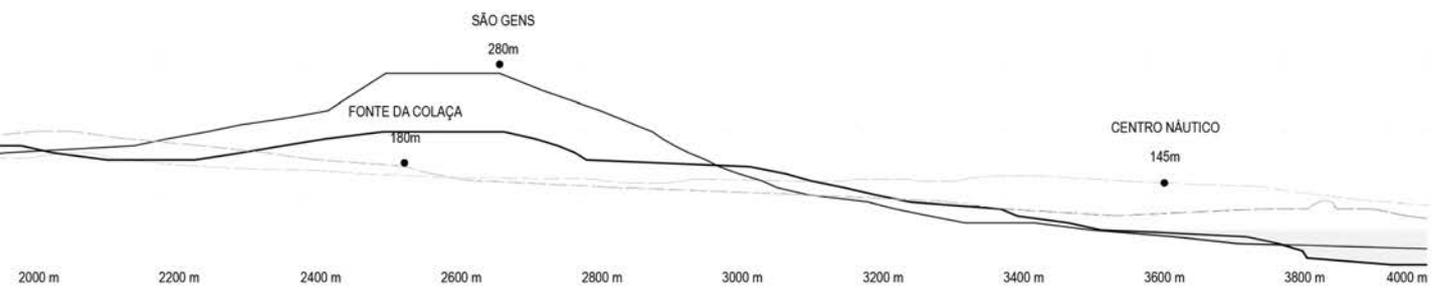
SÃO GENS
280 m

ANCORADOURO DE MONSARAZ
140 m

PLANTA DO PERCURSO DA ÁGUA









s.a., Ermita São Lázaro, Séc. XX. Fonte: Arquivo de Reguengos de Monsaraz



Sara Passinhas, Ermita São Lázaro, 2017



Sara Passinhas, Ermita Santa Catarina, 2017

ERMIDA DE SÃO LÁZARO

Iniciando o percurso por Monsaraz a partir do miradouro situado na cota mais baixa já na saída da vila, encaminhamo-nos por um percurso que nos leva à ermida aproximadamente a cinco minutos a pé. Chegamos a São Lázaro, uma ermida de finais do séc. XIII.

As memórias paroquiais de 1758 indicam-nos que à data já se encontrava em ruínas. Facto que hoje se perdura como é possível verificar pelas imagens da esquerda. A primeira de inícios do século XX na qual ainda é possível verificar a existência do frontão e a imagem da direita, atual, fazendo prever que brevemente todo o conjunto poderá mesmo desaparecer.

Terá sido construída como santuário espiritual de apoio à leprosaria que terá existido nas proximidades. Foi abandonada após a irradicação da doença e como indicado, já no século XVIII se encontrava em ruínas.

Associando esta ermida ao percurso da água, sugere-se a realização de medidas de conservação e preservação deste património que se encontra à sombra de Monsaraz.

ERMIDA DE SANTA CATARINA

Percorrendo o território para norte, não podemos excluir a ermida de Santa Catarina. Edifício do século XIII, terá sofrido alterações nos vários séculos que se sucederam até permanecer como a estudamos.

É um exemplo notável de arquitetura religiosa, raro nesta região. Encontra-se em estado razoável de conservação, no entanto encontra-se fora dos percursos turísticos e ciclicamente fechada, não se podendo visitar.



Sara Passinhas, Perspetivas sobre a atalaia de São Gens e da mesma sobre Alqueva, 2016.

ATALAIA DE SÃO GENS

Localizada no cabeço isolado a 288 metros de altitude, junto ao rio Guadiana, foi construída no século XVII, a quando a Guerra da Restauração. Integrada num sistema com outras atalaias que faziam o controle da circulação pelo rio e defesa de Monsaraz.

Seria um edifício de planta simples de forma quadrangular, regular e centralizada, orientada segundo os pontos cardiais. As suas paredes são cegas e maciças e atualmente encontra-se totalmente em ruínas.

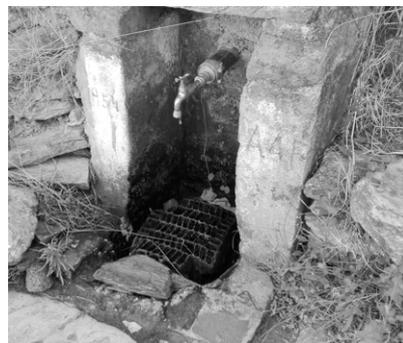
Neste cabeço foram igualmente encontrados vestígios proto-históricos justificando ainda mais a necessidade de manutenção deste local, mantendo-o limpo de vegetação e entulho.

Sugerimos a utilização deste sítio como miradouro da paisagem a partir do qual se consegue visualizar todo o território, desde a vila ao Alqueva.



Sara Passinhas, Fotomontagem da panorâmica sobre Alqueva e Monsaraz a partir de São Gens, 2017





Sara Passinhas, Vista geral e pormenor sobre a Fonte da Colaça, 2017

FONTE DA COLAÇA

Descendo o monte de São Gens a nordeste, situa-se a Fonte da Colaça.

Identificada na carta militar 1940, é descrita pela memória da população como lugar de recolha de água por parte das gentes da região. Em 1954 é canalizada conferindo-lhe assim alguma dignidade.

Atualmente, segundo a autarquia a água não se encontra em condições de consumo, no entanto não existe qualquer informação no local dessa mesma informação. Continua a ser ainda hoje procurada por muitas pessoas e a sujidade e total abandono por parte da autarquia espelha isso mesmo.



Sara Passinhas, Fotomontage da Fonte da Colaça, 2017



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a elaboração deste trabalho destacam-se algumas ideias conclusivas como a de Monsaraz, espaço singular desta paisagem, ainda antes de ser uma vila urbana, é um território. Entender o percurso da água, é entender o percurso do homem pela sua permanência e sobrevivência no território e numa paisagem, ao longo de várias centenas de anos.

Através do inventário das arquiteturas e estruturas da água desvendou-se a forma como os vários povoados foram, cada um de sua forma, explorando o território e habitando neste de maneira diversificada. Estas estruturas que apresentámos servem para a população, os turistas ou os curiosos, percebam a origem deste marco na paisagem e também a própria paisagem que o rodeia.

Existe em Monsaraz qualidade arquitetónica que merece ser mantida e enaltecida para que mantenhamos uma memória do passado.

O Percurso da Água é um fio condutor que pretende unir a vila de Monsaraz, o território que lhe pertence e a nova albufeira de Alqueva, partindo de uma reflexão entre entender o território outrora distante da água, apenas encontrada no leito escavado do Guadiana, e o espelho de água que abraça toda a paisagem, espreita por detrás de cada monte, e inunda o que antes foi um rio que podia ser atravessado a pé.

Esta nova paisagem que surgiu proporciona-nos novas potencialidades, que apesar da concordância ou discordância com as alterações que Alqueva

trouxe, têm de ser aceites e têm de ser o quanto antes potencializadas, para que aprendamos a usufruir dela.

Monsaraz, lugar de qualidade urbana e arquitetónica, merece ser mantida e enaltecida. Devido à sua permanência no território ao longo de centenas de anos é considerado um sítio arqueológico, contudo o seu vasto território, não tendo sido tão densamente povoado como a própria vila, mas tendo vários sinais de vestígios da presença humana, é um sítio de sensibilidade arqueológica. Para além disso é também um espaço de características naturais recentes, pois tudo está a sofrer adaptações à água do Alqueva. A vila e o seu território devem ser tratados como um todo, sendo cuidados e respeitados.

Este trabalho apresenta espaços já existentes, que por descuido autárquico, por desconhecimento público, ou por haver tantas vezes algo mais importante para preservar, estão abandonados e esquecidos. Enaltecendo alguns destes lugares como forma de apreciação de um todo que é este território, unindo estes pontos que podem simultaneamente ser experienciados fora do percurso. A relação entre a natureza e as pessoas é dada pela arquitetura que proporciona espaços de contemplação da paisagem, mas também contemplação de nós próprios em relação a este território.

Este trabalho realçou-nos uma dualidade de pensamento desde a pré-história à atualidade, de como o homem se apropriou deste território e tirou partido dos seus recursos para aqui se manter. Surge-nos um desenho alternativo de Monsaraz que nos é dado pela água e pela forma como o homem a captou, conduziu e conteve.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, M. d. (1998). Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras- Geografia I série, Vol XIV*, pp. 77-97.
- Almeida, J. d. (1947). *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses (Distritos de Portogalegre, Évora, Beja e Faro)* (Vol. 3). Lisboa: Edição do Autor.
- Amendoeira, A. (2009). *Monsaraz, Reconstruir a Memória*. Lisboa: Edições Colibri.
- Amendoeira, A. R. (1998). *Monsaraz: Análise do processo de conservação e transformação urbana no século XX*. Évora: Universidade de Évora.
- Barroca, M. J. (1998). D. Dinis e a arquitetura portuguesa. *Revista da Faculdade de Letras, II Série, XV*(História).
- Bell, J. (1993). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva.
- Calado, M., Rui, M., & Artur, R. (2007). Povoamento Proto-histórico na margem direita do regolfo de alqueva. *Arqueologia de la tierra. Paisajes rurales de la prothistoria peninsular*, (pp. 129-179). Cáceres.
- Cancela d'Abreu, A., Correia, T. P., & Oliveira, R. (2002). *Contributos para a Identificação da Paisagem em Portugal Continental* (Vol. V). Évora: Coleção Estudos 10, Universidade de Évora, Departamento de Planeamento biofísico e Paisagístico.
- Cardoso, I. F. (2002). El agua en las ciudades portuguesas medievales. Em M. I. Valdivieso, *Usos sociales del agua en las ciudades hispánicas de la edad media* (pp. 157-169). Valladolid: Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial.
- Cardoso, J. L. (2015). Nos 50 anos da Identificação do Megalitismo não Funerário Alentejano, O povoamento da região de Reguengos de

- Monsaraz nos IV e III milénios a.C. *Al Madan online* (pp. 70-82).
Centro de Arqueologia de Almada.
- Conceição, M. T. (2011). Os desenhos do engenheiro militar Miguel Luis Jacob e a cartografia das praças de guerra do século XVIII. *IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica* (pp. 1-19). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Conde, A., & Magalhaes, O. (2008). Abordagem Educativa de um Monumento: O Aqueduto de Évora. *EL Patrimonio Cultural: Tradiciones, educación y turismo in puertas a la lectura*. Universidade de Extremadura.
- Correia, F. B. (2014). Fortificações Modernas do Alentejo Raiano-entre Monsaraz e Mértola. *O Pelourinho*, 55-74.
- Correia, J. R. (1994). *Monsaraz e o seu Termo, Plano de Salvaguarda/ Uma Estratégia de Desenvolvimento*. Lisboa: Fundação Convento da Orada.
- Correia, L. M. (2011). *Castelos em Portugal, Retrato do seu perfil arquitectónico 1509-1949*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Couto, J. (1961). Monsaraz. Em *A Arte em Portugal* (Vol. nº 21). Porto: Marques Abreu.
- Cunha, R. M. (2003). *As Medidas na Arquitetura, séculos XIII-XVIII, O Estudo de Monsaraz*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Cutileiro, J. (1977). *Os Ricos e os Pobres no Alentejo- Uma Sociedade Rural Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- Eco, H. (1997). *Como se faz uma tese em ciências humanas*. Lisboa: Editorial Presença.
- Elsa Caeiro, A. B. (1996). Sistemas Hidráulicos da Abadia de São Bento de Cástris (Évora), 1993. *Hidráulica Monástica, Medieval e Moderna* (pp. 209-226). Arrábida: Fundação Oriente.

- Espanca, T. (1978). *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Évora, Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes .
- Faria, M. F. (1995). Fortificações de Portugal na fronteira da Estremadura espanhola. *Congresso Internacional Llerena, Etremadura y America. II*, pp. 157-187. Llerena: Universidade Autónoma de Lisboa.
- Freitas, I. V. (2012). A água no livro das fortalezas de Duarte D'Armas. Em M. Martins, I. V. Freitas, & M. I. Valdivieso, *Caminhos da Água, Paisagens e usos na longa duração* (pp. 163-177). Braga: CITCEM-Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.
- Gaspar, J. (1969). A Morfologia Urbana de Padrão Geométrico na Idade Média. *Finisterra, nº 8 , IV*.
- George, F., Gomes, A. A., & Antunes, A. d. (2004). *Arquitectura Popular em Portugal, Zona 4 (Vol. 2)*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos.
- Gil, J. (1986). *Os mais belos castelos e fortalezas de Portugal*. Lisboa: Verbo.
- Gonçalves, J. P. (1962). *Monsaraz e o seu Termo*. Évora: Junta Distrital de Évora.
- Gonçalves, J. P. (1966). *Monsaraz, Vida, Morte e Ressureição de uma Vila Alentejana*. Lisboa: Casa do Alentejo.
- Gonçalves, V. S. (1999). *Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos*. Lisboa: Victor Santos Gonçalves e Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.
- Gonçalves, V. S., & Sousa, A. C. (1999). O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e a evolução do megalitismo no Ocidente peninsular . *Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo*.
- Gonçalves, V., & Sousa, A. (1999). O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e a evolução do megalitismo no ocidente peninsular

- (espaços de vida, espaços de morte: sobre as antigas sociedades camponesas em Reguengos de Monsaraz). *Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo*.
- Graça, J. L. (2016). *Relatório de Fundamentação do Plano de Salvaguarda de Monsaraz*. Monsaraz.
- Gómez, S., Rocio, A., Marques, J. A., Grilo, C., & Lopes, G. (s.d.). Evidências materiais da ocupação islâmica da margem direita do Guadiana (Reguengos de Monsaraz). *6º Encontro de Arqueologia do Algarve* (pp. 651-660). XELB 9.
- ICOMOS. (1999). Carta Internacional do turismo Cultural. *Gestão do Turismo em Sítios com significado Patrimonial*. (A. d. Araújo, Trad.)
- Jorge Araujo, J. d. (2000). *Monsaraz e o seu Reguengo, and its royal estate*. Évora: Fundação Luis de Molina.
- Kostof, S. (1995). *A history of architecture*. New York : Oxford University Press.
- Leisner, G., & Leisner, V. (1951). *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz - Materiais para o estudo da cultura megalítica em Portugal*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.
- Maria Filomena Mourato Monteiro, M. M. (2012). O aqueduto da água de prata e o abastecimento de água ao Mosteiro de são Bento de Cástris. *Congresso Internacional de Mosteiros Cistercienses: "Passado, presente, futuro"*, (pp. 229-242). Alcobça.
- Maria Monteiro, M. T. (2015). Recursos Hídricos da Cidade de Évora (Re) Interpretação de alguma cartografia e iconografia histórica da cidade. *Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, (pp. 291-306). Braga.
- Marques, J. (1988). Povoamento e defesa na estruturação do estado medieval português. *III Encontro de Historiadores Portugueses e Soviéticos* (pp. 9-34). Porto: Faculdade de Letras do Porto.

- Marques, J. A., Martínez, G. S., Carolina, G., & Carlos, B. (2010). *Povoamento rural no troço médio do Guadiana e rio Degebe e a ribeira do Álamo (Idade do Ferro e períodos medieval e moderno)* (Vol. Bloco 14). EDIA, DRCALEN.
- Mattos, G. M. (1941). *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal* (Vol. IV). Lisboa: Comissão de História Militar.
- Mestre, V., & Aleixo, S. (s.d.). *Consolidação sociocultural e regeneração ambiental, urbana e rural*. .
- Monteiro, J. G. (1999). *Os castelos portugueses dos finais da idade média- Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa: Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Moore, C. A. (1997). *Water and Architecture*. London: Thames and Hudson.
- Pereira, A., & Poupa, C. (2012). *Como escrever um tese, monografia ou livro científico usando o Word* (5ª Edição - Revista ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Prior de Santa Maria, A. J. (21 de Junho de 1758). Memórias Paroquiais, Comarca de Vila Viçosa, nº 185a. 24, 1331-1340. (O. Sequeira, Trad.) Monsaraz: Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- Ramírez, J. A. (1996). *Como escribir sobre arte y arquitectura*. Barcelona: Ediciones del Serbal.
- Ramos, F. M. (1997). *Os proprietários da sombra, Vila Velha revisitada*. Lisboa: Universidade de Évora.
- Ribeiro, O. (1987). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Sá da Costa.
- Ribeiro, O., & Lautensach, H. (1987). *Geografia de Portugal* (comentários e actualização de Suzanne Daveau ed.). Lisboa: Sá da Costa.
- Saramago, J. (1980). *Levantado do Chão*.
- Teixeira, D. (2012). *Caminhos da água: Costumes, saberes e hidráulica em Arraiolos*. Arraiolos: Câmara Municipal de Arraiolos.

- Tse, L. (2000). *Tao Te King, O livro da via e da virtude*. Editorial Estampa.
- Valdivieso, M. d. (2010). Usos del agua en las ciudades castellanas del siglo XV. *Cuadernos del CEMyR* (pp. 145-166). Universidade de Valladolid.

DOCUMENTÁRIOS CONSULTADOS

Documentário “Mais Vale Tarde que Nunca” de José Hermano Saraiva, de 1997, a partir do minuto 11:06:

<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/mais-vale-tarde-que-nunca/>

Documentário “Além de nós: a Mudança na Paisagem” de 2011:

<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/alem-de-nos-a-mudanca-na-paisagem/>

Documentário “A Água, o Homem e a Pedra” de 1976:

<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/a-agua-o-homem-e-a-pedra/>

SITES CONSULTADOS

https://dialnet.unirioja.es/buscar/documentos?query=Dismax.DOCUMENTAL_TODO=maria+del+val+valdivieso

http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=13997

<http://digitarq.arquivos.pt/results?t=Monsaraz>

<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4238720>

<http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/16911>

<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/15871>

<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/13120?locale=pt>

<http://www.memoriamedia.net/index.php/falas-do-mar-e-do-rio-mertola/200-eventos/encontros-e-coloquios/falas-do-mar-e-da-ria-mertola/2473-claudio-torres-o-rio-guadiana-e-as-ocupacoes-humanas>

http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/AreasAtividade/desenvolvimentoeinovacao1/Documents/Doc10_CartaInternacionalTurismoCultural.pdf

<http://www.apambiente.pt/?ref=16&subref=7&sub2ref=9&sub3ref=834>

<http://www.fcsh.unl.pt/projecto-aguadiana/%C3%A1rea%20de%20estudo.html>

<http://www.cadc-albufeira.eu/pt/cuencas-hidrograficas/cuenca-guadiana/>

<http://www.evora.net/cice/memoria/>

<http://www.waterhistory.org/histories/qanats/>

<http://whc.unesco.org/en/documents/141554>

<http://www.science-frontiers.com/sf129/p129-01b.gif>

<https://www.flickr.com/photos/anlopelope/1407792122/>

<http://www.casarealportuguesa.org/dynamicdata/Cronologia.asp>

FONTES DE ARQUIVO E BASES DE DADOS CONSULTADOS

Arquivo Municipal de Reguengos de Monsaraz

Arquivo da Câmara Municipal de Évora

Arquivo Fotográfico Distrital de Évora

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Arquivo Histórico Militar

Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar/ Direção de
Infraestruturas do Exército

Biblioteca de Artes da Universidade de Évora

Biblioteca Geral da Universidade de Évora

Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz

Biblioteca Pública de Évora

Biblioteca Nacional de Portugal

Biblioteca de Artes da Fundação Calouste Gulbenkian



SARA GIÃO PASSINHAS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA

ORIENTADOR PROF. DR. ARQ. DANIEL JIMENEZ FERRERA E PROF. DR. ARQ. JOÃO SOARES

ÉVORA, 2017